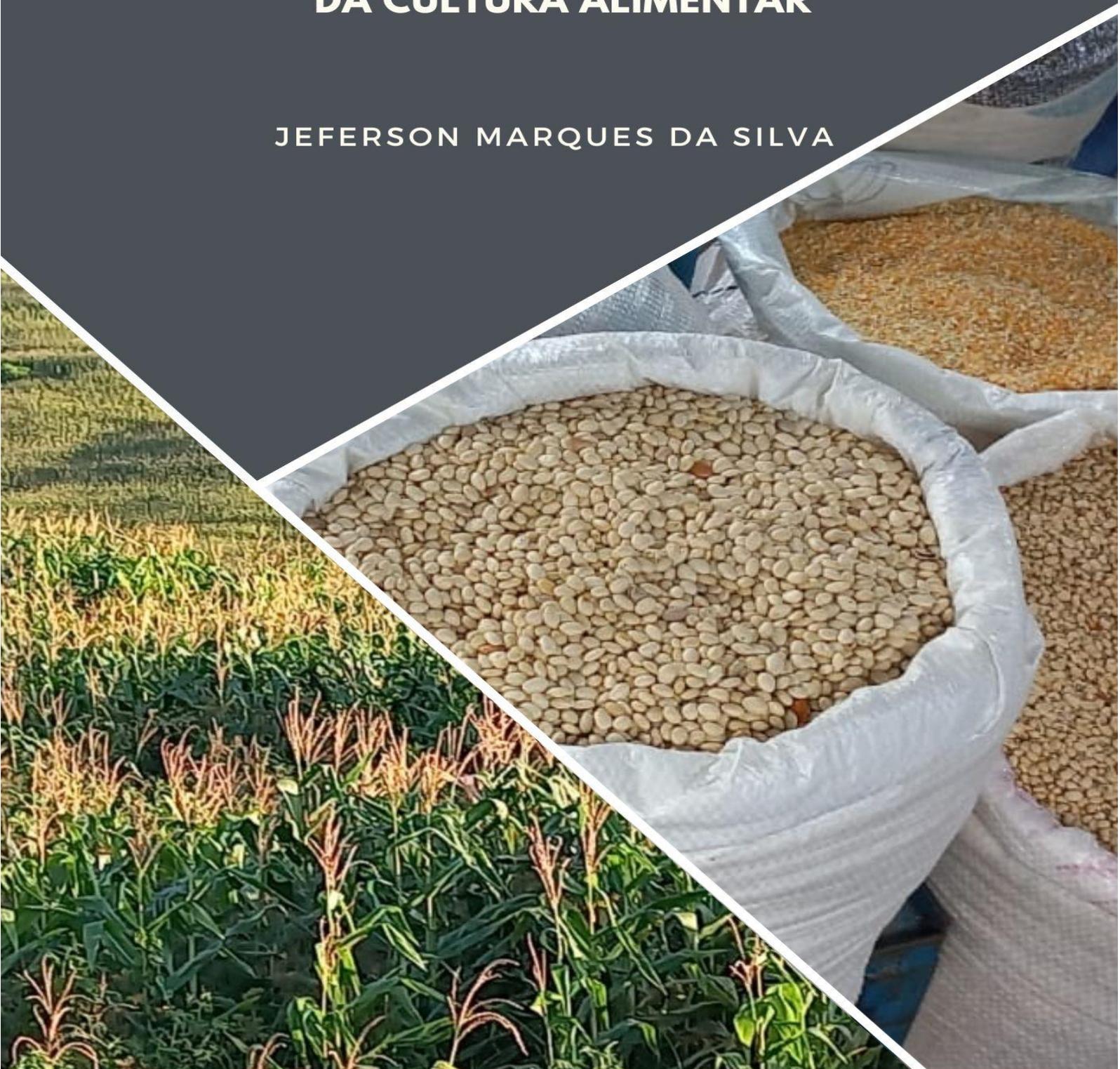


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE: DISSIPAÇÃO DOS CULTIVOS TRADICIONAIS E DESFIGURAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR

JEFERSON MARQUES DA SILVA



SÃO CRISTÓVÃO/SE
FEVEREIRO DE 2023

JEFERSON MARQUES DA SILVA

**O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO EM NOSSA SENHORA DE
LOURDES/SE: DISSIPAÇÃO DOS CULTIVOS TRADICIONAIS E
DESFIGURAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe – PP GEO/UFS, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Agrário.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586a Silva, Jeferson Marques da
O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar / Jeferson Marques da Silva; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, SE, 2023.
147 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria – Nossa Senhora de Lourdes (SE). 3. Economia agrícola. 4. Agricultura – Transferência de tecnologia. 5. Segurança alimentar. 6. Territorialidade humana – Nossa Senhora de Lourdes (SE). I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:631:338.43(813.7)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE:
DISSIPAÇÃO DOS CULTIVOS TRADICIONAIS E DESFIGURAÇÃO DA
CULTURA ALIMENTAR**

Dissertação de Mestrado apresentada e _____ em 24 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes
Orientadora – PPGeo/UFS

Prof.^a Dr.^a Fabiana Thomé da Cruz
Membro externo – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti
Membro externo – Universidade Federal de Santa Maria

Jeferson Marques da Silva
Mestrando

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

A minha esposa Sueli e as minhas filhas Marianne e Marina pela compreensão das horas ausentes e pelo apoio constante.

AGRADECIMENTOS

“A gratidão desbloqueia a abundância da vida. Ela torna o que temos em suficiente, e mais. Ela torna a negação em aceitação, caos em ordem, confusão em claridade. Ela pode transformar uma refeição em um banquete, uma casa em um lar, um estranho em um amigo. A gratidão dá sentido ao nosso passado, traz paz para o hoje e cria uma visão para o amanhã”.

(Melody Beattie)

Concluir o curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* sempre foi um sonho pessoal e uma realização profissional, mas eu sabia que não seria tarefa fácil. A caminhada reservaria momentos difíceis que, para serem vencidos, era preciso fazer escolhas, aumentar a disciplina, garra e persistência. Foi um período de dois anos dedicado ao cumprimento das disciplinas, leituras, discussões, pesquisa de campo e escrita. Reconheço que só cheguei até aqui porque tive o apoio de pessoas que seguraram minha mão e me ajudaram a trilhar o caminho, tornando-o menos árduo, às quais quero expressar os meus agradecimentos:

A DEUS, autor e consumidor da minha vida, fortaleza e socorro bem presente.

A minha esposa, Sueli, que desde o início acreditou em mim e apoiou minha decisão e esteve presente em todos os momentos. Que compreendeu minha ausência e se fez presente na vida das nossas filhas. Sua compreensão e companheirismo foram essenciais.

As minhas filhas, Marianne e Marina, por entenderem as minhas escolhas mesmo percebendo que elas reduziam o meu tempo disponível para elas. Lembro-me de cada momento que precisava explicar a minha falta e elas, muitas vezes sem compreender direito, aceitavam.

Aos meus pais, Adriano e Jusilene – Nita (in memoriam), pelos ensinamentos e apoio mesmo em meio às dificuldades da vida. Gratidão por me mostrar que é com luta e perseverança que vencemos na vida. A minha irmã, Adriana, pelo apoio e pela demonstração de carinho pelas minhas filhas.

A minha professora e orientadora, Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes, que esteve ao meu lado sendo luz na caminhada e contribuindo para que essa trajetória fosse mais leve. Pela leitura atenta, orientação constante, partilha de conhecimentos e experiências e disponibilidade. Obrigado por compreender minhas limitações, por confiar em mim e me mostrar que a concretização desse ciclo era possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS, coordenação e funcionários pela possibilidade de realização do mestrado. Aos professores do programa e aos que passaram por ele: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira, Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição, Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos, Prof^a Dr^a Christiane Senhorinha Soares Campos,

Prof^a. Dr^a. Diana Mendonça de Carvalho, Prof. Dr. José Eloízio da Costa, Prof^a. Dr^a. Fernanda Viana de Alcantara, Prof^a. Dr^a. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Prof. Dr. Lucas Zenha Antonino, Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas, Prof^a. Dr^a. Maria Madalena Souza dos Anjos, Prof^a. Dr^a. Miriam Cléa Coelho Almeida e Prof^a. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes, pela contribuição e compromisso com a ciência geográfica.

Aos membros e amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Manifestações Tradicionais – GRUPAM, por todos os momentos compartilhados, pela amizade, pela escuta atenta, pela orientação, pelos diálogos e discussões que suavizaram o peso desta jornada. Meus agradecimentos a: Alexandre Francisco de Oliveira, Arlane Santos de Lima, Claudionete Candia Araújo, Débora Paula de Andrade Oliveira, Felipe da Fonseca Souza, Fernanda Ramos Lacerda, Greiziene Araújo Queiroz, José Natan Gonçalves da Silva, Josefa Adriana Cavalcante Ferro, Letícia Menezes Santos, Lucas dos Santos Feitoza, Nádia de Sousa Silva, Paulo Adriano Santos Silva, Vanessa Modesto dos Santos e Professora Sônia.

Aos amigos Greize, Paulo e Natan pelo relevante apoio na construção do projeto que me conduziu ao mestrado. Serei sempre grato.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a. Dr^a. Fabiana Thomé da Cruz e Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti, por aceitar o convite e dedicar parte do seu tempo para realizar a leitura e avaliar esta dissertação. Gratidão pelas orientações dadas desde a qualificação.

Aos meus amigos de trabalho e a equipe diretiva das unidades de ensino: Escola Estadual Professora Eulina Batista de Melo (Nossa Senhora de Lourdes/SE) e Escola Municipal Elysio Araújo (Povoado Palestina, Gararu/SE), pelo apoio tão necessário para que eu pudesse conciliar a vida profissional e acadêmica.

À Secretaria Municipal de Educação de Gararu pela licença concedida a fim de que eu pudesse desenvolver a pesquisa.

Aos amigos de perto e de longe que apoiaram e torceram para que esse sonho se concretizasse.

Por fim, agradeço aos participantes da pesquisa, pois foram os diálogos estabelecidos e as experiências compartilhadas que possibilitaram a realização deste trabalho. Muito obrigado!

A mecanização fabril, os transportes e a ampliação das redes de distribuição contribuíram de forma notória para que o lugar geográfico de produção de um alimento tenha cada vez menos a ver com o lugar de consumo. (CONTRERAS; GRACIA, 2011, p. 167)

RESUMO

O alimento, sua produção, comercialização e consumo se constituem em uma temática relevante, principalmente a partir da conformação do modelo dominante de produção agrícola vigente, denominado de agronegócio. Trata-se de um modelo que prioriza as *commodities*, alicerçado pelo uso exacerbado de insumos químicos que impacta de forma negativa os ambientes alimentares com a redução de forma drástica do cultivo de alimentos, contribui para a formação de desertos alimentares e reflete no crescimento da insegurança alimentar e nutricional. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar as transformações na dinâmica produtiva da agricultura no território do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos. A dissertação está fundamentada nos parâmetros de uma pesquisa qualitativa. Os procedimentos metodológicos basearam-se na revisão teórica da categoria geográfica território, discussões a respeito do agronegócio, ambientes alimentares e soberania e segurança alimentar e nutricional. Na sequência foram realizadas análises documentais de dados secundários e informações que tratam das dimensões socioeconômicas e agropecuárias do recorte da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pautadas na técnica *snowball* com agricultores, proprietários de estabelecimentos que comercializam alimentos, consumidores, feirantes e representante das secretarias de agricultura e saúde. Constatamos que, embora o município esteja distante dos centros econômicos do Brasil, foi influenciado pelos ideais apregoados pelo agronegócio, com aumento da produção agrícola de mercadorias – à exemplo do milho – em detrimento de alimentos básicos da dieta dos habitantes. Em contrapartida, observamos nos estabelecimentos comerciais o predomínio de alimentos ultraprocessados e diminuição de alimentos *in natura* e minimamente processados. A elevada oferta dos produtos ultraprocessados e a facilidade de acesso contribuem para alterações de hábitos alimentares da população. Portanto, consideramos fulcral o desenvolvimento de ações intersetoriais em âmbito municipal, que estimulem também a prática agrícola de alimentos, com vista a garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios e a difusão de projetos educacionais com vistas a educação alimentar.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Sistema agroalimentar. Ambientes alimentares. Segurança Alimentar e Nutricional

ABSTRACT

Food, its production, commercialization and consumption constitute a relevant theme, mainly from the conformation of the dominant model of current agricultural production, called agribusiness. It is a model that prioritizes commodities, supported by the exacerbated use of chemical inputs that negatively impacts food environments with a drastic reduction in food cultivation, contributes to the formation of food deserts and reflects in the growth of insecurity food and nutrition. The objective of this research is to analyze the transformations in the productive dynamics of agriculture in the territory of the municipality of Nossa Senhora de Lourdes/SE and its implications in the production, commercialization and consumption of food. The dissertation is based on the parameters of a qualitative research. The methodological procedures were based on the theoretical review of the geographical category territory, discussions about agribusiness, food environments and food and nutrition sovereignty and security. In the sequence, documental analyzes of secondary data and information that deal with the socioeconomic and agricultural dimensions of the research clipping were carried out. Semi-structured interviews were carried out, based on the snowball technique, with farmers, owners of establishments that sell food, consumers, stallholders and representatives of the agriculture and health departments. We found that, although the municipality is far from the economic centers of Brazil, it was influenced by the ideals proclaimed by agribusiness, with an increase in agricultural production of goods – such as corn – to the detriment of staple foods in the diet of the inhabitants. On the other hand, we observed in commercial establishments the predominance of ultra-processed foods and a decrease in fresh and minimally processed foods. The high supply of ultra-processed products and ease of access contribute to changes in the population's eating habits. Therefore, we consider the development of intersectoral actions at the municipal level to be essential, which also encourage food farming practices, with a view to guaranteeing the Food and Nutritional Security of citizens and the dissemination of educational projects aimed at food education.

Keywords: Modernization of agriculture. Agrifood system. Food environments. Food and Nutritional Security

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.....	43
Figura 2 - Lagoa, Povoado Escurial – Nossa Senhora de Lourdes/SE.....	46
Figura 3 – Baixa vazão do Rio São Francisco – Prainha do Salito e Porto da Balsa – Povoado Escurial – Nossa Senhora de Lourdes	47
Figura 4 – Alta vazão do Rio São Francisco – Prainha do Salito e Porto da Balsa - Povoado Escurial - Nossa Senhora de Lourdes/SE	47
Figura 5 - Processo de fabricação e armazenamento do queijo coalho (1 e 2) e queijo parmesão na salmoura (3).....	65
Figura 6 - Catação de feijão.....	67
Figura 7 - Casa de farinha - Tacho para torrar a farinha e assar os derivados da mandioca	68
Figura 8 - Plantio de frutas (1, 2 e 3 – banana e melancia), coentro (4) e macaxeira (5 e 6) ...	71
Figura 9 – Colheitadeiras.....	73
Figura 10 - Festa do Trator em Nossa Senhora de Lourdes/SE.....	74
Figura 11 - Placa de identificação da semente transgênica utilizada	75
Figura 12 - Sacolão de milho.....	86
Figura 13 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Estabelecimentos que comercializam alimentos, 2022	95
Figura 14 - Produtos derivados do leite produzidos em fabriquetas de Nossa Senhora de Lourdes/SE: queijo coalho (1), muçarela (2) e manteiga (3), 2022	96
Figura 15 - Alimentos ultraprocessados	97
Figura 16 - Alimentos comercializados na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022	101
Figura 17 - Bancas com iguarias derivadas da mandioca.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – População residente 1970 -2010.....	49
Gráfico 2 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Urbana, 1970.....	50
Gráfico 3 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Urbana, 2010.....	51
Gráfico 4 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Rural, 1970.....	52
Gráfico 5 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Pirâmide Etária da População Rural, 2010	52
Gráfico 6 – Nossa Senhora de Lourdes/SE - Número dos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017	59
Gráfico 7 – Nossa Senhora de Lourdes/SE - Área dos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017	59
Gráfico 8 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de arroz cultivado (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021	82
Gráfico 9 - Nossa Senhora de Lourdes/SE –Quantidade de feijão cultivado (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021	83
Gráfico 10 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de mandioca cultivada (toneladas),1984, 1994, 2004, 2014 e 2021.....	83
Gráfico 11 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de milho (grão) produzido (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021	84
Gráfico 12 - Nossa Sra. de Lourdes/SE - Área cultivada (hectares - ha), 2019, 2020 e 2021 (1, 2 e 3, respectivamente).	88
Gráfico 13 - Nossa Sra. de Lourdes/SE - Quantidade de produtos cultivados (toneladas - t), 2019, 2020 e 2021 (1, 2 e 3, respectivamente).	89
Gráfico 14 - Origem dos feirantes que comercializam na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022	103
Gráfico 15 - Distância média dos alimentos que são comercializados na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categoria, conceitos e discussões do referencial teórico.	23
Quadro 2 - Participantes entrevistados durante a pesquisa.....	25
Quadro 3 - Critérios utilizados para escolha dos participantes da pesquisa.....	25
Quadro 4 - Instituições de Ensino de Nossa Senhora de Lourdes/SE - 2022.....	54
Quadro 5 - Categorização dos estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Cobertura vegetal natural, 2013 - 2017	44
Tabela 2 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991 - 2010.....	53
Tabela 3 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2017, 2019 e 2021	54
Tabela 4 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Famílias beneficiadas e valores repassados pelo Programa Bolsa Família, 2016 - 2020.....	55
Tabela 5 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Produto Interno Bruto (PIB) (x 1000), 2012 - 2018	56
Tabela 6 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Estrutura Fundiária, 1995/1996, 2006 e 2017	58
Tabela 7 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017.....	60
Tabela 8 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Quantidade efetiva do rebanho (cabeças), 1995/1996, 2006 e 2017	60
Tabela 9 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Quantidade de vacas ordenhadas e produção de leite, 1995/1996, 2006 e 2017	62
Tabela 10 - Nossa Senhora de Lourdes – Quantidade de produtos cultivados, 1995/1996, 2006 e 2017 (toneladas).....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Loas ou BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA	Central de abastecimento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DCNTs	Doenças crônicas não transmissíveis
ENDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMS	Enciclopédia dos Municípios de Sergipe
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação
GAPB	Guia Alimentar para a População Brasileira
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MF	Módulo Fiscal
PBF	Programa Bolsa Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PMS	Plano Municipal de Saúde
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PSF	Programa de Saúde da Família
SA	Sistemas Alimentares
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

SMA	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Nossa Senhora de Lourdes/SE
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora de Lourdes/SE
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	17
1.1 – O início da caminhada.....	20
1.2 – Questões de pesquisa e Objetivos.....	21
1.3 – Procedimentos metodológicos.....	22
2 – REVOLUÇÃO VERDE E A CONFORMAÇÃO DO MODELO PRODUTIVO VIGENTE	28
2.1 – Modernização da agricultura: a gênese do agronegócio.....	29
2.2 – O desvelar do agronegócio: expansão e implicações na soberania e segurança alimentar e nutricional.....	35
3 – CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE	41
3.1 – De Lagoa das Antas a Nossa Senhora de Lourdes - formação socioespacial.....	42
3.2 – Características edafoclimáticas e a produção agrícola do município.....	43
3.3 – Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização espacial do território.....	48
3.4 – Estrutura fundiária e o uso da terra.....	57
4 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS AMBIENTES ALIMENTARES	79
4.1 – Do cultivo de alimentos a produção de <i>commodities</i> : mingam os alimentos, espraia a mercadoria.....	80
4.2 – Territórios alimentares: “ <i>Quase tudo que a gente consome é industrializado ou vem de fora</i> ”.....	89
4.3 – Feira livre: “ <i>É aqui que a gente encontra alimentos</i> ”.....	100
4.4 – O microambiente alimentar no âmbito da escola.....	105
4.5 – Os desafios da segurança alimentar e nutricional da população.....	109
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
6 – REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	131
Apêndice A - Roteiro de entrevista com agricultores.....	132

Apêndice B - Roteiro de entrevista com o secretário da SMA.....	135
Apêndice C – Roteiro de entrevista com consumidores do município.....	137
Apêndice D – Roteiro de entrevista com proprietários de estabelecimentos que comercializam alimentos.....	139
Apêndice E – Roteiro de entrevista com feirantes que comercializam na feira livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE.....	141
Apêndice F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	143
Apêndice G – Estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022.....	145

Introdução

Ao plano do conhecimento não há nível de análise privilegiado, nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas, das quais não se pode, a priori, prejulgar o papel e, portanto, não se pode negligenciar. É por isso indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços. Em seguida é necessário, realizar a articulação dessas representações tão diferentes, pois elas são função daquilo que se poderia chamar espaço de conceituação diferente. (LACOSTE, 1993, p. 81).



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

1 – INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução Verde na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, o processo de modernização da agricultura em vários países, incluindo o Brasil, acelerou. Esse fenômeno é baseado na utilização de pacotes tecnológicos e no discurso de aumento da produtividade. Desde então, foi posto em marcha um novo modelo hegemônico de produção que tem causado impactos ambientais e socioeconômicos no campo brasileiro.

Diante da inserção do citado paradigma nas áreas rurais, novas necessidades foram criadas, a exemplo das máquinas e ferramentas modernas que substituíram os instrumentos e artefatos produzidos no próprio estabelecimento rural. Esse novo modelo de produção agrícola, que passa a ser chamado de agronegócio, é caracterizado pela exploração da natureza e do homem, além da crescente concentração de terra. Outra característica é o monocultivo, “prática esta que causa grandes impactos negativos na sociedade com o empobrecimento do homem do campo e o êxodo, além de impactos negativos na natureza com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos que prejudicam o meio ambiente e a saúde da população” (DE MIRANDA et al., 2019, p. 137). Além disso, contribui para fragilizar a biodiversidade, colocando “em risco a segurança alimentar e nutricional, já que se produz para exportar estimulando produções que nem sequer se destinam a alimentação” (CAMACHO, 2009, p. 7), resultando em mudanças no uso da terra.

O agronegócio tem priorizado a produção de *commodities* em detrimento de alimentos e contribuído “para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados” (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019). Assim, do mesmo modo que a terra e a água, “os alimentos passam a ser tratados como ‘mercadorias’, perdendo todo e qualquer valor de identidade social, quebrando, desta maneira, o vínculo com a figura do agricultor, e também a perda da identidade regional dos alimentos”, na medida em que eles cruzam “enormes distâncias geográficas [...]” (BRAZ; PEREIRA, 2018, p. 121). Um número reduzido de empresas tem controlado todas as etapas do sistema agroalimentar; além disso, “essas empresas têm o poder de influenciar as escolhas alimentares e até mesmo definir o preço, onde e como esses alimentos serão produzidos e consumidos” (SANTOS, 2019, p. 135). Esse movimento tem colaborado para a padronização e uniformização dos produtos, gostos e comportamentos alimentares.

Com as transformações na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira, a área plantada com alimentos básicos decresceu nas últimas décadas, ao passo que a área dos cultivos

destinados majoritariamente à exportação e a fins industriais (produção de ração, energia e papel e celulose) expandiu. O espaço agrário destinado à produção de três alimentos básicos na dieta da população brasileira (arroz, feijão e mandioca) foi reduzido em mais de 2,5 milhões de hectares entre 1990 e 2006.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o espaço agrário voltado à produção desses três alimentos é superior a três milhões de hectares, e a produção total, em toneladas, foi a seguinte: arroz, 11.056.719; feijão, 1.292.645; e mandioca, 6.559.289. Em 2020, esses alimentos foram cultivados em uma área superior a 5,5 milhões de hectares. No entanto, o relatório do Ministério da Agricultura “Projeções do Agronegócio – Brasil 2020/21 a 2030/31” (2021) prevê que juntos os três cultivos podem perder mais de dois milhões de hectares na comparação com a área atual. As projeções apontam que a área do arroz seja reduzida em quase 60% até 2030. O feijão terá redução em um terço e a mandioca perderá 11% da área cultivada (PERES, 2021a). A redução das áreas destinadas ao cultivo desses alimentos está relacionada à ampliação do monocultivo da soja e do milho.

Sergipe segue essa lógica de transformações da sua dinâmica produtiva da agropecuária e tem ampliado as áreas de cultivo do milho a ponto de ter se consolidado como um dos maiores produtores do Nordeste. No entanto, a materialização do agronegócio no estado ocasionou a redução da produção de alimentos para autoconsumo (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019). Vários municípios do Estado reduziram de forma substancial e outros praticamente já não produzem alimentos básicos que compõem a dieta de sua população, tornando-se, assim, dependentes da aquisição de alimentos de outras regiões, dessa forma “[...] além da perda de vínculos socioculturais, também há visíveis perdas de referências quanto ao local de origem e aos danos ambientais provocados durante a trajetória dos alimentos, desde a produção até o consumo” (OLIVEIRA; CRUZ; SCHNEIDER, 2019, p.151). Além das transformações apresentadas, entendemos que essa reconfiguração produtiva reflete nos ambientes alimentares e, conseqüentemente, na segurança alimentar e nutricional dos territórios.

Com essas alterações na cadeia de abastecimento de alimentos, os ambientes alimentares, definidos como o conjunto de aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais (HONÓRIO, 2020), que influenciam nas escolhas alimentares, vêm sendo modificados e têm contribuído para a formação de desertos alimentares – locais com restrições de acesso e de disponibilidade de alimentos saudáveis – ou de pântanos alimentares – locais que possuem alta disponibilidade de alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutricional.

Na perspectiva de Swinburn, Egger e Raza (1999), os ambientes alimentares podem ser discutidos a partir da dimensão do microambiente e do macroambiente. O microambiente

compreende o local onde o indivíduo está inserido, tais como: residência, escola, bairro, locais de trabalho. Nesses ambientes, a disponibilidade, a qualidade e o preço dos alimentos influenciam nas escolhas de consumo. Já a dimensão macro, representada por políticas macroeconômicas, agrícolas, por indústrias alimentícias e empresas que controlam produção, distribuição, comercialização, publicidade e marketing de alimentos, influencia a decisão de compra da população. Bauman (2008), ao tratar sobre as transformações que têm ocorrido para fomentar a sociedade do consumo, afirma que estratégias são elaboradas para impulsionar um estilo de vida centrado no consumismo, fundamentado na cultura consumista. Menezes (2013a) menciona que os aspectos culturais interferem na escolha dos alimentos, por meio do marketing e da propaganda. No bojo da discussão sobre os ambientes, as decisões na escala macro direcionam a formação desse novo consumidor e contribuem para a consolidação dos impérios alimentares hegemônicos. No entanto, Menezes menciona que:

Refletir sobre a Geografia dos Alimentos configura uma possibilidade de compreender os desafios que estão sendo vivenciados para a manutenção da produção, da comercialização, do consumo, da soberania e da segurança alimentar nutricional no atual período, diante do avanço dos impérios alimentares nas diferentes escalas geográficas. (2021a, p. 11).

No tocante às transformações, percebemos que elas são sentidas na dinâmica de produção, comercialização e consumo de alimentos em várias partes do Brasil, inclusive em Nossa Senhora de Lourdes/SE, recorte espacial desta pesquisa e território de vida deste pesquisador.

1.1 – O início da caminhada

As vivências experienciadas decorrentes das relações estabelecidas com familiares, amigos e agricultores desde a mais tenra idade, influenciaram a minha forma de ver e interpretar as problemáticas econômicas, sociais, culturais e religiosas presentes na realidade geográfica de Nossa Senhora de Lourdes. Embora reconheça a relevância das interpretações estabelecidas a partir da convivialidade, elas estão inscritas na esfera do senso comum. Somente a pesquisa permitiu a construção de evidências científicas sobre a realidade deste município, que podem contribuir para o debate e o direcionamento de ações voltadas à produção, comercialização e ao consumo de alimentos.

A minha trajetória inicia-se a partir da aprovação como aluno especial do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, em 2019. Nessa condição, tive oportunidade de discutir temáticas fundamentais para a minha caminhada

enquanto pesquisador. No semestre 2019.2, a professora Miriam Cléa Coelho Almeida, na realização do seu estágio pós-doutoral, contribuiu com as discussões sobre território, trabalho e memória. No primeiro período de 2020, cursei a disciplina “Seminários de Temas Específicos” na qual foi abordada a temática da Geografia do Consumo, ministrada pelas professoras Sônia de Souza Mendonça Menezes, juntamente com Maria Madalena Souza dos Anjos. Elas instigaram as discussões a respeito da complexidade relacionada às transformações na produção, circulação e consumo, especificamente dos alimentos, o que estimulou a enveredar nesse caminho dos estudos sobre alimentos. Nesse ínterim, comecei a participar das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais – GRUPAM, coordenado pela professora Sônia de Souza Mendonça Menezes. Essa aproximação com temáticas discutidas pelos membros do grupo permitiu o alinhamento com a temática da minha pesquisa e contribuiu para aprovação no mestrado do PPGEO/UFS, no final de 2020.

Em 2021, ingressei no Mestrado em Geografia para estudar uma temática que vai configurando-se à medida que as discussões vinculadas à questão agrária e à ciência geográfica iam se aprofundando. O desenvolvimento das disciplinas e, principalmente, o engajamento no GRUPAM, bem como o relacionamento com a orientadora, possibilitaram a conclusão desta pesquisa. Assim, as análises sobre os processos de transformações no uso da terra, as questões que envolvem a alimentação, as relações estabelecidas nos territórios e os saberes e fazeres das comunidades tradicionais direcionaram alguns questionamentos que serão elencados na subseção seguinte, juntamente com os objetivos da pesquisa.

1.2 – Questões de pesquisa e Objetivos

Diante das discussões vivenciadas no GRUPAM, nas disciplinas cursadas e com a vivência no município de Nossa Senhora de Lourdes, as reflexões e questões a respeito da produção, circulação e o consumo dos alimentos despontaram e motivaram essa investigação.

- Como o espaço rural do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE tem sido utilizado para a produção de alimentos?
- Em que medida, no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE, os alimentos básicos da dieta alimentar de sua população são cultivados, acessados e consumidos?
- Como se apresenta a oferta de alimentos nos ambientes alimentares do município?

- Existe (in)disponibilidade de alimentos para o consumo, quais os efeitos para segurança alimentar e nutricional da população?

Esses questionamentos têm o propósito de suscitar a reflexão e direcionar a presente pesquisa. Na busca por respostas, foram definidos os seguintes objetivos abaixo relacionados, como forma de esclarecer as intencionalidades dessa pesquisa.

Objetivo Geral:

Analisar as transformações na dinâmica produtiva da agricultura no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos no município.

Objetivos Específicos:

- Averiguar como o espaço rural do município de Nossa Senhora de Lourdes tem sido utilizado para a produção de alimentos;
- Identificar a origem dos alimentos básicos da dieta alimentar da população do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE;
- Caracterizar os ambientes alimentares existentes no município;
- Avaliar a (in)disponibilidade de alimentos e seus reflexos no consumo da população e na (in)segurança alimentar e nutricional.

1.3 – Procedimentos metodológicos

A busca por conhecimento é inerente ao ser humano. Por meio de suas descobertas, ele vai compreendendo o mundo em que vive. No que se refere ao conhecimento obtido por meio da pesquisa científica, disciplina e seriedade são características fundamentais para que o pesquisador obtenha bons resultados. Outro fator preponderante no desenvolvimento da pesquisa científica, da sua estruturação inicial até a sua conclusão, é a escolha metodológica que guiará o seu processo.

Para analisar as transformações na dinâmica da agricultura no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos, optamos por seguir os parâmetros da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, concordamos com Godoy quando ela defende que “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os

seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (1995, p. 21). Segundo essa autora, num estudo de caráter qualitativo:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p. 21).

Quanto à natureza dos objetivos deste estudo, segundo Gil (1996), trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, uma vez que busca descrever as características a partir da identificação, descrição e exploração do objeto de pesquisa.

Vários são os caminhos que podem ser trilhados em uma investigação científica. No entanto, cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos que pretende alcançar. Com base nessa premissa, elencamos os seguintes procedimentos metodológicos para desenvolver este trabalho: a) Análise do referencial teórico; b) Pesquisa documental; c) Levantamento empírico e sistematização dos resultados.

a) Análise do referencial teórico

O desdobramento dessa fase se deu, inicialmente, com o levantamento dos textos que abordam as categorias e conceitos essenciais à discussão deste estudo (Quadro 1). Ao longo da pesquisa, outros autores foram inseridos para fundamentar as análises e dar sustentação das ideias. Foram utilizados livros, teses, dissertações, periódicos e anais de eventos. Inicialmente os textos utilizados foram os discutidos nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia e no GRUPAM. A partir das referências indicadas nesses textos, foram selecionados outros por meio de pesquisa digital realizada em navegador de internet, como o google acadêmico. Uma outra parte do acervo bibliográfico desta dissertação foi indicada pela orientadora. Em seguida, com base na análise dos textos, elaboramos os fichamentos e resumos com as ideias e conceitos sobre as temáticas para a leitura do objeto de estudo.

Quadro 1- Categoria, conceitos e discussões do referencial teórico.

CATEGORIA, CONCEITOS E DISCUSSÕES DO REFERENCIAL TEÓRICO.	TEÓRICOS
Território	Raffestin (1993); Haesbaert (2004).
Agronegócio	Bombardi (2011, 2017); Castro e Chelotti (2018); Mendonça; Thomaz Júnior (2004); Pompeia (2020, 2021); Silva (2007).
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Coca (2016); Rahal, Gentil, Magalhães (2020); Ramos Filho (2015); Santos (2019); Stedile, Carvalho (2010)

Alimentação, ambientes alimentares, desertos e pântanos alimentares	Bueno (2020); Bueno, Ruiz, Cruz (2020, 2021); Cruz (2012, 2020); Honório (2020); Kasinski (2020); Menezes (2009, 2013a); Menezes, Silva, Silva (2019); Niederle (2018); Oliveira, Cruz, Schneider (2019); Sanches (2018); Santos (2019)
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

b) Pesquisa documental

Para auxiliar no desenvolvimento do estudo, consideramos fundamental o estudo dos dados quantitativos e das informações documentais fornecidos por órgãos e instituições públicas e privadas. Diante da complexidade do problema, esses dados são essenciais na apreensão do objeto e na compreensão do universo da pesquisa.

Considerando a riqueza de informações que dos documentos podemos extrair e a possibilidade de “[...] ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2), também foi adotada como parte da metodologia desta pesquisa a análise documental, pois

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008: 295).

Esta etapa se efetivou através da análise documental e do levantamento de dados secundários em instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – (EMDAGRO); Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca – (SEAGRI); Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Nossa Senhora de Lourdes/SE – (SMA) e Secretaria Municipal de Saúde – (SMS). Os dados coletados nessas instituições corroboraram com as evidências constatadas nas pesquisas teóricas e de campo, dando sustentação à construção desta pesquisa.

c) Levantamento empírico e sistematização dos resultados

O levantamento das informações empíricas, realizado no trabalho de campo, deu-se por meio da entrevista como instrumento de pesquisa pois, assim como LIMA (2016), consideramos que “é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados” (2016, p. 27). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pautadas na técnica *snowball*, visto que, por meio dessa técnica, “os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos

participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332). As entrevistas com agricultores, proprietários de estabelecimentos que comercializam alimentos, consumidores, feirantes e representante das secretarias municipais de agricultura e de saúde, foram realizadas até o momento em que as informações relevantes à pesquisa passaram a se repetir, atingindo o ponto de saturação. Assim, o quadro de amostragem de interesse da pesquisa ficou definido (Quadro 2).

Quadro 2 - Participantes entrevistados durante a pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	NÚMERO DE INFORMANTES
Agricultores	15
Proprietários de estabelecimentos que comercializam alimentos	15
Consumidores	18
Feirantes	18
Representante da Secretaria Municipal de Agricultura	1
Representante da Secretaria Municipal de Saúde	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

As entrevistas realizadas tinham um número de questões determinadas, consideradas principais e específicas, mas isso não inviabilizou a inserção de outras, quando necessário. Seguimos o critério estabelecido previamente quanto à localidade dos participantes, os entrevistados foram moradores da sede municipal e dos povoados Escurial, Carro Quebrado, Catingueira, Lagoas e Barro Vermelho por serem os maiores povoados do município. Antes de iniciar essa fase, foram criados critérios de inclusão e exclusão para direcionar quanto a escolha dos participantes relevantes e não relevantes para o foco da pesquisa (Quadro 3).

Quadro 3 - Critérios utilizados para escolha dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTES	INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Agricultores	Agricultor que reside e produz milho e/ou cultiva alimentos (feijão, mandioca) no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.	Agricultor que reside no município de Nossa Senhora de Lourdes, mas realiza o plantio em outro município.
Representante da Secretaria de Agricultura e de Saúde	Ser o titular da pasta (secretário) e estar exercendo a função há mais de dois anos.	Está afastado da função de secretário por qualquer motivo.
Consumidores	Ser maior de 18 anos e residir na sede do município ou nos povoados Escurial, Carro Quebrado, Catingueira, Lagoas e Barro Vermelho.	Está impossibilitado de responder à entrevista em consequência de alguma doença temporária.
Representantes de estabelecimentos que comercializam alimentos e das feiras	Proprietário de estabelecimento que comercializa alimento na sede do município ou nos povoados Escurial, Carro Quebrado, Catingueira, Lagoas e Barro Vermelho. Feirante que comercializa algum tipo de alimento (frutas, verduras, cereais) na feira da	Está afastado das atividades no estabelecimento comercial ou na feira em virtude de problemas de saúde ou de outra natureza.

	sede do município e na feira do povoado Escurial.	
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Como regra, antes das entrevistas, esclarecemos aos participantes que, se a pesquisa apresentasse algum risco de desconforto ou constrangimento com alguma pergunta feita ou com o registro de imagens, poderíamos retirar a pergunta do roteiro imediatamente e as imagens não seriam capturadas. Explicamos também sobre a relevância do estudo e sobre a possibilidade de haver benefícios indiretos com a divulgação dos resultados, tanto na atração de novos pesquisadores para o tema como no entendimento sobre a produção, comercialização e consumo de alimentos no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.

Os aspectos éticos foram respeitados, garantindo a liberdade de participação, a integridade do participante e a preservação dos dados que possam identificá-lo. Foi entregue a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE). Para aqueles participantes não alfabetizados e/ou não capazes de realizar a leitura dos termos, foi solicitado a uma pessoa que não fizesse parte do estudo e estivesse próxima no momento da entrega do documento, que realizasse essa leitura. Para aqueles entrevistados que não escrevem seu nome, foi solicitado que a autorização se desse por meio da digital do polegar.

Após a coleta dos dados e informações acima mencionadas, partimos para a etapa de sistematização que se deu sob a forma de tabelas, mapas e gráficos e, posteriormente, realizamos uma análise qualitativa desses dados, correlacionando-os e/ou confrontando-os com a pesquisa empírica. Por fim, as informações coletadas em campo e analisadas juntamente com o arcabouço teórico adquirido conduziram a escrita da dissertação.

Vale ressaltar que antes do trabalho de campo, o projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, cadastrado sob o número de registro 57968522.6.0000.5546 e aprovado, de acordo com o parecer 5.615.602.

Esta dissertação está estruturada em quatro seções, além das considerações finais. Nesta primeira seção, iniciada com a introdução, apresentamos o caminho percorrido e buscamos apresentar a contextualização da temática, seguida pelas questões de pesquisa, pelos objetivos, bem como os procedimentos metodológicos utilizados.

A segunda seção, intitulada “**Revolução Verde e a conformação do modelo produtivo vigente**”, apresenta uma análise teórica do processo de modernização da agricultura brasileira e da consolidação do agronegócio e suas implicações na produção de alimentos. Apresenta-se dividida em duas partes: i) “Modernização da agricultura: a gênese do agronegócio”; ii) “O

desvelar do agronegócio: expansão e implicações na soberania e segurança alimentar e nutricional”.

A terceira seção, intitulada “**Configuração territorial do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE**” apresenta os elementos constituintes do recorte territorial da pesquisa com o objetivo de evidenciar os aspectos históricos, sociais e econômicos do município. A seção está dividida em quatro partes: i) “De Lagoa das Antas a Nossa Senhora de Lourdes – formação socioespacial”; ii) “Características edafoclimáticas e a produção agrícola do município”; iii) “Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização espacial do território”; iv) “Estrutura fundiária e o uso da terra”.

Na quarta seção, denominada “**Reestruturação produtiva e os ambientes alimentares**” apresentamos, por meio dos dados, a transformação que vem ocorrendo no modo de produzir desse município e suas implicações na produção de alimentos. Discutimos ainda, sobre os ambientes alimentares, listando os tipos de estabelecimentos encontrados e destacando a feira livre como espaço de acesso a alimentos *in natura* e/ou minimamente processados. A seção está dividida em cinco partes: i) “Do cultivo de alimentos à produção de *commodities*: mingam os alimentos, espraia a mercadoria”; ii) “Territórios alimentares: Quase tudo que a gente consome é industrializado ou vem de fora”; iii) “Feira livre: É aqui que a gente encontra alimentos”; iv) “O microambiente alimentar no âmbito da escola”; v) “Os desafios da segurança alimentar e nutricional da população”.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais, as referências e os apêndices.

Revolução Verde e a conformação do modelo produtivo vigente

O agronegócio se caracteriza pela produção baseada na monocultura, especialmente de produtos cujos valores são ditados pelas regras do mercado internacional (soja, milho, trigo, algodão, café etc.), pela utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, pela adoção de pacotes tecnológicos (que, mais recentemente, incluem as sementes transgênicas), pela padronização e uniformização dos sistemas produtivos, pela artificialização do ambiente e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais. (SANTILLI, 2009, p. 82)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

2 – REVOLUÇÃO VERDE E A CONFORMAÇÃO DO MODELO PRODUTIVO VIGENTE

Nesta seção pretendemos analisar, por meio da revisão teórica, o processo de modernização da agricultura brasileira e da consolidação do agronegócio e suas implicações na produção de alimentos. Ela está dividida em duas partes: i) “Modernização da agricultura: a gênese do agronegócio”; ii) “O desvelar do agronegócio: expansão e implicações na soberania e segurança alimentar e nutricional”.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações sociais, econômicas e territoriais que diferenciaram o mundo atual de outros períodos históricos (OLIVEIRA, 2007). O campo brasileiro e, conseqüentemente, o modelo de produção de alimentos, até então desenvolvido, não ficaram ilesos a essas modificações. Ferreira (2001, p. 51) ressalta que esse processo altera as formas de produzir e a relação de trabalho para atender à lógica do sistema capitalista e à interdependência entre a indústria e a agricultura, pois “a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas”.

O processo produtivo agrícola conta, a partir de então, com um aparato de novas técnicas e tecnologias que marca profundamente a agricultura brasileira. Problemas que já eram percebidos no espaço rural, a exemplo da concentração de terras, passam a ser agravados mediante a expulsão forçada de pequenos produtores, acentuando assim as desigualdades sociais (MENDONÇA; RIBEIRO; THOMAZ JR., 2002). Essas alterações que o campo brasileiro vem passando serão discutidas no item seguinte.

2.1 – Modernização da agricultura: a gênese do agronegócio

A partir da segunda metade do século XX foi posto em marcha o projeto de transformação da estrutura produtiva agrícola que ficou conhecido como Revolução Verde¹. O avanço desse projeto é alardeado em discursos ideológicos, “[...] a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 30). Esse modelo tem como pilar o aumento da produtividade e da exploração agrícola estimulado pela adoção dos pacotes tecnológicos. O

¹ Paradigma caracterizado fundamentalmente pela combinação de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos), mecânicos (tratores e implementos) e biológicos (sementes geneticamente melhoradas). Este trabalho enfatiza sobretudo as trajetórias tecnológicas associadas aos insumos químicos (agrotóxicos) e biológicos, cuja combinação técnica e econômica consiste em nosso foco de análise.

principal argumento utilizado pelos defensores da Revolução Verde estava vinculado ao combate à fome mundial, entretanto, embora tenha ocorrido o aumento da produção agrícola, o esforço para o citado propósito não foi evidenciado, a fome persiste! Embora ocorra o aumento da produção agrícola, visto que o Brasil nos últimos anos tem se destacado mundialmente na produção de soja, milho e cana-de açúcar, o problema da fome não foi solucionado. Nos últimos anos, acompanhamos o aumento da insegurança alimentar e nutricional grave e moderada no Brasil e no mundo. Só no Brasil, de acordo com o relatório do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), mais de 33 milhões de pessoas enfrentam a fome.

Ainda a respeito do paradigma da Revolução Verde, Almeida (1997) assevera que o aumento da produtividade estava interligado à inserção do “pacote tecnológico” formado pelo conjunto de insumos químicos, variedades geneticamente modificadas, irrigação e mecanização. Para esse autor, havia uma conjuntura no mundo: “crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma ‘catástrofe alimentar’ que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo” (ALMEIDA, 1997, p. 44), nesse contexto, os objetivos propostos pelo citado paradigma foi propagado.

Na esteira dessa análise, percebe-se que o cenário mundial da época contribuiu para a implantação do processo de modernização da agricultura brasileira e a implantação desse paradigma fundamentado na integração da agricultura com a indústria e sua consequente subordinação ao capital. Com efeito, “A agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 4). Esse processo foi forjado pelo capital estrangeiro, cimentado no discurso da necessária modernização. Ainda segundo Almeida,

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções: (a) a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1997, p. 33-55).

A modernização pautada nos moldes da Revolução Verde provocou mudanças ecológicas, sociais, culturais e políticas no mundo rural (PORTO-GONÇALVES, 2004) e tem sido alvo de críticas em virtude do seu caráter social e ambientalmente danoso, além do alto custo econômico (ALENTEJANO, 2000).

Além disso, observa-se extrema desconexão da agricultura com a natureza e com as localidades, visto que fatores naturais foram e têm sido progressivamente substituídos por fatores artificiais (VAN DER PLOEG, 2009). Graziano da Silva assevera que “[...] se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem” (1998, p. 3). Essas intervenções humanas na natureza vêm intensificando cada vez mais esse fenômeno, contribuindo para a perda da autonomia dos territórios e dos vínculos com o território.

Sobre essa desconexão, Silva (2007) apresenta uma dimensão que possibilita analisar a distinção entre agronegócio (global) e camponeses (locais), relacionada aos modos de apropriação da natureza: a dimensão ecológica. Segundo o autor, a territorialidade camponesa é forjada na relação com os ecossistemas que constituem seu habitat. Concebendo o habitat como o “lugar de criar hábitos, de manifestação permanente de territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço”. Já a territorialidade desse modelo conhecido como agronegócio “é uma territorialidade sem vínculo com o lugar, pois o espaço tem valor do negócio, da oportunidade momentânea de acumulação, que amanhã poderá se dar num outro mais favorável” (2007, p. 58). São territorialidades dissemelhantes que reforçam e escancaram a perversidade do agronegócio para com os territórios.

Essa divergência se acentua com o avanço do processo de modernização, reforçado pelo Estado, principal agente financiador e promotor de políticas públicas direcionadas à expansão do agronegócio. A política de crédito agrícola adotada pelo Estado proporciona integração entre a indústria e a agricultura. No entanto, as políticas de estímulo à modernização não alcançaram de forma igualitária todas as unidades produtivas, contribuindo, assim, para a exacerbação das desigualdades no campo. No entendimento de Conceição (2013, p. 92), “o modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo”. As políticas agrícolas adotadas se constituem em novas formas de expansão capitalista.

Analisando a trajetória evolutiva da modernização da agricultura no território brasileiro, Matos e Pessôa (2011), com o objetivo de compreender o papel do Estado e a articulação das políticas públicas, dividem esse processo em três períodos, a saber:

[...] o primeiro, de 1960 até início dos anos 1980, em que o Estado cumpriu o papel de indutor e financiador da agricultura moderna no país e, que, por isso, é caracterizado como uma fase de expressão máxima de apoio do Estado. [...]. O segundo período vai de 1980 a 1990 e é marcada pela diminuição das políticas agrícolas, isto é, pelo desmonte de um projeto estatal. E, o último, período pós 1990, em que ocorre a reestruturação das políticas agrícolas e a adesão às políticas neoliberais. (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 302).

Para essas autoras, o Estado assume funções que propiciam a expansão do capital no campo e promovem a territorialização de grandes empresas agropecuárias por meio da concessão de subsídios e da implantação de infraestrutura necessária, assim como adere às políticas neoliberais a partir de 1990, período em que o Estado diminui consideravelmente a sua participação nas áreas sociais e econômicas e nas atividades agropecuárias.

Esse processo de modernização não resultou em mudanças significativas nas estruturas basilares agrárias brasileiras, mas se constitui numa “[...] maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil” (DELGADO, 2005, p. 7). Tais mudanças foram alicerçadas com a exacerbação da concentração fundiária e de renda e a precarização acentuada das relações de trabalho. A modernização conservadora², assim denominada por autores brasileiros, fundamentada no modo de produção capitalista, favoreceu os grandes proprietários de terras e fortaleceu as produções voltadas para a lógica do agronegócio. Pires e Ramos (2009) enfatizam que tal processo foi responsável por liberar mão de obra e terras para o processo de produção agropecuário.

No modo de produção sob a égide do capitalismo, tanto a força de trabalho quanto a terra se transformam em mercadorias. Os trabalhadores contam apenas com a sua força de trabalho – que pode ser vendida, numa falsa ideia de igualdade entre eles, trabalhadores expropriados, e o patrão, capitalista (MARTINS, 1981). A terra, transformada em mercadoria, intensifica não apenas a violência, a exploração e a expropriação do trabalhador, mas também se torna alvo da devastação ambiental. Além desses fatores, esse modelo prioriza a produção de *commodities* em detrimento dos alimentos.

² Processo caracterizado “por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedeiças, implementos, equipamentos de irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.)”. Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (DELGADO, 2005, p. 6-7). É a manutenção do status quo, da plantation, da escravidão, do latifundiário, do coronel de terra. O Estado brasileiro optou pela modernização, mas não por alterar a estrutura fundiária (Estatuto da Terra).

As alterações que são feitas no espaço rural, sejam elas no avanço da modernização agrícola ou na expansão de novas atividades no seu interior, deixam marcas e modificam a sua estrutura. Essas alterações não acontecem de forma padronizada em todos os espaços, há diferenciações no tocante aos avanços nos diferentes territórios.

Desde o seu surgimento o homem vem se relacionando com a terra, retirando dela o seu sustento. “A terra sempre foi para todos os povos a fonte da vida, seja para colher os alimentos e demais necessidades, seja para produzir cada objeto, bem, coisa que tenha valor para a vida diária da comunidade humana” (SOUZA FILHO, 2015, p. 58). Ao longo do tempo, adquire domínio sobre a natureza e por meio da agricultura o homem passa “a controlar quando, onde e como as plantas seriam cultivadas [...]” (SANTILLI, 2009, p. 35). Por milênios, esse controle se deu de maneira equilibrada, pois o homem conhecia a importância da conservação da natureza sob pena de desequilíbrio.

No entanto, essa harmonia entre homem e natureza vem se modificando cada vez mais ao longo dos anos e, com isso, causando impactos naturais, sociais e culturais. Contudo, é sob o modo de produção capitalista que essas alterações acontecem de forma mais intensa. Os recursos naturais, que antes eram acessados pelo seu valor de uso, são transformados em mercadoria³ e passam a ter valor de troca.

Consoante a isso, Souza Filho disserta:

O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivo ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado (SOUZA FILHO, 2015, p. 58).

Nesse processo, a terra também se transforma em mercadoria, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser arrendada, deixando de ser vista apenas como fornecedora da manutenção da vida. No entanto, ela se constitui numa mercadoria diferente das demais, pois não é produzida pelo trabalho humano (MARTINS, 1981; SOUZA FILHO, 2015), embora sobre ela possa recair todo o acúmulo científico que a humanidade conseguiu adquirir, ou seja, o conjunto da técnica e da tecnologia possível para torná-la (a terra) produtiva. E, tendo preço, este varia de acordo com as qualidades imanentes ao solo que, potencialmente, podem gerar

³ A concepção de mercadoria aqui adotada é a mesma que Marx utiliza no Livro I de *O Capital*. Ela se constitui num “[...] objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (MARX, 2017, p. 113).

renda, isto é, a renda da terra. Ela aparece onde a terra é propriedade privada de uma classe ou fração de classe, seja no campo ou na cidade (OLIVEIRA, 2007).

Na sanha de controlar tudo, o modelo de produção capitalista impõe ao trabalhador a sua separação dos meios de produção, visto que é na relação de liberdade e igualdade que se baseia a relação social capitalista (MARTINS, 1981). Nessa concepção, “[...] os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho” (OLIVEIRA, 2007, p. 36). Assim, só lhes resta vender a sua força de trabalho numa relação alienadora entre pessoas aparentemente iguais, mas que produzem resultados econômicos profundamente desiguais entre si. Concordamos com Silva quando ela assegura que:

A dinâmica da expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro via efeitos da modernização da agricultura, sobretudo, a partir de 1960, engendrou mutações nas relações de trabalho, de produção e no reordenamento territorial. O discurso de desenvolvimento e modernização pelos governantes e instituições internacionais emerge para superar o “velho” e “arcaico” com implantação de tecnologias configurando o agronegócio em detrimento do camponês. (SILVA, 2015, p. 7-8).

Essas são algumas das transformações que vêm acontecendo no espaço rural sob a égide do capital, uma vez que o discurso da modernização do campo em contraposição ao modelo “tradicional” e “arcaico” ganha força e começa a direcionar as mudanças que, conseqüentemente, alteram o uso da terra e da alimentação e, por conseguinte, geram rupturas (MENEZES, 2013a).

A partir da década de 1990, o processo de modernização da agricultura brasileira, articulado ao aparato tecnológico da Revolução Verde voltado exclusivamente para um segmento altamente capitalizado (SAUER, 2008), passa a contar com um novo nome: agronegócio. Fernandes e Welch (2004) asseveram que o agronegócio é uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista e que, apesar do aperfeiçoamento do processo, os problemas socioeconômicos e políticos não foram solucionados. O agronegócio tem intensificado a exploração da terra e do homem e se constitui numa tentativa de ocultar sua face perversa por meio da ênfase do viés produtivista.

O Estado de Sergipe não ficou de fora do processo de modernização da agricultura. A partir de análises feitas por Conceição (2011, 2013) e por Menezes, Silva e Silva (2019), verificamos que o espaço rural sergipano seguiu a lógica modernista desenvolvida em âmbito nacional. “Ao longo do período de 1970-1995 foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária em Sergipe, e na ocupação da fronteira

agrícola” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 5). Em seus estudos, Menezes, Silva e Silva (2019) identificaram que “os investimentos de capital e a mecanização no espaço rural sergipano é crescente, atua no processo de produção agrícola, em contraposição o agricultor familiar perde a autonomia na produção de alimentos”.

Após essa breve contextualização sobre o processo de modernização da agricultura, analisaremos a seguir o agronegócio a partir de sua definição, de seu contexto histórico e dos impactos negativos causados por ele.

2.2 – O desvelar do agronegócio: expansão e implicações na soberania e segurança alimentar e nutricional

Percebemos que ao longo dos anos o espaço rural brasileiro vem passando por transformações que podem ser notadas a partir da relação do homem com a natureza, nos diferentes usos da terra e nos diversificados modos de cultivar. O processo de modernização do campo brasileiro se intensifica a partir das ideias de produtividade e eficiência apregoadas pelo agronegócio.

Fundamentado no discurso que superestima a sua contribuição na elevação do PIB, geração de postos de trabalho e sua contribuição para o controle da balança comercial, o agronegócio tem utilizado o marketing e a propaganda em diferentes espaços nas redes sociais para agregar na sociedade e, especialmente no mercado consumidor, a defesa da sua atuação. O termo agronegócio é uma tradução de *agribusiness*, termo inglês proposto por Donald K. David em 1955 para tratar “das relações entre *agriculture* [agricultura] e *business* [negócio], que se intensificavam nos Estados Unidos” (POMPEIA, 2021, p. 43-44). De acordo com Davis (1955, p. 5 apud POMPEIA, 2021, p. 47-48),

[...] se queremos pensar em termos desse conceito mais amplo, precisamos de uma nova palavra, um substantivo, para designá-lo. Portanto, estou sugerindo um novo termo – o termo *agribusiness*, soletrado A-G-R-I-B-U-S-I-N-E-S-S. Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de commodities agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras.

Delgado (2005), ao analisar o processo de transição da modernização da agricultura para o projeto agronegócio, identifica a tríplice aliança formada pelo Estado, Academia e pela Mídia, que se constitui como um tripé que contribui para alicerçar o avanço do agronegócio no Brasil.

Para Bezerra (2009, p. 113), “o agronegócio surge para designar uma etapa de transformação da agricultura remetendo-a a posição de destaque quando vista a partir da sua relação com a indústria”. O termo é utilizado como estratégia de superação da visão que até então se tinha sobre a agricultura como um setor arcaico de práticas tradicionais.

Conclui-se que a utilização do termo agronegócio e sua forte influência no Brasil se dão baseados na visão integradora dos diversos segmentos da economia e do fato de que ele se constitui o grande motor da economia brasileira, capaz de interligar os vários segmentos produtivos dentro e fora da porteira (BEZERRA, 2009). Ademais, é um modelo de produção fundamentado no monocultivo, utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, adoção de pacotes tecnológicos, padronização e uniformização dos sistemas produtivos, artificialização do ambiente e pela consolidação de grandes empresas agroindustriais (SANTILLI, 2009). Esse modelo causa danos tanto para o meio rural quanto para o urbano. Concentração de terras, renda e poder; violência no campo; perda de terra; desemprego no campo; implicações negativas sobre a segurança e soberania alimentar; e problemas associados à contaminação química decorrente do uso intensivo de agrotóxicos são algumas das implicações do agronegócio (PORTO, 2013).

Com a inserção de sementes híbridas, dos agroquímicos, das máquinas e o avanço dos cultivos nos moldes do *agrobusiness*, influenciados pelo avanço de técnicas e de novas tecnologias, a produção de alimentos nas mais variadas regiões do Brasil sofreu alterações, proporcionando a homogeneização de sistemas produtivos e o avanço das *commodities* (MENEZES, 2013a). A produção para o autoconsumo, estratégia de reprodução social desenvolvida pelos camponeses, também é alterada à medida que eles se inserem nos mercados capitalistas (NIEDERLE; WESZ JR., 2018). Assim, a prática de monocultivo substitui a diversidade de cultivos e intensifica a redução da produção de alimentos, contribuindo para a perda de autonomia dos territórios.

Stedile e Carvalho (2010) atestam que, seguindo os ditames impostos por esse padrão hegemônico de produção, caminha-se para uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais, pois o acesso a alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação. Para Bezerra e Schneider (2012, p. 40), “a dinâmica desse sistema agroalimentar (hegemônico) traz consigo as causas e as consequências do atual modelo de produção, que por sua vez incide sobre o atual modelo de consumo”. Acerca do controle da produção de alimentos, Stedile e Carvalho asseveram o seguinte:

Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão concentrada sob controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora. Estima-se que menos de 50 grandes empresas transnacionais tenham o controle majoritário da produção de sementes, de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo mundo. (STEDILE; CARVALHO, 2010, p. 145)

Continuando a discussão sobre a temática da produção de alimentos, Vandana Shiva (2013), argumenta que temos sim uma ditadura do alimento em que algumas corporações controlam toda a cadeia produtiva, a autora assevera:

Se você olha para as quatro faces que determinam nossa comida, são todas controladas por grandes corporações. As sementes são controladas pela Monsanto por meio dos transgênicos; o comércio internacional é controlado por cinco empresas gigantes; o processamento é controlado por outras cinco, como a Nestlé e a PepsiCo; e o varejo está nas mãos de gigantes como o Walmart, que gosta de tirar o varejo dos pequenos comércios comunitários e com conexões muito diretas entre os produtores de comida e os consumidores. São correntes longas e invisíveis, onde 50% dos alimentos são perdidos. (SHIVA, 2013, entrevista publica na Folha de São Paulo em 24-08-2013).

O controle que as corporações exercem os processos da produção à comercialização de alimentos, implica na sua (in)disponibilização para o consumo da população. Isso se deve ao fato de que o alimento, para o capitalismo, passa a ser considerado uma mercadoria. Camacho (2009) adverte que

Essa inversão de prioridades ocorre porque a produção agrícola para o capitalismo e, conseqüentemente, para o agronegócio não passa de mais uma mercadoria, onde o alimento também se torna mercadoria, cuja produção depende do retorno financeiro que esse “negócio” dará. Porém, a alimentação é a primeira necessidade humana, e, logo, é a primeira função do trabalho na transformação da natureza, por isso deve ser a prioridade a ser produzida independente do retorno financeiro. (CAMACHO, 2009, p. 21).

A discussão sobre a questão alimentar se amplia ao longo dos anos, principalmente com a adoção dos conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Não basta discutir a temática somente pelo prisma da necessidade de confrontar as situações de fome e desnutrição. O direito à alimentação de qualidade precisa ser garantido, respeitar a diversidade cultural e promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica torna-se essencial (RAHAL; GENTIL; MAGALHÃES, 2020). As discussões em torno da SSAN envolvem as seguintes dimensões: a disponibilidade do alimento; o acesso ao alimento; a utilização dos alimentos e dos nutrientes; e a estabilidade, cujo objetivo é assegurar o direito à alimentação adequada. Atualmente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que o Brasil

adota é o afirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) que institui no artigo 3º que

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Quanto à soberania alimentar, considerando-se que “a soberania de um país depende de sua capacidade de produzir o seu próprio alimento, ou de, pelo menos, controlar as suas fontes e o seu comércio” (JÚNIOR, 2006, p. 178), o discurso em defesa da soberania alimentar dos povos tem ganhado força nas últimas décadas, principalmente a partir da coalização internacional da Via Campesina em 1996, com a defesa do alimento como bem social e a superação da mercantilização da comida relacionada com a criação de circuitos curtos para comercializar a alimentação e com a valorização da comida local (COCA, 2016). De acordo com a Declaração de Nyéléni – Foro Mundial pela Soberania Alimentar (2007, p. 1-2), a soberania alimentar

[...] é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentarias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. [...] promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzimos os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações.

A partir dessa concepção contra-hegemônica, defende-se que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos (STEDILE; CARVALHO, 2010). José Martí, citado por Stedile e Carvalho (2010, p. 151), já advertia que “Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe fornece as condições de sobrevivência”.

Para Maluf, a conexão entre a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar perpassa pelo exercício de “políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita [...] e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação” (2009, p. 22). A partir das definições apresentadas, consideramos a relação existente entre eles partindo da concepção que a SAN diz respeito a garantia de acesso a

alimentação adequada e saudável, e a soberania alimentar diz respeito a autonomia. Por conseguinte, neste trabalho, adotaremos Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante do que foi discutido, entendemos que discutir a expansão do agronegócio e suas implicações sobre a produção, comercialização e consumo de alimentos, desencadeará as análises vinculadas à soberania e segurança alimentar e nutricional, aliada à categoria território, uma vez que imperam nesse processo as relações de poder no espaço rural. Para tal fim, apoiamo-nos em concepções de autores que vêm sendo discutidas ao longo dos anos da ciência geográfica.

Raffestin (1993, p. 143), entende que o território é formado a partir do espaço, e que ele se constitui no “resultado de uma ação condizente por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Segundo esse autor, o ator sintagmático manifesta “a ideia de processo e articulações sucessivas no interior do processo” (1993, p.40), assim consideramos que as ações desenvolvidas pelos participantes envolvidos nesta pesquisa (estado, agricultores, comerciantes e consumidores) contribuem para a configuração agrícola do território analisado.

Ainda segundo Raffestin, o território é pensado a partir das relações estabelecidas entre esses atores, visto que eles “estão engajados num complexo jogo relacional”. Essas relações estão permeadas de poder. Para o autor, esse poder vai além do apresentado pelo Estado e afirma que:

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

Fundamentado nas contribuições do autor supracitado, também entendemos que as relações entre os diversos atores desenvolvidas no espaço, que produzem os territórios e as relações de poder, são fundantes na constituição do território. E associado ao confronto estabelecido entre as relações desenvolvidas pelos atores. Tal discussão pode ser visualizada no recorte espacial da pesquisa, como será apresentado nas seções subsequentes.

Para Haesbaert, o território “tem a ver com poder”, mas não está atrelado apenas ao “poder político”. Para ele, o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (2004, p. 1). Para

fundamentar a sua concepção de território esse autor se apoia na distinção que Lefebvre faz dos termos dominação e apropriação e suas relações com o poder. Concebe a apropriação como “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso” e a dominação como um poder “mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2004, p. 1-2).

Entendemos que os territórios produzidos pelos atores que representam o agronegócio no Brasil correspondem ao tipo ideal, funcional defendido por Haesbaert, visto que esses atores atuam com o objetivo de extrair os recursos necessários para atender ao modelo de sociedade vigente. Mas, considerando a multiplicidade de manifestações e de poderes incorporados nos territórios “através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos”, verificamos que, enquanto “tipos ideais”, os territórios “nunca se manifestam em estado puro”, e neles também encontramos a sua carga simbólica, embora tenha menor expressividade (2004, p. 3).

Assim posto, na seção subsequente, apresentaremos as características históricas, geográficas, sociais e econômicas do território escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa, o município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.

Configuração territorial do município de Nossa Senhora de Lourdes/PE

[...]. Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores. (HAESBAERT, 2021, p. 259)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, set./2022.

3 – CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

Nesta seção pretendemos analisar os elementos constituintes da configuração territorial do recorte empírico da pesquisa. A seção está dividida em quatro partes: i) “De Lagoa das Antas a Nossa Senhora de Lourdes – formação socioespacial”; ii) “Características edafoclimáticas e a produção agrícola do município”; iii) “Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização espacial do território”; iv) “Estrutura fundiária e o uso da terra”.

3.1 – De Lagoa das Antas a Nossa Senhora de Lourdes – formação socioespacial

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos – EMS (2014), elaborada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – (SEPLAG), o processo de formação de Nossa Senhora de Lourdes começou em 1810, com a chegada de um casal pernambucano, Joaquim José e Ana Josefa da Rocha, vindo diretamente de Pajeú das Flores. Eles fugiram da seca que assolava o sertão pernambucano, passaram por Piranhas, Estado de Alagoas, e tempos depois seguiram para Gararu, município de Sergipe. Mudaram-se para Escurial, povoado banhado pelo rio São Francisco, após o nascimento do primeiro filho.

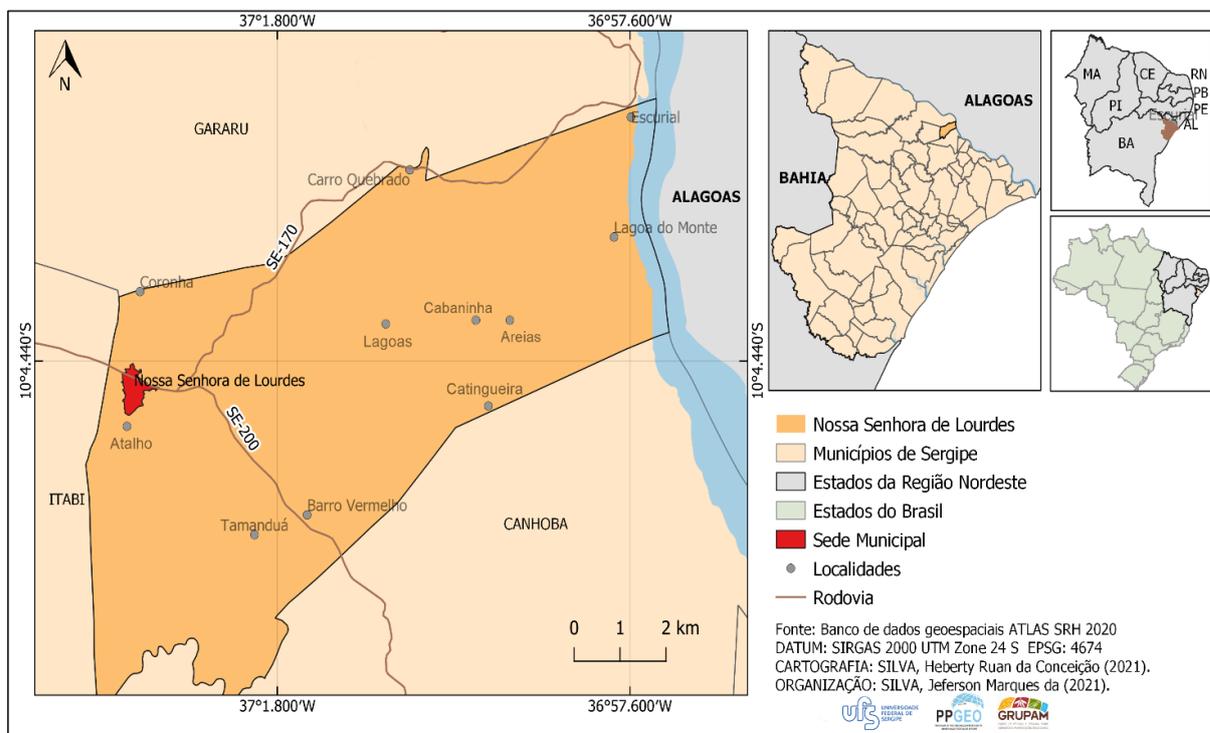
Depois da chegada a Escurial, adentraram a mata fechada para explorá-la, chegando, enfim, a uma grande lagoa onde existia uma considerável quantidade de antas, motivo pelo qual o lugarejo passou a ser chamado Lagoa das Antas e, posteriormente, Arraial das Antas.

Entre as décadas de 1870 e 1880, já se percebia um razoável crescimento nessa localidade com a chegada de algumas famílias oriundas de outros municípios de Sergipe, a família Santos, de Cedro de São João; Jaqueira, de Siriri; Feitosa, de Porto da Folha, e Eufrázio, de Lagoa Funda – Gararu. Até então, a povoação estava sob o domínio político do município de Gararu. Com a emancipação política de Canhoba, em 1938, ficou sob a administração desse novo município. Por influência do Cônego Lauro de Souza Fraga, passou a ser denominada, a partir de então, Nossa Senhora de Lourdes, sendo o nome escolhido para homenagear a imagem recém-chegada dessa santa.

Em 1953, em virtude de seu crescimento, conquistou oficialmente o título de Vila de Nossa Senhora de Lourdes. Em 1963, dez anos depois, pelo Decreto-Lei nº 1.034 de 13 de maio de 1963, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe concedeu à citada vila a categoria de município, sendo o primeiro prefeito eleito, em 06 de outubro de 1963, Paulo Barbosa de Matos.

O município de Nossa Senhora de Lourdes (Figura 1) está localizado no Norte do Estado de Sergipe, integra o território do Alto Sertão Sergipano e ocupa uma área de 83,767 km² (IBGE). Limita-se ao Norte com o município de Gararu; ao Sul com o município de Canhoba; a Leste com o Estado de Alagoas, separado pelo rio São Francisco; e a Oeste com Itabi (EMS, 2014). A sede do município dista da capital sergipana cerca de 152 km.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE



Fonte: Banco de dados geoespaciais ATLAS SRH, 2020. Adaptado pelo autor em 2021.

Embora esteja inserido no território do Alto Sertão Sergipano, esse município apresenta características edafoclimáticas típicas do clima de exceção e que o diferem de alguns municípios do citado território como será evidenciado no item subsequente.

3.2 – Características edafoclimáticas e a produção agrícola do município

A localização geográfica de Sergipe na zona intertropical contribui para elevações das médias térmicas anuais, predominando no território médias entre 24 e 26°C. O clima predominante no município é o tropical semiárido (EMS, 2014), com temperatura média anual de 26°C. Apresenta uma pluviosidade média de 800 mm, com distribuição irregular e ocorrência de chuvas, principalmente, entre os meses de março a agosto. Entretanto, a quantidade de

chuvas é superior à dos demais municípios do território a que está vinculada a cidade de Nossa Senhora de Lourdes/SE.

Com base nas informações do Observatório de Sergipe, o relevo está situado na unidade denominada Pediplano Sertanejo, unidade geomorfológica caracterizada pelo aplainamento generalizado do relevo, isso em virtude tanto do alto grau de dissecação resultante das condições climáticas passadas quanto do trabalho erosivo das águas correntes. Santos e Araújo (2012) asseveram que as altitudes nessa unidade geomorfológica não ultrapassam 750 metros; destacam-se na paisagem morfológica relevos residuais (tipo inselberg), além de amplas colinas rebaixadas, especialmente pelas condições climáticas pretéritas, com pequenas variações altimétricas, demonstrando predomínio de relevo de baixa topografia, o que facilita o processo de mecanização agrícola. Todavia, registra-se, por vezes, a ocorrência de matações cobrindo a superfície do solo em meio às formas dissecadas. Sobressaem na área metassedimentos do Grupo Macururé, representados por micaxistos granatíferos com lentes de quartzito milonitizado, metagrauvas e metarenitos finos. A essas rochas, associam-se granitóides tipo Glória (granitos e granodioritos leucocráticos) e tipo Propriá (biotita granitos porfiríticos).

O tipo de solo é o Neossolo litólico, solo considerado raso ou muito raso, bastante susceptível à erosão, com vegetação de campos limpos, campos sujos, capoeira e caatinga (CPRM, 2002). No município, a caatinga, formação vegetal predominante, configura-se como mata hipoxerófila, onde o déficit pluviométrico não é muito baixo.

A cobertura vegetal natural exerce papel fundamental tanto na proteção do solo quanto dos mananciais e reservas hídricas. Variáveis como clima, solo e geologia podem sofrer alterações a partir dos impactos na cobertura vegetal de determinado solo. Erosão, desertificação, enfraquecimento de um terreno são exemplos de problemas relacionados ao seu desgaste. Entretanto, segundo dados do Atlas BR disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o município de Nossa Senhora de Lourdes apresenta altos índices de desmatamento da vegetação natural (Tabela 1).

Tabela 1 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Cobertura vegetal natural, 2013 - 2017

Territorialidades	% de cobertura vegetal natural MapBiomias				
	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	67,56	67,32	67,11	67,05	66,93
Sergipe	13,69	13,71	14,10	14,68	15,66
Nossa Sra. de Lourdes	0,77	0,66	0,52	0,76	0,77

Fonte: PNUD, 2013 - 2017. Adaptado pelo autor em 2021.

Entre os anos pesquisados (2013 a 2017), verifica-se uma oscilação negativa entre os anos 2013 e 2015, chegando a apresentar apenas 0,52% de cobertura vegetal natural em 2015. A partir de 2016, a porcentagem apresenta ínfima alteração, passando de 0,76%, em 2016, para 0,77%, em 2017, enquanto em Sergipe percebemos aumento a cada ano do período analisado, aumentando de 13,69%, em 2013, para 15,66%, em 2017. A partir desses dados, conclui-se que o município apresenta alto índice de desmatamento da cobertura vegetal original, uma vez que o percentual da vegetação natural é inferior a 1%. A devastação da cobertura vegetal está associada ao uso da terra para produção de pastagens e cultivos agrícolas, como será discutido posteriormente.

Em relação à hidrografia, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio São Francisco, que constitui a drenagem principal. Pode-se distinguir dois domínios hidrogeológicos: Metassedimentos/Metavulcanitos e Cristalino. O primeiro ocupa aproximadamente 80% do território municipal. Os Metassedimentos/Metavulcanitos e o Cristalino têm comportamento de “aquífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nesse tipo de rocha, a ocorrência da água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro desse contexto, em geral, as vazões produzidas por poços artesanais são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semiárido e do tipo de rocha, é, na maior parte das vezes, salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas cristalinas, sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa de abastecimento nos casos de pequenas comunidades ou como reserva estratégica em períodos prolongados de estiagem (CPRM, 2002).

O rio São Francisco tem uma importância considerável para os municípios por ele margeados. Suas águas, por muito tempo, representaram para famílias de Nossa Senhora de Lourdes fonte de renda e de trabalho, fato que vem sendo alterado desde as construções de usinas hidrelétricas, ao longo de seu curso, para geração de energia por meio do represamento das águas. Por décadas, esse rio ficou conhecido pelo volume de suas águas, o que possibilitava a navegação de diversas embarcações, tais como lanchas, canoas, balsas. Segundo relatos de moradores do povoado Escurial, até navios singravam pelas suas águas: *“Toda semana tinha um navio grande chamado Comendador Peixoto que vinha de Penedo e subia até Pão de Açúcar ou Piranhas no estado de Alagoas, transportando pessoas e mercadorias”* (Consumidor 1, Povoado Escurial, set/2022). Contudo, com as alterações no regime de suas águas a

navegação em alguns trechos do rio está comprometida, principalmente em períodos de vazão baixa.

As cheias naturais desse rio, que ocorriam anualmente entre os meses de novembro e março, proporcionavam aos pescadores abundância e diversidade de peixes, dentre eles piau, bambá, robalo, mandim, chira, pilombeta, traíra, pirambeba, além de camarão e pitu. Era também nesse período de cheias que ocorriam as enchentes das lagoas (Figura 2), que se formavam nas imediações do rio e eram utilizadas para o cultivo do arroz.

Figura 2 - Lagoa, Povoado Escurial – Nossa Senhora de Lourdes/SE



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

Segundo nossos entrevistados, o arroz era plantado quando as águas do São Francisco começavam a baixar. Primeiramente os agricultores preparavam os canteiros e as leiras às margens da lagoa e semeavam as sementes do arroz que tinham sido guardadas da última colheita. Quando o arroz estava no ponto de plantio era arrancado manualmente e plantado diretamente na lama da lagoa. O relato a seguir denota o saudosismo desse período tão marcante para agricultores que cultivavam esse cereal:

A lagoa ia vazando e todo dia a gente ia plantando. Amanhecia aquele monte de lama, o povo chamava de jabá, aí a gente mandava brasa, vencia aquela lama naquele dia. Quando era no outro dia, outra tire de novo, até quando plantava a terra toda. Era uma época boa. Quando chegava o verão, período em que o arroz estava maduro, iniciava-se a colheita. (Agricultor 1, Povoado Escurial, out./2022)

Os relatos ratificam a relevância das cheias desse rio para o desenvolvimento desse cultivo. As enchentes do rio eram certas e todo ano o cultivo do arroz e a abundância de peixe eram garantidos, ou seja, os habitantes das comunidades ribeirinhas tinham disponibilidade de

alimentos. Atualmente a realidade é outra: as cheias ocorrem quando, em períodos de muitas chuvas, as usinas hidrelétricas, em virtude do aumento de águas em seus reservatórios, liberam água. Com a baixa vazão e com a irregularidade das cheias do rio (Figuras 3 e 4) as lagoas ficaram comprometidas e o cultivo de arroz no município cessou, tema que será discutido ao longo do texto.

Figura 3 – Baixa vazão do Rio São Francisco – Prainha do Salito e Porto da Balsa – Povoado Escurial – Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: Arquivo pessoal do autor, out./2020.

Figura 4 – Alta vazão do Rio São Francisco – Prainha do Salito e Porto da Balsa - Povoado Escurial - Nossa Senhora de Lourdes/SE



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, jan./2023.

Outra importante atividade que ocorria no rio São Francisco era a travessia de gado bovino do estado de Sergipe para as feiras de gado em Arapiraca e, principalmente, em Campo Grande, no estado de Alagoas. Por muitos anos, o povoado Escurial contava com o serviço de duas embarcações (balsas) que eram utilizadas tanto para atravessar automóveis quanto para atravessar esses animais para o estado vizinho. A condução do gado do município e de outros circunvizinhos até as feiras era feita de forma semelhante à descrita por Andrade:

O gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas para a condução desses animais. [...]. Costumavam locomover-se com um homem caminhando à frente da boiada, cantando o “aboio sertanejo”, enquanto os demais acompanhavam as reses, tangendo-as e vigiando-as para que não se dispersassem. (ANDRADE, 1973, p. 185).

Segundo relato do proprietário de uma das embarcações, eles realizavam semanalmente, nas quintas e sextas-feiras, o transporte de mais de 800 cabeças de gado. Santos (2018) assevera que, em décadas passadas, nas cidades que existiam feiras de gado, em virtude de a condução do rebanho ser feita por vaqueiros pelas principais ruas e praças, nos dias de feiras nessas cidades ocorriam alterações mais intensas. Apesar de não existir esse tipo de comércio no povoado Escurial, ele era rota de passagem de gado para as feiras já mencionadas e, nos dias de travessia, notava-se certa movimentação proporcionada por esta atividade.

Atualmente, com as transformações no sistema de transporte e com o melhoramento das rodovias, “os animais realizam trajetos mais curtos, [...] e são transportados até a feira em ‘caminhões gaiola’ ou ‘caminhões boiadeiros’” (SANTOS, 2018, p. 86) e essa atividade não acontece no mesmo ritmo do passado neste município.

No que diz respeito à prática agrícola desenvolvida nessa comunidade, embora seja a porção do município localizada às margens do rio São Francisco, observamos que os agricultores não desenvolvem a técnica de irrigação. Prevalece a agricultura de sequeiro com a prática predominante do monocultivo do milho e a pecuária bovina e suína.

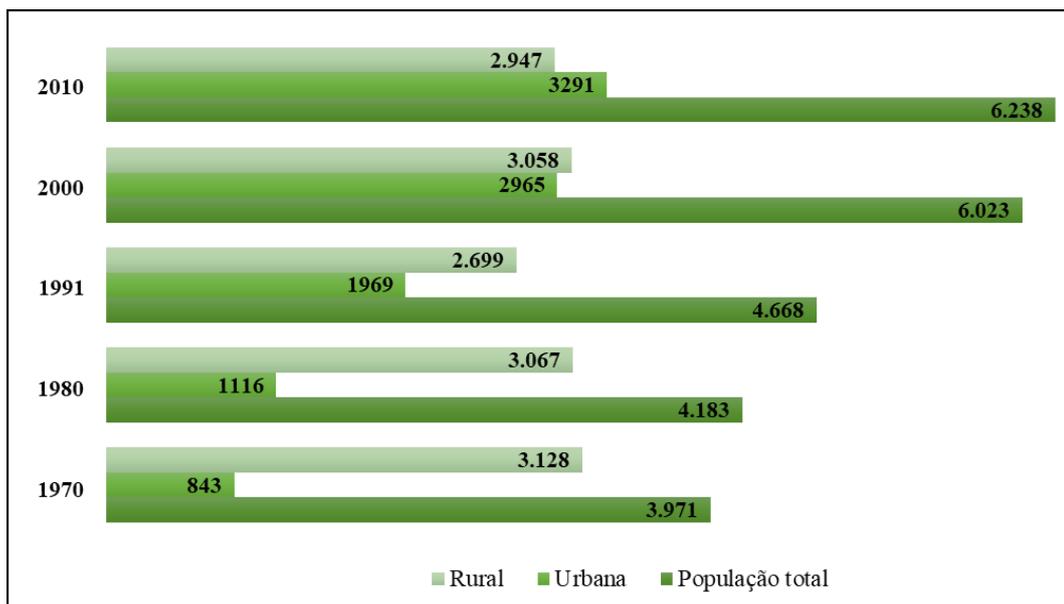
Além desses aspectos abordados, consideramos também importante a análise das relações estabelecidas entre os aspectos populacionais e os indicadores sociais na conformação espacial do município.

3.3 – Aspectos humanos e os indicadores sociais na organização espacial do território

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, a população absoluta do município contava com 6.238 habitantes, sendo a população residente na zona urbana de 3.291 hab.; desse total, 1.652 são do sexo feminino e 1.639 do sexo masculino; já na zona rural, é de 2.947 habitantes, sendo do sexo feminino 1.435 e do sexo masculino 1.512 habitantes. Perfaz, assim, uma densidade demográfica de 74,46 hab./km². A população estimada em 2021 foi de 6.509 habitantes.

Como mostra o Gráfico 1, ao longo das décadas, a situação domiciliar da população do município foi se configurando num novo cenário, seguindo a tendência estadual e nacional – acréscimo da porção urbana e decréscimo da rural.

Gráfico 1 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – População residente 1970 -2010



Fonte: Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Dentre os anos analisados, percebemos um aumento da população urbana desde os anos de 1980. As taxas mais elevadas de crescimento ocorreram a partir da década de 1990, visto que, nas duas anteriores décadas observadas (1970 e 1980), a população urbana não representava 30% do total do município, constituía, respectivamente, 21,23% e 26,68%. A partir da década de 1990, a população urbana de Nossa Senhora de Lourdes passa a representar mais de 40% do total. É no Censo Demográfico realizado em 2010 que se observa a superação do número de habitantes residentes no campo desse município, situação intensificada, principalmente, pelo processo de modernização da agricultura, “entendida como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo propiciando significativas alterações na estrutura fundiária” (MENDONÇA; RIBEIRO; THOMAZ JR., 2002, p. 10).

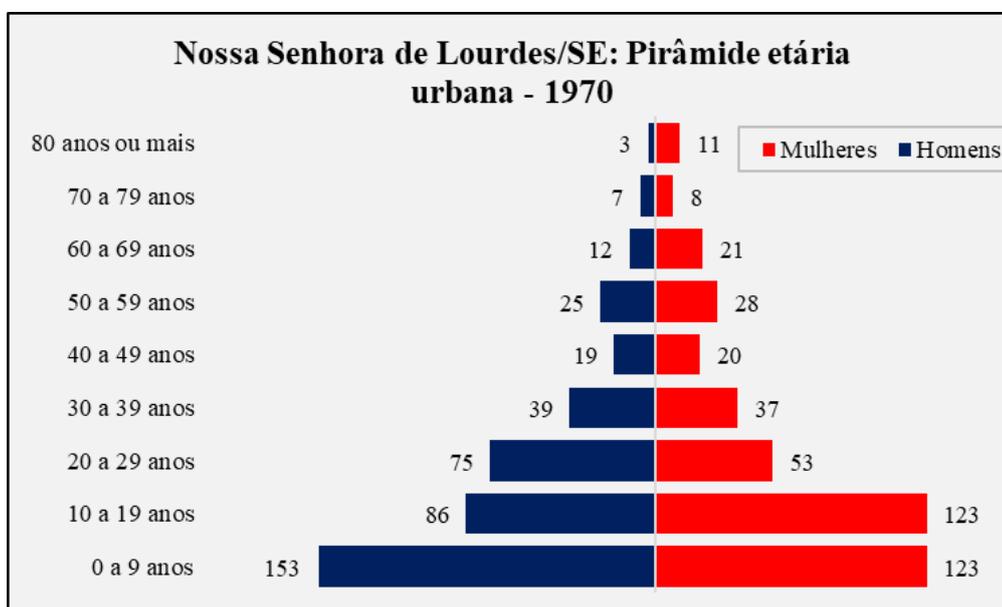
No município, a adoção de técnicas e tecnologias, por meio da utilização de máquinas agrícolas, provocou a redução de postos de trabalho na produção e contribuiu para a migração direcionada a sede municipal. Essa alteração refletiu na crescente inserção da população economicamente ativa do município em atividades econômicas atreladas ao terceiro setor da economia (comércio e serviços), atividades desenvolvidas especialmente na área urbana.

Analisando as pirâmides etárias⁴ da população urbana dos anos 1970 e 2010 (Gráficos 2 e 3), também constatamos que o município segue a mesma lógica de transição demográfica

⁴ As análises das pirâmides etárias são feitas com base em três subdivisões: população jovem (com idade de 0 a 19 anos), adulta (dos 20 aos 59 anos) e população idosa (acima dos 60 anos).

verificada no Brasil. Observamos crescimento das populações adulta e idosa, influenciado, principalmente, pelo progresso da medicina e pela maior conscientização quanto à prevenção de doenças e redução na base da pirâmide que representa a população jovem.

Gráfico 2 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Urbana, 1970

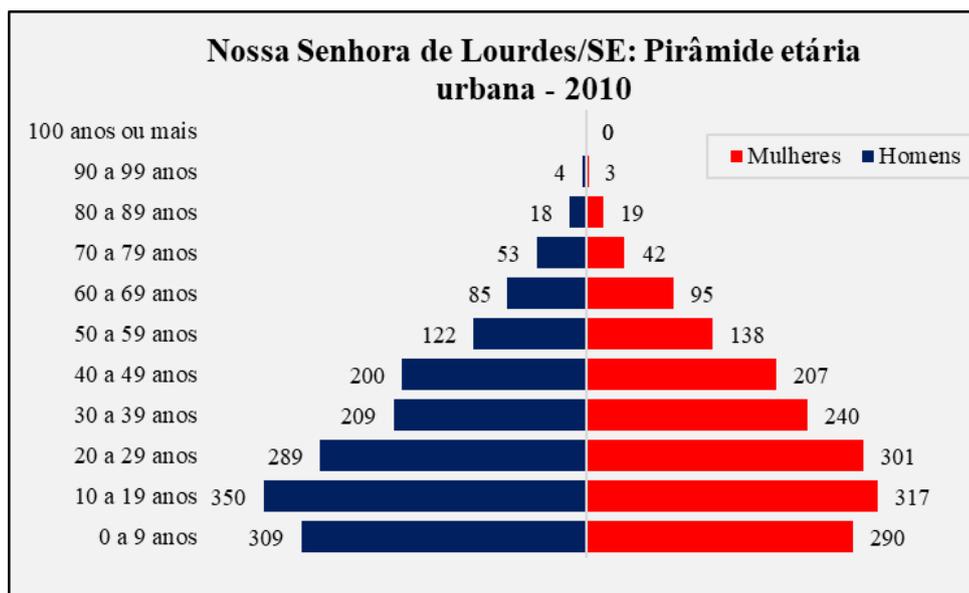


Fonte: Censo Demográfico, 1970.

Na década de 1970, a população urbana jovem do município correspondia a 57,53% do total; em 2010, representava 38,46%. As medidas adotadas em âmbito nacional quanto ao controle reprodutivo das famílias repercutem na esfera estadual e municipal. Os dados do município refletem os efeitos de tais ações, visto que essa redução é decorrente da diminuição das taxas de fecundidade e natalidade, influenciada pelo aumento do uso de métodos contraceptivos (pílulas anticoncepcionais, dispositivo intrauterino – DIU – e preservativo). Assim como o crescimento da esterilização de homens e mulheres em idade de procriar. Para além desses fatores, podemos mencionar, também, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a decisão de casais por famílias menores diante do aumento dos custos financeiros na criação dos filhos.

Em 2010, a população urbana adulta do município representava mais da metade dessa população, 51,83%. Esse dado é importante, representa a parcela da população em fase de trabalhar, a chamada população economicamente ativa do município, que se encontrava distribuída nas atividades econômicas relacionadas ao terceiro setor da economia (comércio e serviços).

Gráfico 3 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Urbana, 2010

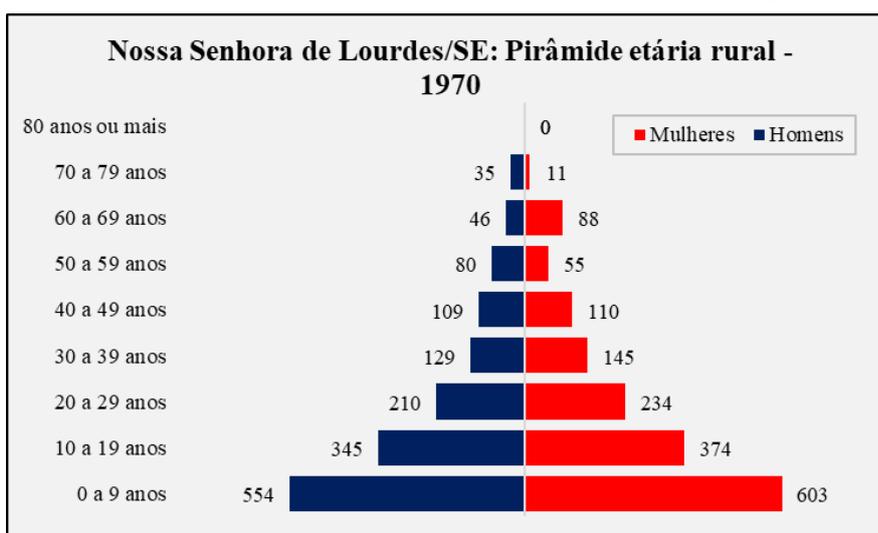


Fonte: Censo Demográfico, 2010.

As pirâmides etárias abaixo (Gráficos 4 e 5) expressam a quantidade da população rural de Nossa Senhora de Lourdes nos anos de 1970 e 2010. Constatamos também a redução da população jovem nesse espaço e o crescimento das populações adulta e idosa. Em 1970, a população idosa da zona rural correspondia a 5,75% do total; já em 2010, essa parcela da população rural representava 11,02%, apresentando um crescimento de mais de 5% entre os anos observados.

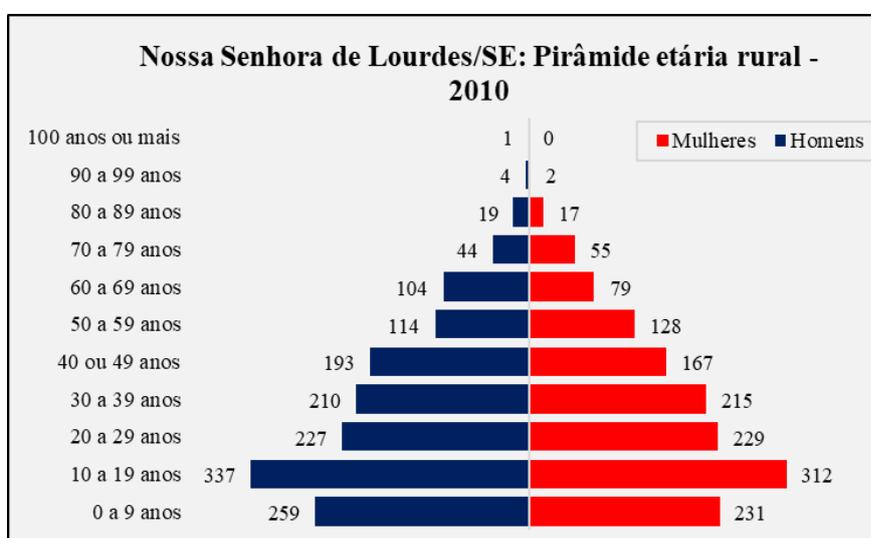
A melhoria na qualidade e na expectativa de vida da população, relacionada aos avanços da medicina – do diagnóstico de doenças à descoberta de medicamentos para cura de enfermidades –, a maior conscientização da população quanto à prevenção de doenças e o aumento da renda da população idosa por meio da Previdência Rural, refletem nesse crescimento. O impacto dos benefícios sociais com “A Previdência Social Rural transformou-se, ao mesmo tempo, em uma política de combate à pobreza, especialmente dos idosos, e em um canal de distribuição de renda determinante para as economias municipais”. (ARRAIS, 2017, p. 216).

Gráfico 4 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Pirâmide Etária da População Rural, 1970



Fonte: Censo Demográfico, 1970.

Gráfico 5 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Pirâmide Etária da População Rural, 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Essas transformações observadas na renda, principalmente por meio de programas de transferência de renda direta para o cidadão (Benefício de Prestação Continuada – BPC-Loas ou, simplesmente BPC e o Programa Bolsa Família - PBF), bem como os avanços na área da saúde, refletem no aumento da expectativa de vida.

O setor educacional, por meio de programas que garantem o acesso e a permanência na escola, contribuem positivamente para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, sobretudo em municípios pequenos como Nossa Senhora de Lourdes. O IDHM verificado em Nossa Senhora de Lourdes em 2010 foi de 0,598 (Tabela 2), índice que eleva o município ao patamar dos municípios que apresentam médio desenvolvimento. A partir

da análise das três dimensões que compõem o IDHM (Educação, Longevidade e Renda), verificamos que o componente que contribuiu com maior intensidade está relacionado à Longevidade, 0,719, seguido da Renda, 0,560, e Educação, com índice de 0,532.

Tabela 2 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1991 - 2010

IDHM e Componentes	Ano		
	1991	2000	2010
IDHM	0,340	0,459	0,598
IDHM Educação	0,156	0,302	0,532
IDMH Longevidade	0,504	0,606	0,719
IDMH Renda	0,502	0,530	0,560

Fonte: PNUD, 1991 - 2010. Adaptado pelo autor em 2021.

A evolução apresentada pelo componente Educação está associada às políticas educacionais implementadas ao longo das últimas décadas. Para a melhoria do sistema educacional, o município contou com o apoio de políticas financiadas pelo governo federal, como FNDE, PDDE, PNAE, Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e Bolsa Família, visto que uma das condicionalidades desse programa é a frequência escolar mínima de 75% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. Além dos programas já elencados, Arrais (2011) destaca que o FUNDEB tem proporcionado maior autonomia a determinados grupos de atores sociais em pequenos municípios do Brasil. Os repasses são feitos com base no número de matrículas com base nas informações do Censo Escolar. Para Queiroz *et al.* (2011, p. 42), compreendendo o acesso à educação como um direito social constitucional, essa política educacional brasileira, “tem por obrigação a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais, ou seja, deve criar condições materiais propícias à obtenção da igualdade real e de uma existência digna”. Esse tipo de transferência para o município não deixa de ser funcional para a sua economia, pois, de certa forma, aquece o mercado, já que 60% dos recursos são destinados às ações de complementação salarial (ARRAIS, 2011).

Atualmente, o município conta com 09 instituições públicas de ensino vinculadas às redes estadual e municipal (Quadro 4): três escolas localizadas na sede e seis distribuídas nos povoados.

Quadro 4 - Instituições de Ensino de Nossa Senhora de Lourdes/SE - 2022

Instituições Públicas de Ensino				
Estadual	Unidades	Endereço	Nº de alunos	Turnos de funcionamento
	Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Sede	435	3
	Escola Est. Profª. Eulina Batista de Melo	Sede	128	3
	Colégio Est. Monsenhor Fernando Graça Leite	Pov. Escurial	135	3
Total de alunos da rede estadual				698
Municipal	Escola Municipal Enedina Batista de Melo	Sede	380	3
	Núcleo Pré-escolar		148	2
	Escola Municipal Paulo Barbosa de Matos	Pov. Escurial	168	2
	Escola Municipal Jonas Ferreira de Araújo	Pov. Carro Quebrado	46	1
	Escola Municipal Dr. Augusto Franco	Pov. Catingueira	27	1
	Escola Municipal Ulisses Gomes de Andrade	Pov. Barro Vermelho	33	1
Escola Municipal Adolfo Martins	Pov. Lagoas	24	1	
Total de alunos da rede municipal				826

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Adaptado pelo autor.

O município, apesar de não atingir as metas projetadas para os anos de 2017 e 2019 (Tabela 3), apresenta evolução no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação básica a partir de dados e se constitui também índice orientador de políticas públicas para a educação.

Tabela 3 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2017, 2019 e 2021

Períodos Série / Ano	2017		2019		2021	
	Metas Projetadas	IDEB observado	Metas Projetadas	IDEB observado	Metas Projetadas	IDEB observado
4ª Série / 5º Ano	4,5	4,1	4,8	4,2	5,1	4,6
8ª Série/9º Ano	4,6	4,1	4,9	4,3	5,2	4,3
3ª Série do EM	*	3,2	3,4	3,6	3,6	4,0

* Meta não apresentada. Fonte: INEP, 2019/2021.

No tocante ao componente Longevidade, contribuiu para seu crescimento a popularização de serviços públicos de saúde (PSF, Farmácia Básica), além da melhoria na qualidade de vida, por sua vez atrelada ao desenvolvimento de hábitos saudáveis e prática de atividades físicas.

Quanto à elevação da Renda, observa-se que este índice apresentou o menor crescimento, praticamente não houve uma evolução significativa, não conseguiu ultrapassar o dígito como os demais índices. Contudo, embora o seu aumento tenha sido reduzido, as políticas

de transferência de renda do governo federal (BPC e PBF), vinculados ao avanço do número de beneficiários da Previdência Social que recebem a aposentadoria e pensão (ARRAIS, 2011, 2016, 2019) contribuíram para a alteração dos dígitos. Para esse autor, a política de redistribuição de renda via política social reverbera positivamente na economia municipal e os benefícios da Previdência Social garantem a segurança alimentar brasileira (ARRAIS, 2017; 2019). No que diz respeito especificamente ao Programa Bolsa Família - PBF, política governamental de combate à pobreza, também atestamos a sua importância na composição da renda das famílias carentes do município. A Tabela 4 explicita os valores repassados para os beneficiários desse programa no município em análise.

Tabela 4 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Famílias beneficiadas e valores repassados pelo Programa Bolsa Família, 2016 - 2020

Ano	Famílias beneficiadas ⁵	Valor total repassado (R\$)
2016	1.079	2.415.756,00
2017	1.172	2.389.737,00
2018	1147	2.338.943,00
2019	1.091	2.276.275,00
2020	1.079	610.049,00 ⁶

Fonte: Ministério da Cidadania, 2021.

Para além da Aposentadoria Rural, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família⁷, que se constituem como transferências diretas para o cidadão, são funcionais para as economias municipais e aquecem o mercado. Isso porque capitalizam pequenos agricultores e grupos familiares urbanos, incrementam o consumo de bens duráveis, de insumos agrícolas e de bens de consumo não duráveis, impulsionando o comércio local e regional (ARRAIS, 2011), favorecendo, assim, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB – do município por meio da variável “Serviço”. Tal fato é visível no município em análise, com a alteração na movimentação nos estabelecimentos comerciais e na feira semanal no período de recebimento dos benefícios, especialmente na primeira quinzena mensal.

Com relação ao PIB do município (Tabela 5), verifica-se crescimento relevante entre os intervalos pesquisados. Comparando os valores obtidos entre o primeiro e o último anos analisados, observamos que o PIB de 2018 teve crescimento superior a 60% quando comparado ao PIB de 2012. As contribuições de cada variável para a composição total do PIB de 2018 do

⁵ Obs.: Como a quantidade de famílias beneficiadas altera a cada mês, a quantidade exposta na tabela foi obtida a partir da média anual das famílias beneficiadas.

⁶ O valor do repasse em 2020, segundo a SMAS, é bem inferior em virtude do repasse do Auxílio Emergencial.

⁷ Programa criado pela Medida Provisória nº 132, de 20/10/2003, a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás.

município de Nossa Senhora de Lourdes se deu da seguinte forma: Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – 50,19%; Serviços – 29,70%; Agropecuária – 9,07%; Impostos – 6,06% e Indústria – 4,95%.⁸

Tabela 5 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Produto Interno Bruto (PIB) (x 1000), 2012 - 2018

Variável	Ano			
	2012	2014	2016	2018
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	22.510,00	27.801,74	29.290,79	30.617,01
Agropecuária	4.485,00	8.732,12	9.499,44	5.537,76
Impostos	1.523,00	2.188,93	3.318,54	3.696,42
Indústria	2.365,00	2.283,580	2.994,62	3.024,60
Serviços	8.590,00	11.192,64	15.690,35	18.117,73
PIB total	39.474,00	52.199,01	60.793,73	60.993,51

Fonte: IBGE, 2020.

O exercício estatístico demonstra que, assim como em outros municípios de Sergipe e do Brasil, em Nossa Senhora de Lourdes a variável “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” apresentou maior contribuição para a formação do PIB no período analisado. Esse dado revela a importância dos entes federados (município, Estado e União) para a composição dessa variável. Somado a isso, observa-se a relevância das aposentadorias rurais e dos benefícios sociais originários de programas e políticas públicas do governo federal. Arrais (2011) enfatiza que as transferências de recursos promovem transformações territoriais, pois, além de combaterem a pobreza, podem implicar maior autonomia para os atores sociais.

Com base no relatório “Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017)”, elaborado por Lopez e Guedes, constatamos a expansão quantitativa no setor público em todas as esferas. Entretanto, no âmbito municipal, evidencia-se que “quase a metade das ocupações pertence do núcleo de provimento de bens e serviços do Estado de bem-estar: saúde e educação” (LOPEZ; GUEDES, 2020, p. 46). A expansão se deu da seguinte forma: os vínculos municipais aumentaram 276%, de 1,7 milhão para 6,5 milhões, entre 1986 e 2017; enquanto isso, aqueles relacionados aos setores estaduais aumentaram de 2,4 milhões para 3,7 milhões – 50% –, e o total de vínculos federais – civis e militares – se expandiu 28% e passou de 923 mil para 1,18 milhão de 1986 a 2017. Os autores destacam dois fatores primordiais para essa evolução, quais sejam: a municipalização e o aumento do número de municípios. Segundo

⁸ Para composição da porcentagem de cada variável, foram utilizados os números até a segunda casa decimal depois da vírgula, constituindo, assim, valores aproximados.

eles, a partir do movimento de municipalização, os municípios ampliaram suas competências e atribuições, incluído o provimento de serviços que integram o núcleo do Estado de bem-estar – educação, saúde e assistência – e que respondem por parte expressiva dessa expansão, além do crescimento de 40% do número de municípios do país de 1980 a 2017 (LOPEZ; GUEDES, 2020). Essa análise dos autores supracitados pode ser verificada no município em análise com o crescimento do número do funcionalismo público efetivo, juntamente com aqueles prestadores de serviço com contratos temporários e o reflexo no PIB municipal, como apresentado na Tabela 5.

Com relação à participação da variável “Agropecuária” no PIB deste município, composta pela produção de diversos produtos oriundos do setor rural, provenientes tanto da produção vegetal como da produção animal, será analisada a partir dos dados apresentados pelos últimos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE nos anos (1995-1996, 2006 e 2017). Observamos que o processo de modernização, evidenciado no capítulo anterior, na agropecuária brasileira, igualmente ocorreu no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE. Considerando a importância dos dados sobre a estrutura agrária e as atividades vinculadas ao setor primário para esta pesquisa, analisaremos, no tópico subsequente, as informações concernentes ao recorte espacial desta pesquisa.

3.4 – Estrutura fundiária e o uso da terra

É histórica a desigualdade fundiária brasileira, constituindo-se, assim, num grande problema no meio rural com implicações na produção agrícola, na quantidade de postos de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Assim, “Iniciada com o instrumento colonial das sesmarias e intensificada pela Lei de Terras de 1850, a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro” (ALENTEJANO, 2011, p. 71).

Para entender a composição da estrutura fundiária de um município, é importante conhecer como se institui o módulo fiscal – MF, dada a sua relevância na classificação das propriedades. Segundo o Estatuto da Terra, o MF de cada município, expresso em hectares, será determinado levando-se em consideração os seguintes fatores: o tipo de exploração predominante; a renda obtida no tipo de exploração predominante e outras explorações existentes, embora não predominantes (BRASIL, 1964).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: minifúndio – área rural inferior a 1 MF; pequena propriedade – imóvel com área entre 1 e 4 MFs; média propriedade –

imóvel rural com área superior a 4 e até 15 MFs; e grande propriedade – o imóvel rural de área superior a 15 MFs. Considerando essa classificação, o módulo fiscal correspondente ao município em estudo equivale a 60 ha.

A estrutura fundiária de Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com os três últimos Censos Agropecuários realizados (Tabela 6), é formada, principalmente, por estabelecimentos com menos de 10 hectares, ou seja, predominam minifúndios. Em 2017, o percentual dos minifúndios e das pequenas propriedades ultrapassou 95% do total de estabelecimentos. Somente 10 propriedades agropecuárias apresentavam uma área com 100 hectares ou mais. Com base na classificação dos imóveis rurais estabelecida pelo INCRA, constatamos a predominância de minifúndios e pequenas propriedades neste município.

Tabela 6 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Estrutura Fundiária, 1995/1996, 2006 e 2017

Grupos de área	ANOS					
	1995/1996		2006		2017	
	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (Unid. - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)
Menos de 5 ha	130 35,52%	285,419 3,61%	197 48,64%	344 6,23%	118 36,87%	238 5,31%
5 a -10 ha	64 17,49%	486,88 6,16%	73 18,02%	551 9,98%	62 19,37%	474 10,59%
10 a -20 ha	74 20,22%	1.072,938 13,57%	64 15,80%	866 15,69%	61 19,06%	855 19,11%
20 a -50 ha	62 16,94%	1.905,076 24,1%	45 11,11%	1.458 26,42%	51 15,93%	1.649 36,85%
50 a -100 ha	24 6,56%	1.840,992 23,29%	17 4,19%	1.227 22,23%	18 5,62%	1.258 28,11%
100 ha e mais	12 3,28%	2.313,812 29,27%	9 2,22%	1.072 19,42%	10 3,12%	X
Total	336 100%	7.905,117 100%	405 100%	5.518 100%	320 100%	4.474 100%

Obs.: est. agrop. – Estabelecimentos agropecuários. Os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão identificados com o caracter X.

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017.

Os Gráficos 6 e 7 a seguir, permitiram constatar que o número de propriedades com menos de 10 ha, em 1995/1996, representava 53,01% do total de estabelecimentos e, em 2017, houve aumento desse percentual, alcançando 56,24%. Já o número de estabelecimentos com 100 ou mais hectares apresenta leve redução, de 3,28%, em 1995/1996, para 3,12%, em 2017.

Gráfico 6 – Nossa Senhora de Lourdes/SE - Número dos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017

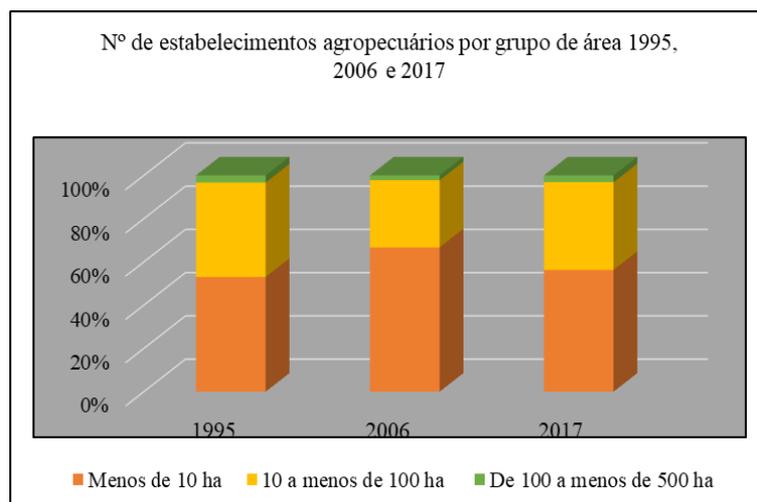
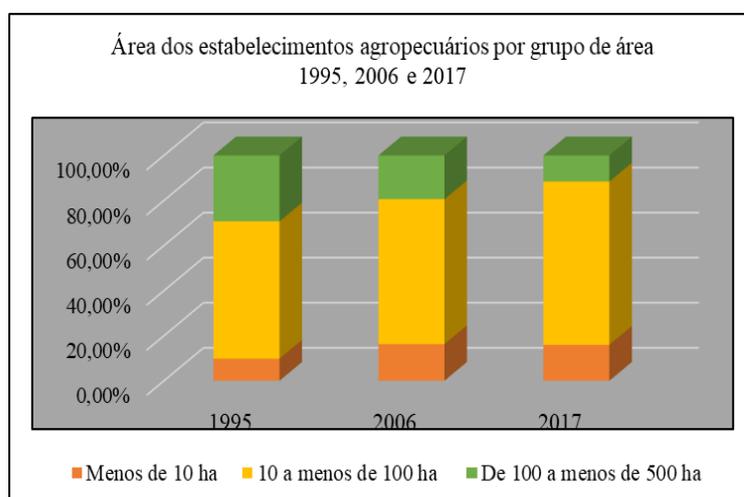


Gráfico 7 – Nossa Senhora de Lourdes/SE - Área dos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017



Conseqüentemente, percebe-se ampliação das áreas dos estabelecimentos nos seguintes grupos de área: menos de 10 ha (de 9,77% em 1995/1996 para 15% em 2017) e 10 ha a menos 100 ha (de 60,96% em 1995/1996 para 72,51% em 2017). Os dados ratificam a fragmentação dos estabelecimentos rurais com o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades no município.

Outra informação importante para leitura da questão agrária é a quantidade de pessoal ocupado nesses locais, o que evidencia a expulsão de trabalhadores do campo, impulsionada pelo processo de modernização e mecanização da agricultura.

No Brasil, são os pequenos estabelecimentos (menos de 100 ha) que respondem pela maior porcentagem de pessoas ocupadas nessas áreas. A Tabela 7 apresenta a quantidade de

pessoal ocupado no município em análise. Esses dados reiteram que no município também são as pequenas propriedades que absorvem o maior número de pessoas.

Tabela 7 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017

Anos	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
1995 ⁹			1.071
2006	1.034	177	1.211
2017	1.011	166	1.177

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017.

Altafin (2007) assevera, com base nos dados do estudo do INCRA/FAO (2000), que o universo da agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o reduzido acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. A autora assevera que o apoio produtivo à agricultura familiar se constitui num mecanismo de autopromoção da segurança alimentar e nutricional. Enfatiza ainda que os estabelecimentos familiares são os principais geradores de postos de trabalho no meio rural, como mencionado anteriormente. Os estabelecimentos patronais geram um posto de trabalho comumente a cada 67 hectares, enquanto isso, as unidades familiares necessitam de apenas oito hectares para disponibilizar esse mesmo número.

No que diz respeito às principais atividades econômicas do município vinculadas ao setor agropecuário, destaca-se a criação de bovinos, suínos e aves (Tabela 8). Em relação à criação de suínos e ovinos, esses animais são criados para o fornecimento de carne. É importante ressaltar que a elevada quantidade de suínos está relacionada ao avanço da pecuária leiteira no município e ao crescimento do número de fabriquetas de queijo artesanal, visto que o resíduo do queijo, o soro, é aproveitado para a alimentação dos suínos. Portanto, o rebanho suíno está relacionado ao trinômio leite-queijo-suínos, como discutido por Menezes, Silva e Silva (2019).

Tabela 8 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Quantidade efetiva do rebanho (cabeças), 1995/1996, 2006 e 2017

Anos	Bovinos	Suínos	Equinos	Asininos	Ovinos	Caprinos	Aves
1995	6.578	1.096	504	98	97	2	6.410
2006	4.806	1.185	366	125	176	10	6.219
2017	5.352	1.166	406	94	372	41	33.517

Fonte: Censos Agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017.

⁹ OBS.: No censo agropecuário de 1995/1996 não foi realizada a classificação dos estabelecimentos agropecuários de acordo com as categorias: agricultura familiar e não familiar.

Quanto às aves, observa-se que seu crescimento está atrelado à reprodução desses animais em granjas, cujo objetivo é a produção de ovos e carne para o abastecimento do mercado local e adjacente. O número expressivo de aves no município é resultado da presença de uma granja destinada à criação de galinhas poedeiras. De acordo com informações coletadas com trabalhadores, atualmente, essa granja é composta por sete galpões que comportam mais de 80 mil aves, entre pintos e galinhas em fase de produção. Diariamente, são recolhidos quantidade superior a 70 mil ovos que são comercializados nos municípios do Alto Sertão, do Baixo São Francisco e de outras regiões do estado.

Verificamos alterações nas dietas de alguns consumidores, visto que o consumo da carne bovina ocorria na classe dos mais abastados nas três refeições e nas demais classes sociais era objeto de desejo e vinculado a posses, como foi discutido por Menezes em 2009. Na atualidade, observamos uma redução no consumo da carne bovina, reflexo dos sucessivos aumentos do preço, mas também a diminuição, está relacionada às prescrições médicas ao combate às doenças coronárias. Tais fatores contribuíram para a elevação do consumo de aves, sobretudo aquelas criadas em granjas. Para Espíndola (2012, p. 91), a importância da carne de frango “deriva da combinação do seu preço, relativamente inferior à carne de boi e da sua máxima capacidade de transformação de cereais em carne no menor tempo possível de criação” e se constitui um alimento acessível à dieta humana.

Segundo reportagem do portal “O joio e o trigo”, o frango que consumimos e que está disponível nos açougues e supermercados “se transformou no sinônimo-mor de carne barata”, que pode ser consumida em várias refeições ao longo da semana. E que nasce, cresce e morre em, no máximo, 42 dias. O frango de nossos dias é visto pelos defensores desse modelo como uma máquina, mais especificamente como um carro de Fórmula Um, em virtude do alto nível de precisão. Seu diferencial é o ciclo de vida relativamente curto. Essa celeridade do ciclo de vida do frango foi o que barateou a carne e proporcionou o aumento no consumo. Diez Garcia (2003), faz uma análise sobre os reflexos da globalização na cultura alimentar e aponta que ela “atinge a indústria de alimentos, o setor agropecuário, a distribuição de alimentos em redes de mercados de grande superfície [...]” (DIEZ GARCIA, 2003, p. 485). Esse animal, muito diferente da galinha caipira, evidencia o que a autora pontua, visto que criado e desenvolvido pelo homem para atender a demanda do modelo alimentar hegemônico.

A reportagem de Peres (O joio e o trigo, 2021b), traz contribuições de Pedro Xavier, médico veterinário que trabalhou em grandes empresas da indústria da carne e constatou empiricamente que esse modelo não é eficiente, mas em favor do discurso de combate a fome se constitui numa alternativa. No entanto, o desenvolvimento desse tipo de frango causa

impactos ambientais e problemas relacionados ao bem-estar animal e a saúde dos seus consumidores.

Com relação ao rebanho bovino, uma parte é direcionada à produção de carne e a outra à produção de leite. Quanto à produção de leite, notamos nos últimos anos uma especialização desse gado que tem proporcionado o aumento de leite no município (Tabela 9).

Tabela 9 - Nossa Senhora de Lourdes/SE - Quantidade de vacas ordenhadas e produção de leite, 1995/1996, 2006 e 2017

Indicador	Anos		
	1995	2006	2017
Vacas ordenhadas (cabeças)	1.200	1.437	1.708
Produção de Leite (mil litros)	1.020	1.812	4.183

Fonte: Censos Agropecuários, 1995/1996, 2006 e 2017.

De acordo com o censo agropecuário de 1995/1996, o número de vacas ordenhadas representava apenas 18% do total do gado bovino que era de 6.578 cabeças, produzindo 1.020 litros de leite. Já em 2006, o gado leiteiro representava quase 30% do total e alcança a produção de 1.812 litros na totalidade. Os dados de 2017 mostram que o rebanho leiteiro do município continuou crescendo, mas não acompanha o ritmo de produção de leite que apresenta aumento considerável e já atinge o patamar de 4.183 litros.

Os dados evidenciam que, no município, a pecuária também foi alterada e acompanhou os padrões da modernização da agricultura. Nesse contexto, o gado leiteiro do município é composto por matrizes predominantemente de reses girolando, obtidas a partir do cruzamento de animais da raça Holandesa com raça Gir, originárias, respectivamente, da Holanda e da Índia. Rusticidade, precocidade, longevidade, fertilidade, grande produção de leite e alta capacidade de adaptação a diferentes tipos de manejo e clima são algumas das características dessa raça. Também ocorreu a alteração da dieta alimentar dos bovinos, outro fator que contribuiu para o aumento da produção de leite. Atualmente, além do uso de pastagens, a alimentação das matrizes é incrementada com soja, caroço de algodão, palma, silo e rolão (ração à base de milho).

Hodiernamente, a média diária de leite produzido por rês girolando no município está entre 17 e 20 Kg. Esse expressivo aumento da produção de leite reflete a modernização da pecuária com a inserção de raças bovinas leiteiras de elevada produtividade, as quais são ordenhadas duas vezes ao dia, alimentadas com pastagens, recebem complemento alimentar e

são ordenhadas de forma manual, porém cresce o uso de ordenhadeiras mecânicas. Essa alteração acontece prioritariamente nos estabelecimentos de médio e grande porte.

Grande parte do leite é destinada à produção de derivados nas fabriquetas de queijo, como o queijo coalho, a manteiga, a muçarela e o requeijão, atividade relevante para a economia do município. Essa atividade se constitui numa importante estratégia de reprodução socioeconômica no município. Ainda que em um contexto distinto daquele encontrado no Alto Sertão Sergipano, Cruz (2012), em estudo sobre a produção de queijo serrano dos Campos de Cima da Serra/RS, assim como Menezes (2009), enfatizam a importância da renda do queijo para as famílias produtoras, “[...] o queijo é renda para tudo, é seu principal meio de manutenção, é o que garante o rancho¹⁰ mensal” (CRUZ, 2012, p. 78), além de constituir um alimento básico para a alimentação da família e uma “fonte de recursos para a manutenção de jovens que precisam afastar-se de casa para estudar” (CRUZ, 2012, p. 79).

Segundo Menezes (2009), o município de Nossa Senhora de Lourdes contava, em 2009, com o total de 11 fabriquetas de queijo, e o volume de leite processado diariamente era superior a 11 mil litros. Atualmente, essa atividade continua sendo desenvolvida no município e se constitui na principal fonte de renda de algumas famílias. Percebemos que, além da produção que acontece nas fabriquetas, algumas mulheres ainda utilizam o espaço doméstico para produzir o queijo coalho. No entanto, segundo Cruz (2020), “[...] é importante destacar que, ainda que produzidos em pequena escala, esses produtos podem ser entendidos dentro da lógica familiar segundo outra perspectiva, qual seja a de produtos que têm duplo papel e relevância: possuem valor de uso e de troca” (CRUZ, 2020, p. 6).

Atualmente, passados 13 anos da pesquisa realizada por Menezes, percebemos por meio do trabalho de campo desenvolvido, que a fabricação artesanal de produtos derivados do leite ainda se constitui numa atividade econômica territorializada em Nossa Senhora de Lourdes. Fato que se evidencia a partir do aumento do número de fabriquetas presentes, do volume de leite processado por dia e do número de pessoas ocupadas nessa atividade.

Constatamos um total de 15 fabriquetas distribuídas pelo território e que processam mais de 15 mil litros de leite por dia, chegando a mais de 450 mil litros de leite processados por mês. Esse leite é adquirido dos produtores locais e do município de Gararu. Quanto à mão de obra utilizada, constatamos um número superior a 40 nessa atividade, incluindo os proprietários, os membros familiares (filhos e esposas) e os trabalhadores, geralmente informais.

¹⁰ Termo empregado para se referir à compra mensal de alimentos para toda a família que, grosso modo, pode ser comparada à cesta básica (CRUZ, 2012, p. 78).

Encontramos também, na sede municipal e no povoado Barro Vermelho, duas mulheres que produzem o queijo caseiro. Elas relataram que a quantidade de leite que tem disponível é pequena, por isso optaram por elaborar o queijo. Em ambos os casos, essa atividade não se constitui na principal fonte de renda, mas tem a sua importância reconhecida pelas queijeiras. A comercialização desse produto se dá numa rede de proximidade. A produtora da cidade, diariamente, realiza a entrega dos queijos nas residências dos consumidores. Segundo essa produtora, a renda dessa atividade é utilizada para atender algumas necessidades básicas: *“Para mim, como vendo aqui mesmo, não é tão ruim. Não é um dinheiro para melhorar de vida, mas é o dinheiro do pão, de uma necessidade diária”* (Produtora de queijo 1, Sede municipal, out./2022).

Enquanto isso, a produtora do queijo caseiro produzido em Barro Vermelho afirma que comercializa o alimento no próprio município e na feira do município circunvizinho, Canhoba/SE. Diante da demanda dos consumidores, que atestam a qualidade diferenciada do alimento, a agricultora faz entrega em domicílios e em algumas mercearias todas as sextas-feiras. Outra parte, é repassada para um atravessador que comercializa em Aracaju.

Com relação às outras fabriquetas, a visão dos proprietários quanto à importância dessa atividade para a sua reprodução socioeconômica é diversa: alguns afirmam ela se constitui na única fonte de renda da família e numa atividade rentável; outros declaram que, na atualidade, não é tão lucrativa. O relato de um proprietário a seguir confirma essa informação: *“O ramo do queijo apresenta uma diferença muito grande se comparado a alguns anos atrás. Já foi mais rentável. Já consegui muita coisa com o lucro dos meus produtos, mas hoje não temos um lucro tão bom”* (Produtor de queijo 2, Sede municipal, out./2022).

Alguns fabricantes atribuem a baixa rentabilidade ao fato de que o escoamento da produção se dá por meio de atravessadores, segundo um interlocutor, *“quem ganha dinheiro com queijo é o atravessador”* e acrescentou que a qualidade do leite está atrelada ao tipo de gado que vem sendo criado. *“Ninguém quer mais uma vaca de 14, 15 litros. Só querem vacas de 20, 25 litros pra frente. Então, essas vacas que dão muito leite não têm rendimento nenhum. O leite é mais fraco, sem gordura. Você até pensa que o leite tem água”* (Produtor de queijo 3, Sede municipal, out./2022). Esses dois fatores, atravessadores e qualidade do leite, têm influenciado negativamente no lucro dos fabricantes dos derivados do leite em Nossa Senhora de Lourdes. Além do mencionado no próximo relato:

Hoje precisamos pagar o leite um pouquinho mais caro, principalmente os que são tirados nas ordenhadeiras por dois motivos: primeiro porque eles têm uma despesa maior que o leite tirado manualmente e segundo pela concorrência que enfrentamos

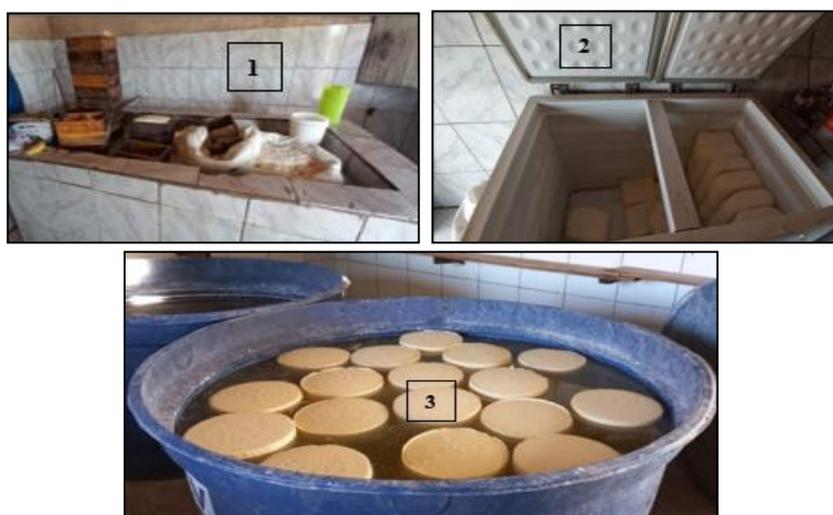
com as indústrias de Glória. Elas entram aqui e não respeitam. Chegam colocando preço no leite. (Produtor de queijo 4, Povoado Carro Quebrado, out./2022).

Com base na declaração desse fabricante, pontuamos outro fator que tem sido observado no município e que tem incidido na rentabilidade desse setor, porém com menos intensidade. A alta do preço do leite gerada pela concorrência com as agroindústrias instaladas em Nossa Senhora da Glória. Com o aumento do número de ordenhadeiras, cresce o interesse dessas agroindústrias por esse leite. Empresas como Natulact, Natville e Betânia entram em vários municípios do Alto Sertão e ofertam um preço maior no litro de leite. As três indústrias citadas recolhem leite dos produtores de Nossa Senhora de Lourdes. Evidenciando, assim, as disputas e as relações de poder econômico no território.

Dentre os produtos que são fabricados (Figura 5) encontramos queijo coalho (1 e 2), muçarela, requeijão, manteiga, queijo parmesão (3), queijo meia cura, queijo pré-cozido, além do iogurte e da bebida láctea.

Pequena parte desses produtos são comercializados no próprio município, em estabelecimentos como mercearias, mercadinhos, pizzaria, lanchonetes e em casas de laticínios. Mas a grande parte é escoada para outros municípios do estado, como Propriá, Rosário do Catete, Amparo do São Francisco, Cedro de São João e, principalmente, Aracaju e para os estados de Alagoas (Arapiraca e Piaçabuçu) e Bahia (Sapeaçu). Fica evidente que os alimentos derivados do leite produzidos neste território contribuem para a reprodução social de algumas famílias envolvidas nessa atividade.

Figura 5 - Processo de fabricação e armazenamento do queijo coalho (1 e 2) e queijo parmesão na salmoura (3)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

No tocante à agricultura, verificamos alterações vinculadas ao uso da terra, as quais se refletirão na produção e oferta de alimentos no município e serão discutidas na seção 4. De acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e de 2017 (Tabela 10), percebemos redução na variedade e na quantidade de alimentos cultivados e destinados à alimentação, além de elevado crescimento da produção de milho forrageiro.

Tabela 10 - Nossa Senhora de Lourdes – Quantidade de produtos cultivados, 1995/1996, 2006 e 2017 (toneladas)

Produtos	1995-1996	2006	2017
Milho em grão	240	283	640
Arroz em casca	9	-	-
Feijão em grão (1ª safra)	20	-	Sem informação
Feijão em grão (2ª safra)	17	-	Sem informação
Feijão Grão verde	0	2	4
Feijão preto grão	-	1	-
Feijão cor grão	-	21	-
Feijão fradinho	-	3	0
Mandioca	201	X	28
Milho forrageiro	464	823	23.864

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006 e 2017.

O feijão, que tinha o seu cultivo consorciado com o milho, apresenta desde o Censo Agropecuário de 2006 redução da quantidade produzida, praticamente o desaparecimento desse alimento, visto que a quantidade é ínfima e, por isso, não identificada nos dados censitários. Essa prática, segundo Woortmann e Woortmann, é “um processo complexo de organização do tempo e do espaço”. É explicada pela “lógica da associação de plantas de natureza diversa, que devem cooperar entre si, e não competir” (1997, p. 97) e que vai além da explicação com base nas necessidades do produtor.

Esta leitura sobre o consorciamento é corroborada com as discussões de Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) ao abordarem sobre o cultivo do milho no Nordeste. Os autores destacam a relevância desse grão para o consumo familiar e dos animais, asseveram que o milho normalmente era “cultivado em consórcio e que não rompe com a diversidade de atividades agrícolas dos agricultores familiares” (2014, p. 337). A partir de ações governamentais por meio de pacotes tecnológicos foi incentivado o uso de agrotóxicos e fertilizantes na produção do milho e, em decorrência, o consorciamento do feijão com o milho foi interrompido. Notamos

que essa prática tradicional passou por alterações consideráveis e, atualmente, ela permanece somente nas memórias dos agricultores.

Alguns agricultores relataram suas experiências com o cultivo do feijão e atestam que outrora, com o plantio tradicional do feijão consorciado com o milho, a colheita era garantida e farta, proporcionava esse alimento na mesa de sua família durante o ano todo. Segundo relatos, todas as fases do processamento (colher, bater, secar e catar) eram realizadas pelos membros da família e por amigos próximos. *“Antigamente, o batimento de feijão começava lá na ponta do calçamento e saía cá embaixo. Batia de um, de outro, até que batia de todos (ajuda mútua). Era a coisa mais comum a gente colocar o feijão para secar nas calçadas. Hoje a gente não vê mais isso”* (Agricultor 2, Povoado Catingueira, nov./2022). A cata do feijão (Figura 6) continua viva na memória dos agricultores, no entanto, a supressão desse cultivo contribuiu para o encolhimento dessa prática, presente no município em décadas passadas.

Figura 6 - Catação de feijão



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

No tocante à mandioca, se comparada à produção das informações censitárias nos períodos analisados (1995-1996 e 2017, respectivamente), observamos a redução superior a 85% no cultivo desse alimento no município.

Assim como em muitos municípios do Nordeste, em Nossa Senhora de Lourdes, o cultivo dessa raiz tinha tripla finalidade: o autoconsumo com a espécie de mandioca denominada de macaxeira ou aipim; e, com a mandioca brava, elaborava-se a produção da farinha e as iguarias derivadas dessa raiz. A elaboração desses alimentos era realizada nas casas de farinha (Figura 7) existentes nas comunidades rurais e no entorno da sede municipal. Segundo Menezes (2013a, p. 47), as farinhadas e preparação das iguarias consistia em “ritual de sociabilidade entre os membros das comunidades rurais, comumente era alicerçado pelas redes sociais formadas por vizinhos, parentes e amigos, que cooperavam com sua força de trabalho no processamento da mandioca, em determinados períodos do ano [...]”. Outrora as

iguarias derivadas da mandioca não apresentavam valor de troca, esses alimentos eram distribuídos entre os participantes e ainda doados aos ausentes como um presente.

Figura 7 - Casa de farinha - Tacho para torrar a farinha e assar os derivados da mandioca



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, set./2022.

O desaparecimento das casas de farinha e dos vínculos territoriais¹¹ e culturais entre os membros comunitários que outrora eram estabelecidas estão associados a redução do plantio da mandioca ocasionado por problemas relacionados ao prolongamento das estiagens, mas, principalmente, pelas intervenções escalares e políticas, que estimulam e apoiam outros cultivos agrícolas como o do milho. Na atualidade, observamos que a farinha consumida pela população é oriunda dos municípios do agreste sergipano. O espaço que outrora era utilizado para a produção desse alimento e das iguarias derivadas da mandioca, sobretudo no povoado Barro Vermelho, único povoado onde encontramos a casa de farinha, agora é utilizado unicamente para a elaboração de iguarias como os beijus, pé de moleque e malcasada que são comercializadas na feira local. Podemos considerar uma prática de resistência de alimentos identitários.

O arroz, em anos anteriores (1974 e 1984), teve colheita de 31 e 26 toneladas, respectivamente, configura-se como outro alimento que apresentou redução acentuada no cultivo. Como parte do município de Nossa Senhora de Lourdes é banhada pelas águas do rio São Francisco, as condições ambientais das proximidades com a foz possibilitaram a formação de planícies alagadas, onde se cultivava o arroz. Outrora, o cultivo desse alimento contribuiu

¹¹ Neste trabalho utilizamos o conceito de vínculos territoriais estabelecido por Heidrich, 2006, quando ele estabelece que os **vínculos territoriais** “são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial, que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e reterritorialização dominantes ou, construção de territorialidades autôcentradas”. (HEIDRICH, 2006, p. 13-14).

para a economia do município, por causa de sua comercialização. Além disso, era relevante na dimensão social, uma vez que fazia parte da dieta básica dos moradores. No entanto, fatores ambientais, econômicos e políticos provocaram praticamente o desaparecimento desse cultivo no município.

Em 1995-1996, Nossa Senhora de Lourdes chegou a produzir nove toneladas de arroz, entretanto, em 2017, a produção foi zerada, fato ocasionado, principalmente, pela alteração no regime das águas dos rios devido à construção de usinas hidrelétricas (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019), além da priorização de outros cultivos em detrimento do arroz.

Já o cultivo do milho em grão e do milho forrageiro apresentou oscilação positiva na produção, com destaque para o crescimento exponencial do milho forrageiro. Atualmente, os produtores do município têm buscado apoio financeiro e tecnológico para o cultivo desse cereal e, com isso, cresce a procura por sementes transgênicas e insumos químicos. Os dados apresentados apontam o alinhamento da produção agrícola do município com a política agrícola de Sergipe e do Brasil, lançando mão de um número crescente de agrotóxicos, visto que, em 2017, esses insumos químicos foram utilizados em mais de 150 estabelecimentos agropecuários; desse total, 131 eram estabelecimentos da agricultura não familiar.

O município segue a lógica apresentada pelo Estado de Sergipe, com redução do plantio de alimentos como arroz, feijão e mandioca, em contraposição ao avanço da produção de milho e cana-de-açúcar (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019). Para esses autores, a participação do Estado, por meio de Planos Estaduais para o fomento da agricultura, seminários, visitas técnicas de campo, linhas de crédito entre outras estratégias, foi essencial para alterar a dinâmica do cultivo de alimentos.

Em 2017, 85 estabelecimentos do município obtiveram financiamento em instituições bancárias, sendo 74 da agricultura familiar e 11 da agricultura não familiar, entretanto, esses recursos estavam vinculados ao cultivo do milho. Esses dados apontam para o expressivo acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Pronaf representa o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado e se configura em um importante mecanismo de fortalecimento desse grupo social. Desde a sua criação e institucionalização, 1995/1996 respectivamente, o programa tem passado por mudanças. Apesar da sua importância para a reprodução social e manutenção dos agricultores no campo, tem recebido críticas de alguns estudiosos, a especialização produtiva é uma delas. Para esses críticos, a homogeneização da produção afeta a segurança alimentar e nutricional dos agricultores, além de torná-los dependentes de insumos externos.

Estudos apontam o crescimento da produção de *commodities* pela agricultura familiar (BAZOTTI; COELHO 2017; RODRIGUES; CAMPOS, 2020) e entendemos que esse crescimento está relacionado ao acesso às linhas de crédito e a sua mercantilização.

Segundo Bazotti e Coelho, o atual sistema agroalimentar, caracterizado por “novos modelos de produção, processamento e comercialização, sintonizados com tendências globais”, foi a mola propulsora para o crescimento da produção de *commodities* pela agricultura familiar (2017, p. 115). Rodrigues e Campos defendem que o agronegócio tem capacidade de integrar muitos agentes ao processo de produção e apontam a agricultura familiar como um destes agentes (2020, p. 2). Nesse processo, o agricultor, cooptado pelo agronegócio, deixa de cultivar alimentos destinados à alimentação, como o feijão, a mandioca e o arroz, conforme mencionado anteriormente, e adota o modelo produtivo baseado no monocultivo, tendência que contribui para o aumento da insegurança alimentar e nutricional da população, fato que tem se configurado no município em análise.

Por meio do trabalho de campo, constatamos que muitos agricultores do município, sejam eles considerados pequenos, médios ou grandes produtores, acessam diversas formas de financiamento. Alguns acessam essas linhas de crédito via Pronaf e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). Os pequenos produtores enquadrados no Pronaf são atendidos pelo Programa Agroamigo do Banco do Nordeste e os médios e grandes produtores, com o auxílio de um consultor projetista, buscam o crédito rural em instituições bancárias. Segundo relato de um projetista, os contratos firmados variam entre 200 e 300 mil para médios produtores e entre 500 e 700 mil para grandes produtores do município. Esses recursos são destinados, principalmente, à atividade agrícola do cultivo de milho.

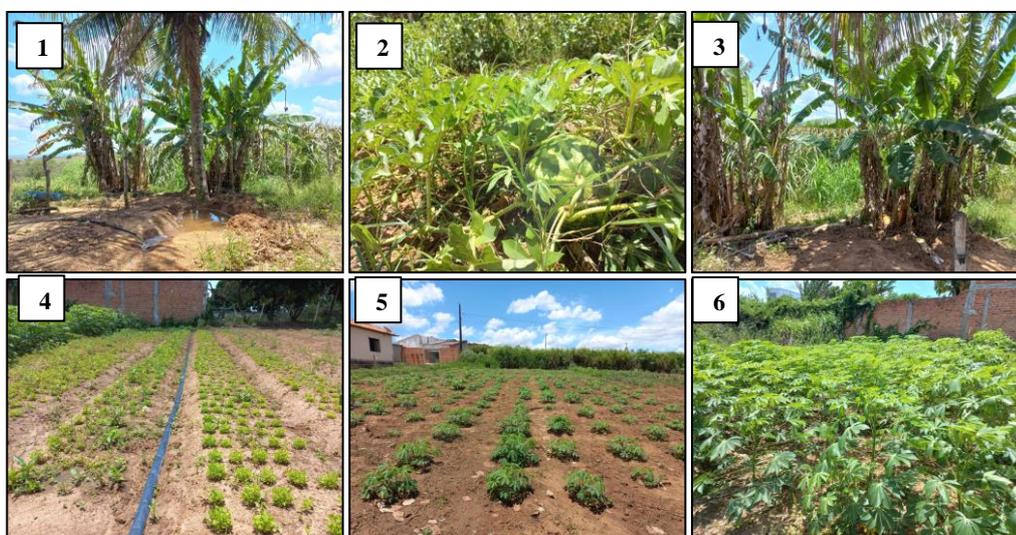
Com base nos dados apresentados, observamos a vinculação do setor produtivo agrícola de Nossa Senhora de Lourdes ao agronegócio. Dessa forma, os créditos do Pronaf destinados à produção de lavouras temporárias são direcionados à produção do milho, o qual é comercializado tanto com proprietários de granjas de Pernambuco quanto por meio de atravessadores. Esses intermediários comercializam o grão com empresas alimentícias do Nordeste como São Braz e Coringa. São dados que corroboram com os apresentados por Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), conforme a seguinte citação:

Ao analisar especificadamente o crédito de custeio agrícola para todo o País, observa-se que os principais produtos de lavoura financiados no período de 1999 a 2012 foram milho, soja, café e fumo. O milho e a soja, que se consolidaram nas duas primeiras posições, respondem desde 2001 por mais de 50% dos recursos aplicados pelo Pronaf no custeio de lavouras (em 2002 e 2003, os dois produtos alcançaram mais de 60%) (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014, p. 335).

Esses autores destacam que no Pronaf, mesmo se tratando de uma política de crédito para a agricultura familiar, há uma concentração dos recursos nas mãos dos agricultores mais capitalizados. Ao abordar o produtivismo territorializado do programa, eles destacam os principais cultivos de cada região que absorvem os recursos aplicados e ressaltam que, “ao analisar-se o comportamento dos produtos de lavouras financiados pelo Pronaf em três períodos distintos (1999-2003; 2004-2008; 2009-2012), observam-se certas mudanças importantes no perfil produtivo de alguns estados” (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014, p. 340). Em Sergipe, por exemplo, o feijão perdeu a importância em números de contratos e recursos e, em contrapartida, o milho tornou-se o principal cultivo financiado pelo crédito custeio agrícola no Pronaf. Essa tendência além de alterar o que se produz influencia o que se comercializa e consome nos territórios.

No que diz respeito ao cultivo de verduras, é evidente a escassa presença de legumes e hortaliças neste município, ao ponto de não identificarmos informações censitárias relacionadas a esse tipo de plantio. Identificamos um grupo familiar que cultiva esses alimentos (Figura 8) em uma área de três tarefas e meia, isto é, em um hectare, e fornece os produtos para o PNAE. Como a produção é pequena, complementa a demanda da SME com os alimentos adquiridos na feira convencional, cultivados em municípios localizados a uma distância superior a 100 Km.

Figura 8 - Plantio de frutas (1, 2 e 3 – banana e melancia), coentro (4) e macaxeira (5 e 6)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, jan./2023.

A comercialização desses alimentos em uma lógica de circuitos curtos, além de “[...] reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território” (SCHNEIDER, 2021, p.

15), contribui para que essas famílias permaneçam em seus territórios, conforme relatou este entrevistado:

Já tem um tempinho que nós plantamos. Antes da pandemia eu também repassava para minha irmã que vendia por encomenda e entregava todas as sextas-feiras nas casas dos compradores, isso ajudava na renda da família dela. Mas na pandemia ficou mais difícil e reduzimos um pouco. Só que agora já estamos retomando, estamos fornecendo coentro, alface, quiabo, couve, macaxeira, para as escolas municipais. (Agricultor 10, Sede municipal, jan./2023).

A atividade possibilita a oferta de alimentos saudáveis que são preteridos pelo agronegócio. A forma como se relacionam com a terra evidencia as contradições e incompatibilidades entre esses modelos.

Preocupado com a configuração que a produção agrícola municipal apresenta atualmente, o representante da SMA foi enfático ao afirmar o compromisso dessa secretaria com os agricultores familiares. Dentre as ações que a SMA pleiteia implementar para fortalecer esse grupo está a instituição da “Feira da Agricultura Familiar” na sede do município. Para além do mercado institucional do PNAE já acessado por essa família, a efetivação dessa política se constituirá em mais um mercado para comercialização dos alimentos da agricultura familiar.

Durante a pesquisa de campo, ao interpelar um agricultor sobre a possível criação dessa feira e qual era a sua expectativa, nosso entrevistado demonstrou entusiasmo: “*O secretário já me falou sobre a feira. Ele quer iniciar em março, acho que vai ser nos dias de quarta-feira. Vai ser muito bom. As pessoas vão conhecer mais o nosso trabalho e adquirir alimentos mais saudáveis*” (Agricultor 10, Sede municipal, jan./2023). A feira vai promover relações de proximidade entre agricultor e consumidor (Schneider, 2021).

No que diz respeito à mecanização da agricultura no município, constatamos evolução na quantidade de maquinários agrícolas. Em 2006, o espaço rural desse município contava apenas com oito tratores e, em 2017, esse quantitativo se elevou para 34, além da presença de outros maquinários como 12 colheitadeiras (Figura 9) e 12 adubadoras e/ou distribuidoras de calcário (IBGE).

Figura 9 – Colheitadeiras



Fonte: Arquivo pessoal do autor, jan./2023.

Essa mecanização, associada à elevada produtividade de milho, é enaltecida em eventos promovidos pelos produtores rurais do município. Em dezembro de 2021, foi realizada a oitava edição da Festa do Trator (Figura 10), evento que registrou a presença de 60 tratores, fato que evidencia a importância dos discursos em favor do fortalecimento do agronegócio.

Os discursos em favor da “produtividade”, “rentabilidade”, “lucro” etc., em torno do monocultivo do milho, silencia os problemas causados pelo modelo de produção que vem sendo realizado. Essa lógica, que visa exclusivamente o lucro, é “[...] capaz de gerar o paradoxo de fazer com que alimentos, transformados em *commodities*, gerem fome e insegurança alimentar” (LEÃO, 2013, p. 20). Atualmente, a mídia em favor da classe dominante propaga a alta produtividade desse setor, mas omite os danos causados por ele.

Ao analisar as simulações relacionadas à proposição “agro é tudo”, Pompeia (2020) enfatiza que o objetivo da estratégia “é simular uma representatividade ampliada aos olhos da opinião pública e do Estado” (p. 197). Ele denomina essa ação, que consiste em conceber uma parte como se fosse o todo, de *sinédoque política*. Para esse autor, os principais usos de *sinédoque política* acontecem no campo da agricultura familiar, no uso de estatísticas macroeconômicas sobre a participação do agronegócio no PIB e nos empregos do país e em campanhas publicitárias.

Todo esse discurso em favor do agronegócio pretende camuflar os seus efeitos socioambientais nefastos. É preciso lembrar do alerta feito por Carvalho e Oliveira (2021, p. 33): tanto o esquecimento quanto a memória são estruturantes para a construção do discurso. “Nos últimos anos, Nossa Senhora de Lourdes tem apresentado um desenvolvimento nunca visto. Cidades vizinhas como Itabi, Gararu, Canhoba não se desenvolveram tanto como a

nossa. *Eu considero que essa evolução é fruto da produção do milho*” (Agricultor 3, Sede municipal, set./2022). O relato corrobora com os discursos propagandeados e não demonstra preocupação nenhuma com a redução de cultivos destinados à alimentação da população.

Figura 10 - Festa do Trator em Nossa Senhora de Lourdes/SE



Fonte: Arquivo pessoal do autor, dez./2021 e jan./2023.

Bezerra (2009) destaca três grandes linhas discursivas dos ideais do agronegócio para sua concretude nos ideários político, econômico e cultural: o agronegócio como carro-chefe da economia brasileira, o agronegócio como vetor da modernidade e o agronegócio como progresso no campo. As campanhas publicitárias também cumprem um papel importante em favor do agronegócio, segundo Carvalho e Oliveira (2021). Matos e Marafon (2020), afirmam:

[...] a propaganda veiculada na emissora brasileira Rede Globo, desde o ano de 2017, com o slogan “Agro é tech, agro é pop”, seduzindo e induzindo a sociedade da importância econômica do setor e de que todos os cultivos e formas de produção estão ligadas ao modelo de produção do agronegócio. Além do mais, tal propaganda é enganosa ao dizer que o agronegócio gera riqueza, sem mencionar que é concentrada (MATOS; MARAFON, 2020, p. 329).

Os autores citados pontuam sobre a carga ideológica promovida por esse setor através da mídia. Segundo Santos (2018, p. 72), o slogan “Agro é *Tech*, Agro é *Pop*, Agro é *Tudo*” “[...]”

exalta a modernidade e o progresso econômico do agronegócio, mascarando a real situação do campo no Brasil, onde se verificam inúmeros impactos socioambientais, entre eles as desigualdades socioespaciais nas cidades inseridas nas Regiões Produtivas do Agronegócio”.

Ainda associado ao avanço da produção de milho no município, observa-se um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários que usam as sementes transgênicas identificadas nas placas (Figura 11), inseridas nas cercas dos estabelecimentos rurais.

Figura 11 - Placa de identificação da semente transgênica utilizada



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, nov./2022.

Essas placas são utilizadas para divulgar as sementes e o seu nível tecnológico atrelado à produtividade. Um fato observado no campo foi a ausência delas em muitos estabelecimentos esse ano. Em uma das entrevistas realizadas com um produtor fez-se o questionamento sobre a ausência das placas. Nosso entrevistado mencionou que um dos motivos foi o fato de a colheita não ter sido boa em virtude das fortes chuvas desse ano, por isso os representantes decidiram não colocar as placas e ainda acrescentou:

São os representantes das sementes que colocam as placas como forma de divulgar seu potencial. Eles só colocam quando a colheita é boa. Até porque os produtores acabam comentando entre eles os resultados obtidos. Fulano bateu 50 sacos com tal semente. Isso serve para chamar a atenção dos produtores. No próximo ano, muitos vão procurar aquela semente para plantar. (Agricultor 4, Sede municipal, nov./2022).

Com base nesse relato, percebemos as estratégias de marketing envolvidas nesse setor produtivo e os efeitos que a alta demanda pode gerar para essas grandes empresas de sementes transgênicas. Nesse bojo, a política adotada pelo governo, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), beneficia essas corporações. De acordo com o zoneamento

agrícola, esse órgão disponibiliza uma tabela de plantio para aqueles que buscam o financiamento de sua produção. Essa tabela traz as datas de plantio e os tipos de sementes que podem ser utilizadas, dessas, destacam-se as dos grupos: Syngenta, Monsanto, Geneze, Corteva, entre outras.

Castro e Chelotti (2018, p. 63) afirmam que “A valorização do uso das sementes transgênicas, é mascarada por pesquisas realizadas muitas vezes com parcerias internacionais, com empresas que monopolizam o seguimento e visam sempre a intensificação dos efeitos químicos”.

Além dos estudos apontados pelos autores supracitados que registram o favorecimento do aumento do uso de tais sementes, minimizando os impactos dessa prática, contamos também com discursos sobre o agronegócio que estão atrelados “aos interesses dos latifundiários e da burguesia ligada às corporações de *commodities* no país” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 50). As grandes corporações do agroquímico, que controlam as sementes transgênicas, são as mesmas que se utilizam uma estratégia de marketing enganoso para potencializar esse setor.

Empresas como a Bayer, vinculam em seus *sites* propagandas que enaltecem suas sementes híbridas e as defendem como detentoras de alta produtividade. Segurança e confiança, por exemplo, são pilares das sementes Agrocerec utilizadas no cultivo representado pela figura 11. Com o discurso da modernização, elas são apresentadas como soluções certas para garantir o retorno do investimento. No entanto, a utilização de sementes transgênicas impacta na diversidade agrícola, na cultura dos povos tradicionais, na produção de alimentos e, conseqüentemente, na segurança alimentar e nutricional.

O modelo agrícola industrial, segundo Santilli (2009, p. 136), promoveu a concepção de que somente setores específicos desenvolveriam atividades ligadas à produção de sementes e ao seu melhoramento genético. Assim posto, a autora defende que:

Os agricultores passaram a ser tratados como simples produtores agrícolas e consumidores de sementes e de outros insumos agrícolas industrialmente produzidos. Passaram a ser vistos, portanto, como meros usuários finais do trabalho desenvolvido pelos técnicos do melhoramento vegetal. (SANTILLI, 2009, p. 136).

Essa concepção vigente invisibiliza o papel desempenhado por muito tempo pelos agricultores de “inovadores e detentores de saberes e práticas fundamentais para os sistemas agrícolas e para a manutenção da agrobiodiversidade” (SANTILLI, 2009, p. 137). Nas entrevistas, os agricultores e consumidores relataram o desaparecimento de práticas de armazenamento de sementes para serem utilizadas no ano subsequente. “*Lembro que todo ano*

a gente separava e guardava umas sementes para plantar no ano seguinte. Meu pai armazenava em tuneis grandões e colocava o pó de pulga¹² para não dar o gorgulho” (Agricultor 5, Povoado Catingueira, set./2022). Percebemos que essa prática só está presente na memória de alguns dos nossos interlocutores e os cultivos que são realizados no município, majoritariamente o do milho, utilizam sementes transgênicas, cuja semente, com o discurso do melhoramento genético, não deve ser guardada para o ano seguinte. As sementes deixam de ser livres e adquirem *status* de propriedade privada, reforçando a lógica de apropriação de saberes por corporações que controlam também esse setor. Ao utilizar as sementes transgênicas, os agricultores são condicionados a usar fertilizantes e agrotóxicos.

A ausência de controle e monitoramento do Estado quanto ao uso de agrotóxico é evidenciado pelos danos à saúde e ao meio ambiente. Uma das decisões do atual governo, entre outras, é a paralisação desde 2016 do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O objetivo desse programa é avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal que chegam à mesa do consumidor. Nos últimos anos o Brasil tem ampliado a utilização de agrotóxico. Soares (2019, p. 4), a partir da análise dos censos agropecuários (2006 e 2017), assevera que nesses anos observados “houve um crescimento de cerca de 35% no número de estabelecimentos que usam agrotóxico no País”. Fato que tem sido constatado, principalmente nas áreas destinadas aos cultivos de soja, cana-de-açúcar e milho, pois, segundo Bombarbi (2011; 2017), seu uso se concentra nas regiões em que o agronegócio predomina.

Nos últimos anos, o território em análise apresenta a mesma lógica de crescimento verificada no Brasil. Segundo dados do IBGE, em 2006, foram utilizadas essas substâncias em 133 estabelecimentos desse município. Enquanto isso, em 2017, foi identificado o uso desses produtos em 154 estabelecimentos; desse total, 23 estabelecimentos eram da agricultura familiar e 131 da agricultura não familiar. No entanto, relatos de moradores do município evidenciam os prejuízos causados por esses venenos.

O povo diz o agro é tudo. Eu digo é tudo pra fulano (cita o nome de um grande produtor do município). A gente pega do agro poeira e veneno na cara, porque quando passa com a bomba de veneno não respeita ninguém. Aqui de casa a gente percebe quando eles estão usando, parece uma fumaça. O cheiro é muito forte. Eu acho que foi a fumaça de veneno que prejudicou uns pezinhos de coentro que tinha plantado aqui no quintal. (Agricultor 6, Povoado Barro Vermelho, out./2022).

¹² Inseticida utilizado no combate de formigas, baratas, pulgas e piolhos.

Outros relataram que sentiram fortes dores de cabeças e tonturas ao utilizarem alguns insumos químicos em suas plantações. Isso se deve à “ausência de controle do uso” dessas substâncias e ao “uso inadequado de equipamentos de trabalho” (BERTONI; MENEZES, 2022, p. 108-109).

Outro entrevistado, ao discorrer sobre a aquisição de sementes e a utilização de agrotóxicos em sua propriedade, apresenta os danos que tais substâncias químicas podem trazer. Nesse sentido, o interlocutor, produtor de milho do município, argumenta o seguinte:

A plantação do milho aqui no município é uma importante fonte de renda e que traz lucro, mas tem suas consequências. Atualmente eu uso esses agrotóxicos na minha produção, mas acho que não vale a pena. Pela questão do gado que crio. No futuro pretendo parar. Um ano aconteceu um fato curioso com umas vacas minhas. Depois da colheita do milho, para aproveitar as palhas que ficaram na propriedade coloquei minhas reses prenhas para pastar ali. Das 20 reses que coloquei seis perderam a cria. Foi um prejuízo enorme. Um abortaram e outras davam cria antes do tempo o bezerro nascia vivo, mas morria logo em seguida. A veterinária veio e constatou que foi porque elas se alimentaram das palhas daquele milho com agrotóxico. Somente da palha. Imagine esse milho para o consumo humano. (Agricultor 7, Sede municipal, set./2022).

Pignati *et al.* (2011) apontam que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. O uso dessas substâncias químicas, além de provocar problemas ao meio ambiente com a contaminação do ar, do solo e das águas, repercutem na saúde da população, conforme os relatos dos entrevistados citados anteriormente.

Como visto ao longo desse subcapítulo, em relação ao uso da terra no município de Nossa Senhora de Lourdes, percebemos consideráveis modificações nos alimentos cultivados, bem como na forma e cuidado para com a lavoura. A utilização de máquinas agrícolas, a exemplo de tratores e colheitadeiras, gerou crescimento considerável do uso dos agrotóxicos e de sementes transgênicas, nos últimos anos. Constatamos, assim, que as novas formas de cultivar a terra, introduzidas pelo modelo de produção capitalista, modificaram as configurações territoriais e as relações de trabalho do agricultor familiar do município em estudo. Evidenciamos que a produção de milho tem se expandido, e, como reflexo dessa alteração do uso da terra, o plantio variado de alimentos tem regredido a ponto de interferir na SSAN do município.

Reestruturação produtiva e os ambientes alimentares

As discussões acerca de um modelo produtivo e suas repercussões em um território [...] perpassam a ocupação dominante pelas monoculturas e estruturas relativas à cadeia produtiva do agronegócio, em detrimento de espaços destinados à produção de alimentos e à agricultura familiar policultural, e expressam um fenômeno evidenciado em grande parte do território brasileiro. (CORRÊA et al. 2019, p. 1080)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

4 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS AMBIENTES ALIMENTARES

Nesta seção apresentaremos os ambientes alimentares identificados em Nossa Senhora de Lourdes/SE e a inter-relação com a segurança alimentar e nutricional da população do município. A seção está dividida em quatro partes: i) “Do cultivo de alimentos a produção de *commodities*: mingam os alimentos, espraia a mercadoria”; ii) “Territórios alimentares: ‘*Quase tudo que a gente consome é industrializado ou vem de fora*’”; iii) “Feira livre: ‘É aqui que a gente encontra alimentos’”; iv) “O microambiente alimentar no âmbito da escola”; v) “Os desafios da segurança alimentar e nutricional da população”.

4.1 – “Do cultivo de alimentos a produção de *commodities*: mingam os alimentos, espraia a mercadoria”

Para compreender as transformações concernentes à produção agrícola que vêm ocorrendo no território de Nossa Senhora de Lourdes, é necessário estabelecer relações com a configuração agrícola do país. Na seção 2, discutiu-se a gênese do processo de modernização da agricultura brasileira e os efeitos do atual modelo produtivo na produção de alimentos. Esse modelo produtivo, mais conhecido como agronegócio, está implantado no Brasil e tem expandido suas fronteiras, por conseguinte, ampliado a produção de *commodities*, impactando diretamente na diminuição do cultivo destinado aos alimentos tradicionais.

Segundo Corrêa *et al.* (2019), atualmente o Brasil é um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo e apresenta alinhamento ao modelo produtivo hegemônico, contudo, a dependência desse modelo traz várias complicações, dentre elas as relacionadas à soberania e segurança alimentar e nutricional dos territórios. Esse alinhamento, associado ao interesse e as demandas do mercado externo, é percebido em todas as escalas geográficas, da nacional à local. Ao se reportar à produção de grãos e cana-de-açúcar, o Brasil desponta no ranking global entre os maiores produtores mundiais. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2022, o Brasil se destacou na produção de soja e milho no cenário mundial e ocupou a primeira posição no ranking de produção da soja e a terceira na do milho, produzindo 136 e 103 milhões de toneladas, respectivamente. De modo semelhante, o Instituto de Economia Agrícola (IEA), apresenta a posição de destaque do Brasil quanto à produção de cana-de-açúcar. Na safra 2020/21, o Brasil foi responsável pela produção de 654,5 milhões de toneladas, se configurando o maior produtor mundial dessa *commodity*.

Costa (2016) pontua que esse modelo de produção agrícola vem contribuindo para a extinção dos cultivos consorciados responsáveis pela diversidade de alimentos. A redução e, conseqüentemente, a extinção de áreas reservadas ao plantio de alimentos, denunciado por Costa, pode ser percebida no espaço rural do município em análise e coaduna com os resultados da pesquisa de campo realizada em Nossa Senhora de Lourdes, como apresentado na seção anterior.

Os dados dos Censos Agropecuários (1995/1996, 2006 e 2017), já apresentados anteriormente, ratificam as alterações que a produção agrícola desse município vem passando ao longo dos últimos anos. Se outrora a característica agrícola do município era caracterizada pela produção de cultivos destinados, principalmente, à alimentação da população, atualmente, percebemos um alinhamento ao modelo hegemônico de produção que prioriza os monocultivos destinados, majoritariamente, à alimentação animal.

Nos últimos anos, esse município apresentou um crescimento considerável do monocultivo do milho e o desaparecimento de outros cultivos enraizados na cultura deste território, como o cultivo do arroz, da mandioca e do feijão. O relato abaixo traz a visão do representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SMA) de Nossa Senhora de Lourdes/SE concernente a essas transformações.

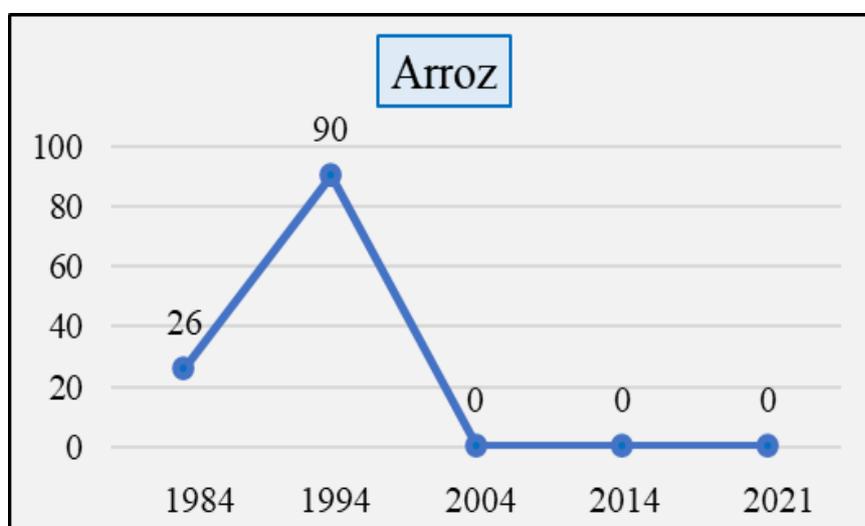
Por muito tempo a agricultura do município foi marcada pela cultura da mandioca, do feijão, do arroz. Hoje praticamente não produzimos mais esses alimentos. A gente passa pelas propriedades e não ver mais esses cultivos. Vejo isso como um grande risco para o município. Estamos colocando todas as nossas apostas no mesmo produto, que é o milho. Essas mudanças a gente atribui a alta do preço desse produto na região em virtude da grande procura, principalmente por granjeiros do estado de Pernambuco, pois é o grande comprador do nosso milho. (Representante da SMA, Sede municipal, dez./2022).

A percepção das alterações na produção local, bem como seus desdobramentos e impactos econômicos, sociais e culturais são identificados nas declarações dos participantes desta pesquisa. Por um lado, eles reconhecem que esse modelo gera lucro; no entanto, por outro lado, também observam que ele produz dependência em relação ao uso de insumos, além de dificultar o acesso aos alimentos.

Os gráficos a seguir representam o desempenho dos cultivos do arroz, feijão, mandioca e milho já apresentados na seção 3, porém em anos diferentes dos já analisados (1984, 1994, 2004, 2014 e 2021). A escolha da série histórica objetiva apresentar dados das duas últimas décadas do século XX e das três primeiras do atual século, como também evidenciar o marco temporal da implementação do atual modelo de agricultura e suas conseqüentes transformações.

O arroz (Gráfico 8), ainda cultivado nos últimos anos do século passado, foi totalmente extinto, por conseguinte, o município passou a depender da produção de outros territórios, fato observado nos estabelecimentos comerciais, visto que o arroz que eles comercializam é de produzido nos estados da região Sul do Brasil. Relatos atestaram que, da quantidade desse alimento colhido anualmente no município, uma parte era armazenada com o propósito de abastecer as famílias ao longo do ano subsequente. Além disso, essa reserva também era destinada a doações a parentes e amigos em anos de boa colheita. A outra parte era comercializada, e a renda obtida era direcionada à aquisição de outros alimentos, roupas e calçados. Observamos um padrão semelhante de movimentação com os cultivos do feijão e da mandioca.

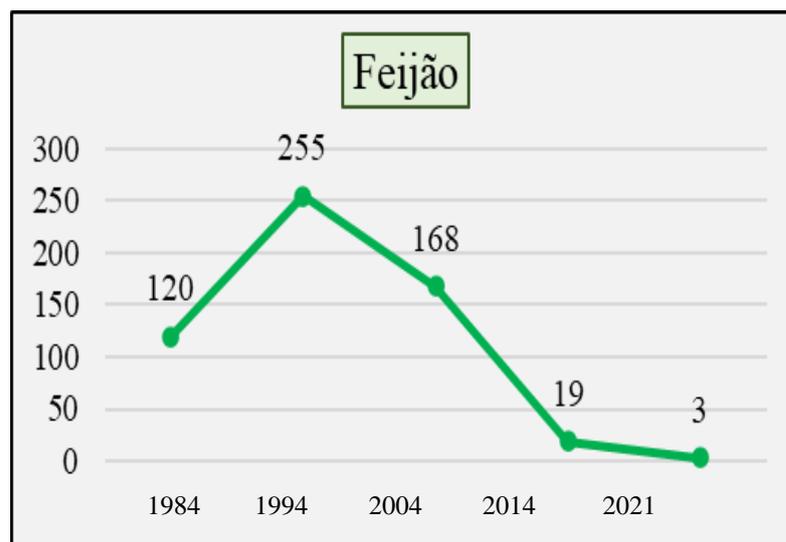
Gráfico 8 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de arroz cultivado (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

O feijão ao longo do período histórico analisado (Gráfico 9) apresenta, no segundo ano, 1994, crescimento de mais de 100% na quantidade produzida comparado ao primeiro ano da série. Contudo, nos anos subsequentes registra franco declínio na produção, com destaque para a redução eminente nos anos de 2014 e 2021, menos de 20 e de 5 toneladas respectivamente.

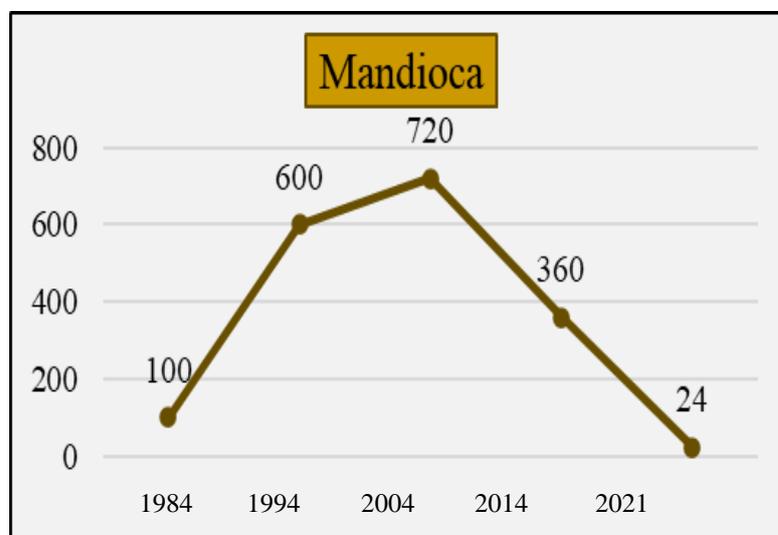
Gráfico 9 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de feijão cultivado (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

No tocante ao cultivo da mandioca (Gráfico 10), diferentemente do arroz e do feijão, a redução drástica ocorre a partir de 2014, visto que nos três períodos anteriores (1984, 1994 e 2004) vinha mantendo um histórico de elevação da produção. Em 2021 a diminuição do cultivo desse alimento é bem acentuada, não atinge 10% do observado no ano anterior da série, tal fato repercute no consumo da farinha e da macaxeira oriunda de municípios do agreste sergipano.

Gráfico 10 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de mandioca cultivada (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021

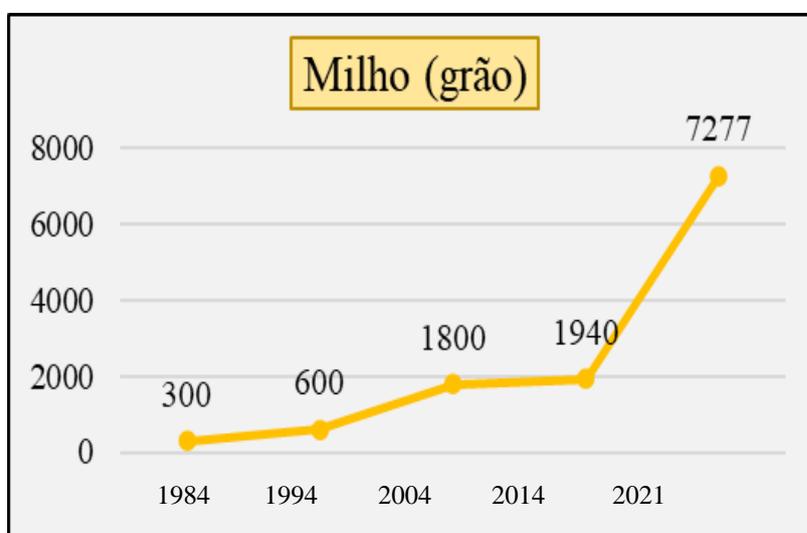


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Quanto ao cultivo do milho (Gráfico 11), evidenciamos uma movimentação contrária em relação aos outros três alimentos analisados. Enquanto o arroz, o feijão e a mandioca,

alimentos importantes e tradicionais da dieta alimentar da população deste território, apresentam redução na quantidade e área cultivada, o milho apresenta elevação contínua da produção.

Gráfico 11 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Quantidade de milho (grão) produzido (toneladas), 1984, 1994, 2004, 2014 e 2021



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

O avanço do cultivo do milho, como já destacado anteriormente, está relacionado ao paradigma difundido pela aliança do Estado, Academia e Mídia, destaque dos estudos de Guilherme Delgado (2012). O Estado apoia e arregimenta a correlação de força juntamente com o capital monopolista internacional vinculado a indústria de insumos, sementes e agrotóxicos. O objetivo é legitimar, por meio de políticas e financiamentos direcionados para o cultivo de mercadorias, a territorialização neste caso específico do milho. Além disso, o arrojo desse modelo é normalizado também pelo aparato midiático que sustenta o agro com os discursos de aumento de produção e riqueza, em detrimento das análises vinculadas à destruição do meio ambiente, supressão da cultura alimentar e a dependência dos pacotes tecnológicos pelos agricultores. No recorte territorial desta pesquisa, observou-se que a absorção das inovações tecnológicas acontece desde o manejo da terra, com o uso das máquinas e insumos, até as sementes produzidas pelas indústrias - oligopólios transnacionais. A produção do milho, por sua vez, destina-se tanto à alimentação de animais em Pernambuco quanto às indústrias de outros estados brasileiros. Tal fato, contrasta com a percepção dos agricultores e as reminiscências do passado sobre a agricultura local.

Durante as pesquisas de campo, muitos entrevistados relataram sobre a forma que faziam o cultivo dos alimentos antes da inserção do milho transgênico em seus territórios e a

forma como tem sido cultivado atualmente. Os relatos a seguir apresentam as experiências vivenciadas:

Era um tempo muito bom! Lembro de toda a preparação da terra que a gente fazia. Desde a aração até a colheita a gente trabalhava. A semente que a gente usava era nossa. Todo ano guardava uma parte de espigas para utilizar o grão no ano seguinte. Os mais velhos diziam se a gente quisesse comer milho no São João era preciso plantar no dia de São José, 19 de março. Era um tempo bom! (Agricultor 8, Povoado Escorial, set./2022).

O milho que a gente plantava era praticamente para o nosso uso. Era costume nosso fazer o cuscuz de milho novo ralado. Quando ele estava mais seco, cozinhava e ralava. Usava para alimentar as galinhas, outros animais. Quando dava bom, vendia uma parte. Nossa lavoura tinha o milho, feijão, as vezes plantava melancia, quiabo. A gente limpava direto a roça, era um trabalho manual de enxada. (Agricultor 9, Povoado Lagoas, out./2022).

Em contraposição, as narrativas subsequentes demonstram como a produção agrícola do município tem se ajustado aos moldes do agronegócio, e apontam o discurso midiático que se alastrou no espaço rural, inclusive de pequenos municípios:

Hoje a nossa produção é toda mecanizada. Aração, plantação, adubação, é toda mecanizada. Só alguns pequenos agricultores produzem de forma mais rústica, tradicional, mesmo assim uma pequena quantidade. Os nossos produtores estão atentos ao mercado. No momento da colheita, por exemplo, se o valor do saco de milho está abaixo do esperado, eles armazenam o grão em sacolões e esperam um período bom para vender a mercadoria. Isso demonstra o alinhamento com a noção de comércio, geração de lucro que o mercado defende. (Representante da SMA, Sede municipal, dez./2022).

O pessoal está visando mais a questão da qualidade genética da semente, do adubo porque a gente sabe que a melhor semente tem melhor resultado. Antigamente era aquele milho de tambor e quando dava 10 sacos por tarefa a gente ficava feliz. Agora quando bate 30 sacos o produtor acha ruim. Uma boa semente dá 50 a 55 em média por tarefa. Essa quantidade varia de acordo com a caixa produtiva do milho que o produtor já compra. Claro que a gente sabe tem os problemas naturais que podem impactar, como as chuvas desse ano. Mas, fora isso, dá para prevê um pouco. Um ano bom dá para ganhar entre 60 e 70%, tirando os custos. (Agricultor 4, Sede municipal, nov./2022).

Percebemos que o lucro se tornou o alvo e o objetivo que justifica a expansão do monocultivo do milho neste território, transformando a produção agrícola em mercadoria. E, para alcançar a produtividade almejada, faz-se necessário o acesso ao aparato tecnológico. Como afirma um entrevistado: “O milho dá mais renda com menos trabalho. O feijão, por exemplo, é um trabalho totalmente manual e o retorno é pequeno” (Agricultor 4, Sede municipal, nov./2022). Esse aparato tecnológico não se restringe ao uso de insumos como sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes, colheitadeiras. Em virtude do aumento na produtividade do milho, no período da colheita observamos uma movimentação de caminhões

graneleiros pelo município, fato esse não existente há cerca de dez anos. Como resultado, notamos a deterioração de estradas vicinais e rodovia, que não suportam o peso do grão transportado.

Diante das mudanças verificadas no município, é comum nas narrativas o uso de expressões como: mecanização, movimentação do mercado relacionado ao preço da tonelada do milho, sacolões de milho (Figura 12), qualidade genética e produtividade. Tais expressões não eram utilizadas outrora, e, atualmente, fazem parte do linguajar popular e do cenário agrícola de Nossa Senhora de Lourdes.

Figura 12 - Sacolão de milho



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, nov./2022.

O modelo de produção agrícola que tem se configurado nesse município contrapõe-se à agricultura familiar, que fica à margem e carece de incentivo. Silva (2021) enfatiza que,

A ausência de políticas públicas adequadas a estrutura da pequena unidade de produção e, que se contraponham ao modelo do agronegócio, inviabiliza a autonomia da agricultura familiar, reduz sua participação na produção de alimentos, desestabiliza a sua organização social e cultural e, conseqüentemente, compromete a garantia da sua Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN (SILVA, 2021, p. 59)

Além das problemáticas denunciadas por Silva, esse modelo de produção proporciona ainda alterações na cultura alimentar da população. Fato também constatado por meio das entrevistas realizadas. *“A nossa comida era mais o arroz, o feijão, tinha carne que geralmente era cozida ou assada. Como a gente tinha o arroz de grandeza, era comum fazer o arroz de leite ou o arroz doce. Era muito saboroso! Hoje as comidas estão um pouco diferentes”* (Consumidor 2, Sede municipal, set./2022). É notória a importância que esses alimentos tinham para a população local.

Lembro da minha mãe ralando o milho ou pilando no pilão quando o milho já estava mais duro para fazer o cuscuz. Era um cuscuz cheiroso. E o sabor! Hoje essas farinhas de milho que compramos não têm nem sabor de milho. Geralmente a gente comia o cuscuz com leite tirado das vaquinhas que meu pai criava (Consumidor 3, Povoado Barro Vermelho, out./2022).

Percebemos que os consumidores recordam a memória alimentar no momento que trazem seus testemunhos, ou seja, se reportam à memória gustativa. Para compreender a evolução das práticas alimentares, Poulain (2004, p. 49) assevera que é interessante analisar os movimentos de oscilação de certas atividades, visto que na sociedade industrial algumas tarefas saem do espaço doméstico e são assumidas pelo setor do mercado. O relato acima salienta as etapas de preparação do alimento e que precediam o momento da comensalidade. A mãe, principal responsável pela elaboração das refeições, ralava ou socava o milho no pilão. No contexto atual, com a saída dessas atividades para além do âmbito familiar, as relações entre os alimentos e quem os consome são alteradas. Carção (2007) corrobora com Poulain ao afirmar que essas alterações em torno da alimentação são resultados das inovações inerentes à indústria alimentícia e assevera que tais alterações contribuem para a homogeneização do gosto.

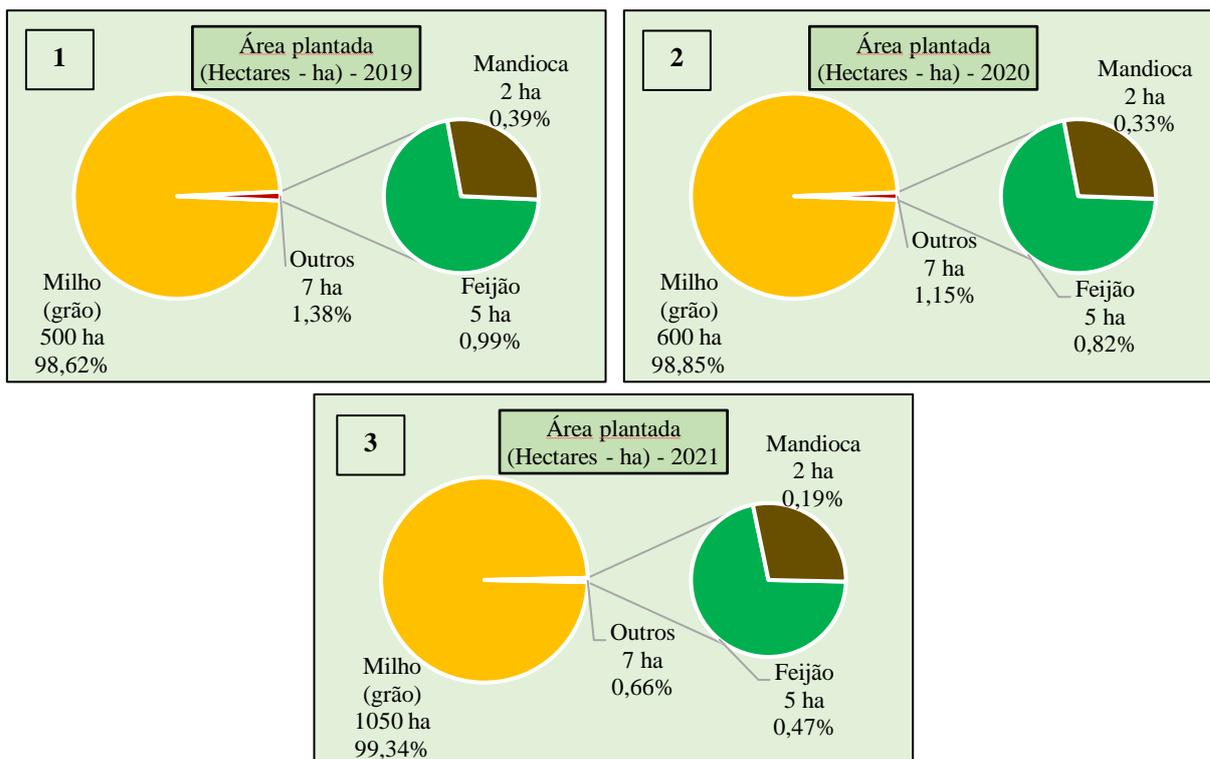
No bojo dessa discussão e das evidências até então apresentadas, vale pontuar que, diferentemente do que acontece nas grandes propriedades do agronegócio no Brasil, no município em análise esse alinhamento se dá em estabelecimentos agropecuários considerados pequenos ou médios, visto que no território municipal não há o domínio de grandes estabelecimentos rurais.

Dos 320 estabelecimentos agropecuários identificados no censo agropecuário de 2017, 292 unidades, 91,25% do total, estão classificadas entre os grupos de menos de 1 hectare (ha) a menos de 50 ha, o que configura, no caso do território estudado, o predomínio de minifúndios rurais. Segundo o INCRA, essas propriedades possuem uma área inferior a um módulo fiscal, que, em Nossa Senhora de Lourdes, corresponde a 60 ha.

Os gráficos a seguir sintetizam os dados do triênio (2019-2021) relativos à área plantada - hectares (Gráfico 12) e a quantidade produzida – toneladas de milho, mandioca e feijão (Gráfico 13).

Os dados evidenciam que a área destinada ao monocultivo do milho foi superior a 95% do total das terras reservadas à produção agrícola, restando, portanto, para o plantio da mandioca e do feijão, uma área inferior a 1,5% do total. Quanto à quantidade produzida por esses cultivos, vale ressaltar o desempenho ascendente das toneladas do milho em grão.

Gráfico 12 - Nossa Sra. de Lourdes/SE - Área cultivada (hectares - ha), 2019, 2020 e 2021 (1, 2 e 3, respectivamente).

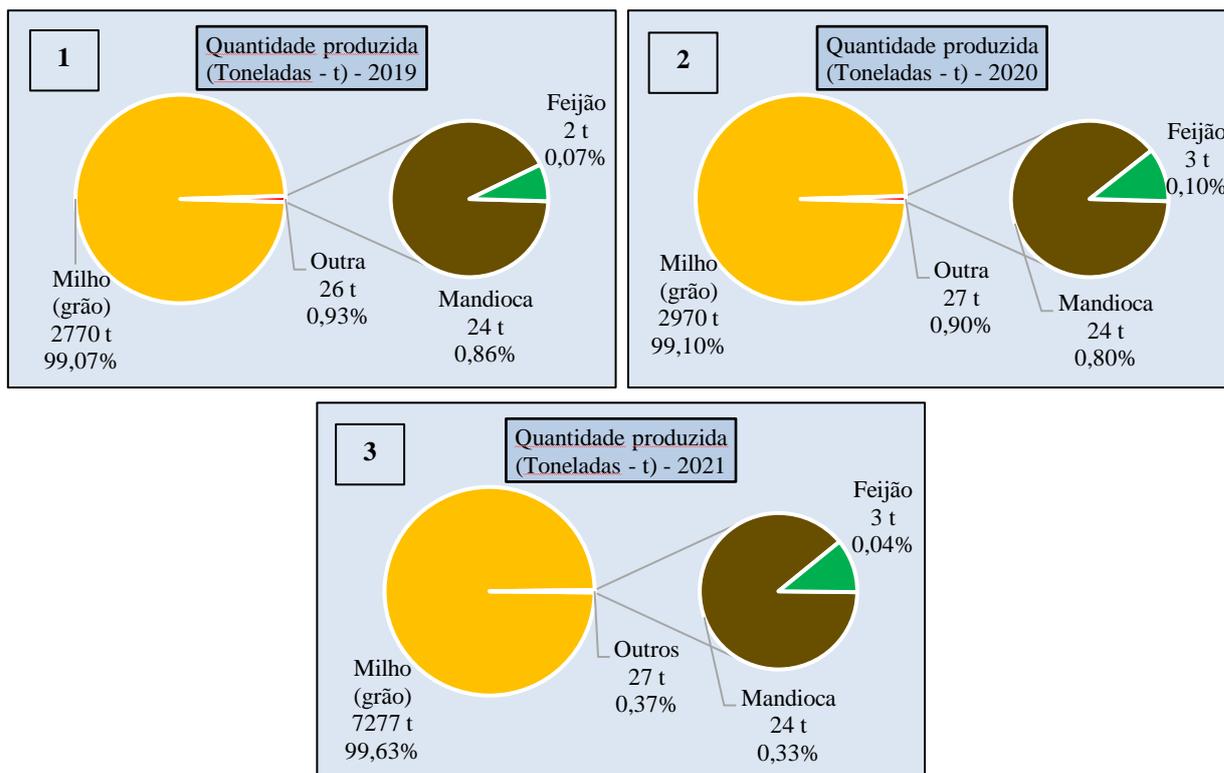


Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Ao traçar um paralelo entre a área cultivada e a quantidade de toneladas produzidas em cada ano, percebemos que a porcentagem da área oscila entre 98% e 99% do total. No entanto, a quantidade desse milho cultivado elevou-se de quase 3 mil toneladas para 7,2 mil toneladas, praticamente sem que houvesse um aumento da área cultivada. Acreditamos que esse comportamento está associado ao que foi observado por um produtor do grão, “*A cada ano a gente busca uma semente melhor, que tenha uma caixa produtiva alta. Sem falar nos outros insumos que investimentos*” (Agricultor 4, Sede municipal, nov./2022). A narrativa está relacionada à tríplex aliança discutida por Delgado (2012), a qual ressalta o papel da academia na disseminação dos pacotes tecnológicos desenvolvidos por oligopólios na agricultura. O objetivo é aumentar a produtividade e ao mesmo tempo subordinar o agricultor a tais modelos.

Tal fato contradiz com a agricultura praticada outrora, quando os saberes construídos por gerações eram suficientes para cultivar esse grão em quantidade que atendesse à demanda para o consumo familiar e outra parte para o comércio nos circuitos curtos. Porém, atualmente, o incentivo do Estado e a propaganda da mídia, suscitam a busca do aumento de produtividade e de lucro, o uso de insumos, como já foi citado, externos à propriedade.

Gráfico 13 - Nossa Sra. de Lourdes/SE - Quantidade de produtos cultivados (toneladas - t), 2019, 2020 e 2021 (1, 2 e 3, respectivamente).



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Essas discussões acerca desse modelo produtivo que vem se consolidando no território estudado, perpassam a territorialização do milho, repercute em implicações econômicas, sociais e culturais nos territórios. Tal modelo, associado aos “sistemas alimentares vigentes, mais focados na quantidade que na qualidade dos alimentos” (CAISAN, 2018, p. 5), não consegue proporcionar uma alimentação adequada e saudável. Por conseguinte, repercute nas cadeias de comercialização, na indisponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis e, conseqüentemente, nos ambientes alimentares. Faz-se necessária a efetivação de políticas públicas no sentido de aprimorar esses ambientes para a promoção de alimentos saudáveis.

4.2 –Territórios alimentares: “Quase tudo que a gente come é industrializado ou vem de fora”

Buscar compreender a alimentação como elemento central para manutenção da vida e funcionamento da sociedade proporciona a ampliação de debates acerca da temática, pois “sua ausência ou a carência das condições adequadas de segurança alimentar tendem a tornar-se em um vetor de sofrimento físico, material e emocional, assim como em fator de ruptura”

(PREISS; SCHNEIDER; COELHO-DE-SOUZA, 2020, p. 9). Por seu caráter multifatorial, os debates acerca da alimentação, segundo Bueno, partem de diferentes dimensões.

[...] que vão desde a ingestão de nutrientes, importantes para a manutenção da saúde e do bem-estar, até a compreensão do alimento como um todo; a forma como são produzidos, disponibilizados, preparados, combinados e consumidos e o modo de comer que revela aspectos amplos das práticas alimentares (BUENO, 2020, p. 15).

Recentemente, autores de diferentes áreas do conhecimento como Kasinski (2020), Honório (2020) e Bueno (2020) têm desenvolvido alguns estudos sobre a alimentação a partir da análise dos ambientes alimentares. Kasinski se propôs a investigar a existência de desertos alimentares na cidade de São Paulo; Honório, em sua pesquisa, descreveu o ambiente alimentar comunitário em Belo Horizonte/MG e identificou desertos e pântanos alimentares nessa metrópole. Diferentemente das pesquisas anteriores, realizadas em duas grandes cidades brasileiras, Bueno analisou as interfaces entre disponibilidade de alimentos e escolhas alimentares, na perspectiva de ambientes alimentares no município de Palmeira das Missões, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, município voltado à produção agrícola.

O ambiente alimentar juntamente com as cadeias de fornecimento de alimentos e o comportamento do consumidor compõem os sistemas alimentares (SA). Na perspectiva de BURIGO e PORTO (2021), o SA é

[...] compreendido como o conjunto de elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestrutura, instituições e organizações da sociedade civil, dentre outras) e atividades que se interrelacionam na produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, o que inclui as características e os resultados dos sistemas socioeconômicos e ambientais dessas atividades (2021, p. 4414).

Os SA se constituem na inter-relação entre os elementos e as atividades em todas as etapas do alimento, da produção ao consumo. A complexidade desses sistemas, segundo os autores supracitados, vai depender da distância entre produtores e consumidores e do número de intermediários, no caso dos circuitos longos. Vale ressaltar que os SA são compostos por circuitos alimentares diversos e superpostos, que abrangem desde o modelo de circuito curto até o circuito longo. Esses sistemas têm a capacidade de serem sustentáveis ao promover a segurança alimentar e nutricional. No entanto, também podem provocar a insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando se observa a inserção de produtos ultraprocessados e ou produzidos a longas distâncias, nos quais não é identificada a qualidade.

Swinburn, Egger e Raza (1999) apresentam que o ambiente alimentar pode ser discutido a partir da dimensão micro e macro. Os autores afirmam que os indivíduos interagem com os

múltiplos ambientes, incluindo os espaços que agrupam indivíduos, tais como: escolas, locais de trabalho, lares e bairros (microambientes) e os que são menos passíveis de controle dos indivíduos, relacionados à política macroeconômica, política agrícola, comércio internacional de alimentos e distribuição global dos alimentos (macroambiente). Os autores ainda pontuam que esse mesmo ambiente é dividido em: **físico**, se refere ao que está disponível em uma variedade de estabelecimentos que comercializam alimentos; **econômico**, relativo aos gastos com alimentação e contempla o preço dos alimentos, política econômica e poder aquisitivo da população; **político**, diz respeito às regras institucionais e leis relacionadas à alimentação e; **sociocultural**, relaciona-se às atitudes, crenças e valores relacionados à alimentação de uma comunidade ou sociedade.

Bueno (2020) considera que a discussão em relação aos ambientes alimentares pode acontecer em diferentes níveis: do individual ao coletivo. No Brasil, as discussões em torno desses ambientes vêm alcançando notoriedade em virtude da situação da insegurança alimentar e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Sanches *et al.* asseveram que “o ambiente alimentar tem recebido destaque na investigação de padrões alimentares, considerando que o acesso e a disponibilidade de alimentos têm mostrado associação com comportamentos alimentares e estado nutricional da população” (2018, p. 398). De acordo com o tipo de alimento disponível¹³, o ambiente alimentar pode ser caracterizado como um “deserto alimentar” ou “pântano alimentar”. Deserto alimentar são locais onde há restrição de acesso e de disponibilidade de alimentos saudáveis, enquanto pântanos alimentares são locais que possuem alta disponibilidade de alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutricional (BUENO; CRUZ; RUIZ, 2020).

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecido pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), passa a ser legalmente assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal desde 2010 pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010. “Diz respeito a todas as pessoas, de todas as sociedades, e não apenas àquelas que não têm acesso aos alimentos” (LEÃO, 2013, p. 28). Para a realização desse direito é necessário o conhecimento das realidades locais, embora existam características comuns entre os diversos grupos (comunidade indígena, moradores de uma cidade, entre outros), em determinadas situações, ações específicas para garantir o seu direito são requeridas.

O Guia Alimentar para a População Brasileira – GAPB (BRASIL, 2014), documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável

¹³ In natura/minimamente processados, processados ou ultraprocessados. Esses grupos, com base no GAPB, serão explicados a seguir.

para a população brasileira, também reforça que a alimentação adequada e saudável é um direito humano e que sua efetivação envolve

[...] a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014).

A despeito da alimentação adequada e saudável se constituir um direito legal, essa prerrogativa está distante da realidade de muitos consumidores nas diferentes escalas geográficas. A violação do DHAA se efetiva através de vários aspectos, como na contaminação dos alimentos por agrotóxicos, nas manifestações de doenças relacionadas à má nutrição e desnutrição, na ausência da manutenção da cultura alimentar, na insegurança alimentar por ausência de recursos.

Quanto à insegurança alimentar o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN (2022), realizado pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional), revela seu agravamento entre a população brasileira. Segundo os dados da pesquisa, menos da metade dos domicílios (41,3%) encontrava-se em situação de segurança alimentar, enquanto 28,0% demonstravam preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro, além da qualidade inadequada dos alimentos (IA leve).

O II VIGISAN ainda aponta que mais de 30% dos domicílios pesquisados apresentavam restrição quantitativa aos alimentos, dos quais 15,2% vivenciavam essa redução de quantidade e/ou ruptura nos padrões de alimentação como resultado da falta de alimentos (IA moderada) e 15,5% em situação de fome (IA grave). Em termos populacionais, são mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome. Outro dado importante que esse relatório traz diz respeito à condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país. A IA atinge mais de 60% dos domicílios nessas áreas, as formas mais severas (IA moderada e IA grave) apresentam as taxas mais elevadas, 16,9% e 18,6%, respectivamente.

Em Sergipe, segundo os dados dessa mesma pesquisa, a situação se apresenta da seguinte forma: 28,9% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 71,1% em situação de IA (leve, moderada e grave), desse total 30,0% em situação de fome (IA grave). À medida que apresentamos esses dados, reportamo-nos às pesquisas de Josué de Castro (1984), as quais já denunciavam a fome como um fenômeno social e econômico, não decorrente

das condições climáticas. Assim, com a ampliação da discussão sobre o direito à alimentação e a necessidade de se garantir uma alimentação adequada e saudável, o estudo sobre os ambientes alimentares tem se constituído uma agenda importante nos últimos anos.

Segundo a NOVA classificação de alimentos adotada no GAPB, os alimentos são agrupados em quatro grandes grupos, de acordo com o processamento que esse alimento recebe antes de ser consumido. Os grupos são os seguintes: **1. Alimentos *in natura*/minimamente processados** - alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza. Os alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas; **2. Ingredientes culinários (óleos, gorduras, sal e açúcar)** - são produtos extraídos de alimentos *in natura* ou da natureza por processos como prensagem, moagem, trituração, pulverização e refino; **3. Alimentos processados** - são fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos *in natura* para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar e **4. Alimentos ultraprocessados** - são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes) (BRASIL, 2014). Essa classificação não se restringe aos termos nutricionais dos alimentos, também busca entender os impactos das diferentes categorias de alimentos tanto na saúde humana quanto na cultura e no meio ambiente.

Na pesquisa de campo, identificamos os estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes, os quais foram categorizados (Quadro 5) de acordo com os alimentos que ofertam: **mercearias** – estabelecimentos que comercializam alimentos *in natura* ou minimamente processados e produtos ultraprocessados, porém, não apresentam uma variedade de produtos. Observamos que, na sede do município, alguns desses funcionam prioritariamente na residência do proprietário; **mercadinhos/pequenos supermercados** – vendem alimentos processados e produtos ultraprocessados. São encontrados, predominantemente, na sede do município e que apresentam uma variedade de produtos; **quitandas** – comercializam, exclusivamente, alimentos *in natura*; **panificações** – apesar de predominância de alimentos minimamente processados alguns desses estabelecimentos também comercializam produtos ultraprocessados; **restaurantes** – vendem preparações culinárias a partir de alimentos *in natura*, processados e ultraprocessados;

pizzaria/lanchonetes – predomina a comercialização de ultraprocessados e, **laticínios, carnes, e frios** – vendem minimamente processados, processados e produtos ultraprocessados. Esses estabelecimentos predominantemente geridos numa lógica familiar, não estão relacionados às redes nacionais ou internacionais de varejo.

Quadro 5 - Categorização dos estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022

Estabelecimento	Alimentos comercializados
Mercearias	Arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de milho, açúcar, café, óleo, alguns biscoitos.
Mercadinhos/ Supermercados	Arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de milho, açúcar, café, óleo, ovos, biscoitos variados, enlatados (frutas, molhos, feijoada, ervilha, milho verde, carnes, sopas), macarrão, macarrão instantâneo, frango congelado, iogurtes, refrigerantes, batata em flocos, salgadinhos, biscoitos de pacote, condimentos/molhos prontos, embutidos (salsicha, calabresa, mortadela linguiça, presunto, nuggets, frango empanados), pães industrializados, bebidas prontas, margarina, amaciante para carne, leite UHT, leite enlatado, leite em pó, creme de leite, leite condensado, doces, massa pronta para bolo, refrigerantes, sucos industrializados, suco artificial em pó, muçarela e manteiga (elaborados no município).
Quitandas	Banana, laranja, limão, mamão, maracujá, tomate, pimentão, cebola, cenoura, alho, batatinha.
Padarias	Pães, bolachões, biscoitos, bolos, salgados, queijo coalho, muçarela, requeijão, manteiga (elaborados no município), refrigerantes, sucos industrializados.
Restaurantes	Almoço variado: arroz, feijão, saladas, fígado, buchada, galinha caipira, churrasco de boi, porco, toscana, calabresa, refrigerantes, bebidas açucaradas e sucos naturais.
Pizzaria/lanchonetes	Pizza, variedades de lanches (hambúrguer, eggs burger, entre outros).
Frigoríficos, frios e laticínios	Embutidos (salsicha, calabresa, mortadela linguiça, presunto, nuggets, iscas ou tiras de frango empanados), frango, charque, carnes, queijo, muçarela, manteiga.

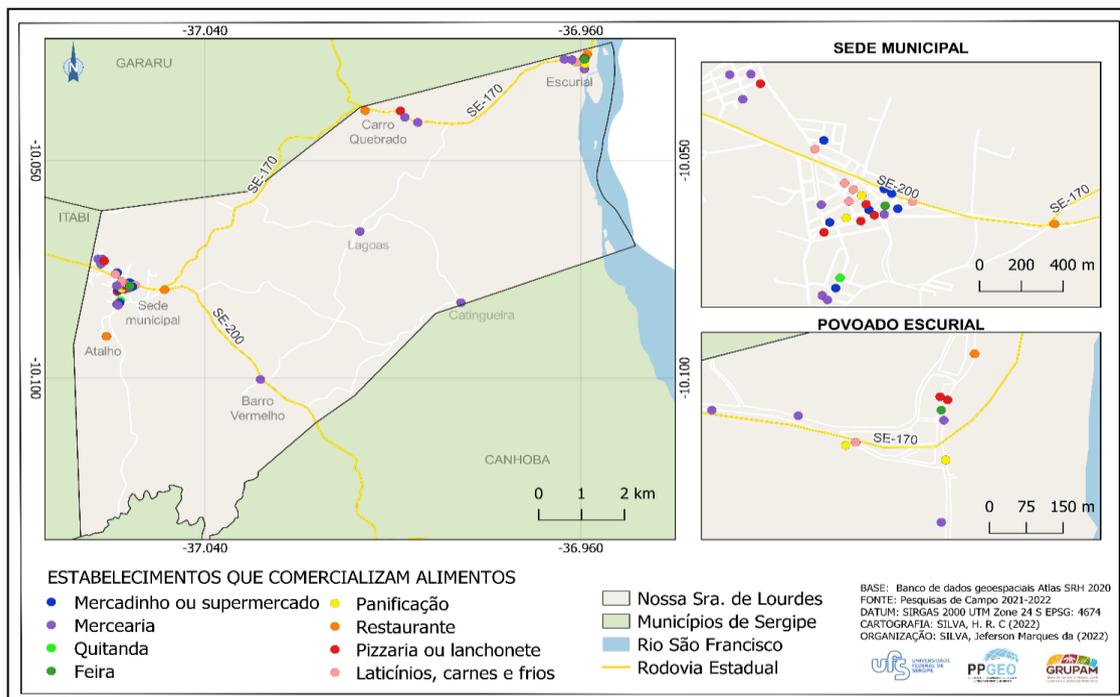
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Esses estabelecimentos (Figura 13) estão concentrados nas principais ruas e avenidas¹⁴ da sede municipal, assim como nos bairros, Caixa D'Água e Conjunto José Caetano. Igualmente verificamos no povoado Escurial, principal aglomeração rural do município, esses tipos de estabelecimentos, exceto supermercado e quitanda. Enquanto isso, os demais povoados contam com um número reduzido de casas comerciais.

Nas comunidades rurais de Barro Vermelho, Catingueira e Lagoas o único tipo de estabelecimento encontrado foi mercearia. Já no povoado Carro Quebrado, além das mercearias, verificamos a presença de lanchonete e restaurante. Nesses estabelecimentos predomina a comercialização de alimentos adquiridos em diferentes escalas geográficas: estadual e em diversas regiões brasileiras, exceto alguns derivados de leite elaborados nas fabriquetas do município.

¹⁴ Tabela com os estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022 em anexo (Anexo F).

Figura 13 - Nossa Senhora de Lourdes/SE – Estabelecimentos que comercializam alimentos, 2022



Fonte: Dados pesquisa de campo 2021-2022.

O estudo elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (2018), cujo objetivo é compreender as dinâmicas sociais e territoriais que influenciam o acesso aos alimentos, principalmente aos alimentos saudáveis, contribui com a análise sobre o comércio varejista de alimentos que nos propomos. Os estabelecimentos que prestam serviços de alimentação ou comercializam alimentos no varejo foram classificados da seguinte forma:

1. Estabelecimentos onde a aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados representa mais de 50% da aquisição total, ou seja, nestes estabelecimentos há uma predominância de aquisição de produtos saudáveis.
2. Estabelecimentos onde a aquisição de alimentos ultraprocessados representa mais de 50% da aquisição total, ou seja, nestes estabelecimentos há uma predominância de aquisição de produtos não saudáveis.
3. Estabelecimentos onde há predominância de aquisição de preparações culinárias ou alimentos processados ou onde não há predominância de aquisição de alimentos in natura/minimamente processados nem de alimentos ultraprocessados. (CAISAN, 2018, p. 18)

Com base nessa classificação, os estabelecimentos foram categorizados como “Estabelecimentos de aquisição de *In Natura*” – Tipo 1, “Estabelecimentos de aquisição de Ultraprocessados” – Tipo 2 e “Estabelecimento Mistos” – Tipo 3 (2018, p. 18). A partir da categorização que realizamos sobre os estabelecimentos identificados em Nossa Senhora de

Lourdes, detalhada no quadro 5, eles ficam classificados como: Tipo 1 – quitanda e feira livre; Tipo 2 – pizzaria, lanchonete e supermercado; Tipo 3 – mercearia, panificação, restaurante, laticínios/carnes/frios. Percebemos, portanto, o predomínio dos tipos mistos de estabelecimentos de alimentação.

Constatamos ainda que, os alimentos comercializados nos estabelecimentos de aquisição de *In Natura*, não são cultivados no município, são obtidos nas centrais de abastecimento (CEASA) de Itabaiana e Aracaju /SE. Nos comércios do Tipo 2 e 3 há alguns alimentos artesanais elaborados em Nossa Senhora de Lourdes, trata-se da muçarela, do queijo coalho e da manteiga (Figura 14) que disputam espaços com os derivados do leite industrializados, todavia, predominam os estabelecimentos tipo 2 com o domínio dos produtos ultraprocessados.

A respeito da distribuição geográfica dos estabelecimentos, o estudo aponta que em todas as regiões predominam os estabelecimentos mistos. Na região Nordeste, quanto aos estabelecimentos preponderantemente saudáveis ou não saudáveis, diferente das regiões Sul e Sudeste, os saudáveis superam os não saudáveis (CAISAN, 2018, p. 20). No entanto, o município em análise não segue essa lógica, visto que foram identificados somente três estabelecimentos do tipo 1 – uma quitanda e duas feiras livres e oito do tipo 2 – pizzarias e lanchonetes (Apêndice F).

Figura 14 - Produtos derivados do leite produzidos em fabriquetas de Nossa Senhora de Lourdes/SE: queijo coalho (1), muçarela (2) e manteiga (3), 2022



Fonte: Pesquisa de campo out./2022.

As imagens seguintes (Figura 15), apresentam a diversidade de alimentos ultraprocessados comercializados nos estabelecimentos comerciais pesquisados. Apesar da orientação dada pelo GAPB para evitar tais produtos industrializados, é notória a oferta no

comércio local. Segundo o Guia, são muitas as razões para evitar o consumo de alimentos ultraprocessados e elas estão “[...] relacionadas à composição nutricional desses produtos, às características que os ligam ao consumo excessivo de calorias e ao impacto que suas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo têm sobre a cultura, a vida social e sobre o meio ambiente” (BRASIL, 2014, p. 41). Esses alimentos, pela sua composição nutricional baixa, impactam negativamente a saúde dos consumidores a longo prazo.

Figura 15 - Alimentos ultraprocessados



Fonte: Pesquisa de campo, out./2022.

A presença dos ultraprocessados nesses ambientes alimentares influenciam as escolhas da população quanto à alimentação. O GAPB (BRASIL, 2014) afiança que os alimentos ultraprocessados têm composição nutricional desbalanceada, favorecem o consumo excessivo de calorias, tendem a afetar negativamente a cultura, a vida social e o ambiente.

As pesquisas desenvolvidas por Ramos (2007) e Menezes (2013a) demonstraram que a expansão da modernização da agricultura no mundo rural promove alterações nas práticas alimentares. Essa hipótese confirmada nas comunidades pesquisadas. As autoras defendem que a propagação dos novos estilos de vida, vinculados à concepção do moderno e da praticidade, difundidos através dos meios de comunicação respaldadas pelo marketing e pela propaganda, contribui para o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados, para a desvalorização de culturas alimentares tradicionais e proporcionam “uma série de modificações nos modos de comer, nas relações de comensalidade e na identidade alimentar dos indivíduos, tanto no meio urbano quanto no meio rural” (DE SOUZA LIMA; NETO; FARIAS, 2015, p. 519). Os autores asseveram que, além de influenciar os hábitos alimentares, os horários e os locais das refeições, os novos modos de vida interferem até na própria produção de alimentos no meio rural, visto que o aumento na oferta de alimentos industrializados reduz a necessidade de plantar e colher (RAMOS, 2007). A narrativa do entrevistado a seguir parece ilustrar o que os autores

mencionados anteriormente apontam em relação às alterações na produção de alimentos relacionados aos novos modos de vida no meio rural. Isso é evidenciado em trechos de entrevista a seguir:

Eu morava no interior. Era de grandeza. A casa grande, tinha uma sala bem grande, papai botava arroz que ficava pelos olhos. A porta era de não se abrir. Ele vendia e tinha arroz para comer o ano todo e dava aos parentes. Era uma fartura. Mas hoje, quem é que quer passar o dia todo na lagoa plantando? Ninguém. Hoje a gente compra. (Consumidor 4, Povoado Escurial, set./2022).

Por se tratar de um município pequeno, com a predominância de características rurais, os modos de vida identificados em Nossa Senhora de Lourdes não se assemelham aos dos centros urbanizados, porém, conforme já apresentado neste texto, percebemos que a redução extrema do plantio de alguns alimentos contribui para o arrefecimento do consumo de alimentos *in natura*. Ramos sustenta que “conhecer o que se comia há 20, 30, 40 anos atrás implica necessariamente em conhecer o que se plantava, como se armazenavam os alimentos, as técnicas de conservação que conheciam e que desenvolveram” (2007, p. 75). Na atualidade, as alterações no plantar, cultivar, colher são percebidas pela população que observa a inserção das técnicas agrícolas que proporcionaram a homogeneização de sistemas produtivos e proporcionam as alterações no uso da terra e na oferta de alimentos, assim como identificam as novas preferências alimentares da população.

Segundo Arnaiz e Contreras (2012, p. 48), “sempre existiram diversos tipos de preferências e até incompatibilidades alimentares”, mas o atual sistema alimentar tem contribuído para a perda da diversidade, gerando assim uma padronização da alimentação, fato esse verificado no município em análise com o domínio de “[...] marcas, embalagens, rótulos e conteúdo de alimentos ultraprocessados tendem a ser idênticos em todo o mundo” (BRASIL, 2014, p. 45), essa padronização evidencia a força exercida pelos conglomerados industriais nas várias escalas geográficas. No que diz respeito à identidade dos comensais, Contreras e Gracia (2011, p. 205) consideram que, “compartilhar hábitos ou preferências alimentares proporciona um certo sentido de pertencimento e de identidade”. Tal fato pode ser observado com os adultos e idosos, que rememoram os alimentos identitários, buscam a inserção deles, embora asseverem as dificuldades de encontrar qualidade idêntica à do passado. Enquanto isso, os adolescentes, as crianças e os jovens buscam consumir produtos industrializados que aparecem na mídia, que fazem parte de uma “cultura moderna e até considerada superior”.

Menezes (2013a) assevera que a expansão da oferta de produtos industrializados alterou a dieta e o modo de fazer das comidas das comunidades sertanejas de Sergipe, como também

contribuiu para a desterritorialização do alimento e para a perda de vínculo territorial, corroborando com o que Contreras e Gracia pontuam sobre as fronteiras espaciais da alimentação contemporânea. Para eles, “o espaço geográfico de produção coincide menos do que nunca com o espaço da transformação, preparação e consumo” (2011, p, 81). Constatamos, por meio das entrevistas realizadas no trabalho de campo, que essas alterações vêm sendo percebidas pelos consumidores entrevistados, como pode ser observado nos trechos a seguir:

Não sentimos mais o gostinho de produção da roça. O feijão, por exemplo, tinha um caldo mais apurado, grosso. Hoje é bem ralinho, como água. O caroço se desmancha quando está cozinhando, coisa que não acontecia com o feijão que nós plantávamos. Sem falar na mudança de sabor, se a gente não acrescentar nada ela não tem sabor próprio. (Consumidora 5, Sede municipal, set./2022).

Antigamente a gente tinha o costume de plantar muitos dos alimentos que eram consumidos pela nossa família. Lembro que meu pai plantava fava, arroz, feijão mandioca. Com o milho a gente fazia o cuscuz de milho ralado, era muito gostoso. E a farinha que a gente produzia nas casas de farinha que existiam por aqui. Mas hoje não temos isso mais. A modernidade mudou tudo isso. (Consumidora 6, Sede municipal, set./2022).

Ao analisar o cenário local e considerando a NOVA classificação de alimentos adotada no GAPB, observamos que somente nas feiras livres, na quitanda e em um dos sete mercadinhos/supermercados são comercializados frutas, verduras e legumes, sendo assim, fica evidente a escassez de estabelecimentos que comercializam alimentos *in natura* no município. Este fato foi constatado por uma consumidora que afirma:

Aqui a gente só encontra esses alimentos (frutas, verduras e legumes) na feira. Durante a semana você não encontra com facilidade. Aqui eu não conheço ninguém que produza esses alimentos pra gente poder comprar. Nem sei se são saudáveis, porque hoje tudo tem droga. A gente nem sabe onde foi plantado. Hoje tudo é produzido fora do tempo, é encontrado em qualquer época do ano. (Consumidora 6, Sede municipal, set./2022).

A narrativa de nosso interlocutor reforça o processo de transformação pelo qual o espaço rural desse município vem passando, as alterações ocorridas nos cultivos realizados aqui e enfatiza que os alimentos comercializados fazem parte da produção em grande escala, promovendo um distanciamento entre o produtor e o consumidor. Nesse contexto, a feira livre se constitui em um ambiente alimentar importante para a população do município.

4.3 – Feira livre: “É aqui que a gente encontra alimentos”

Ao longo dos anos e, principalmente, a partir do processo de globalização capitalista atrelado à urbanização e industrialização, a forma como as sociedades comercializam seus alimentos vem passando por modificações. As feiras, na antiguidade “tinham o objetivo de promover trocas de mercadorias entre pessoas de diferentes lugares” (MENEZES; ALMEIDA, 2021, p. 15). Atualmente, em um contexto em que os alimentos são transformados em mercadorias e a disponibilidade de alimentos *in natura* torna-se cada vez mais escassa, esse mercado varejista tem se constituído num espaço de resistência, uma antítese do modelo hegemônico de comercialização (MENEZES, 2021b).

Com seus cheiros, cores e sabores, a feira, em alguns municípios brasileiros, principalmente naqueles em que a produção local de alimentos vem sendo reduzida em favor da expansão do monocultivo de soja, de cana-de-açúcar ou de milho, tem sido um importante espaço de acesso aos alimentos. Espaço onde a aproximação entre o campo e a cidade é promovida; a relação produtor e consumidor é estreita e direta; além disso, contribui na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos consumidores.

Em Nossa Senhora de Lourdes a feira livre acontece aos sábados, mas como tem acontecido em outras feiras de alguns municípios sergipanos, os feirantes, seja pela distância da sua residência ou pelo fato de vir de outra feira próxima, começam a chegar na cidade no dia anterior. Na véspera da feira já é possível perceber uma movimentação intensa, diferente da dos outros dias da semana. Para a feira dirigem-se habitantes de diferentes povoados e até mesmo de outros municípios, em busca dos produtos comercializados.

De modo semelhante às demais feiras interioranas de Sergipe, retratadas por Menezes (2021b), a feira deste município apresenta uma variedade de produtos para comercialização tais como: vestuário, produtos de utilidade doméstica, artefatos de couro, carnes (boi, porco, frango), pescados, bebidas, cereais, derivados da mandioca, produtos industrializados, frutas, verduras, legumes e hortaliças. Apesar dessa diversidade, nesta pesquisa restringimos a investigação aos alimentos *in natura* ou minimamente processados representados pela Figura 16.

Figura 16 - Alimentos comercializados na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, set./2022.

Por meio da pesquisa de campo, foram identificados os três grupos de feirantes – o agricultor/feirante, o feirante/comerciante e as mulheres/feirantes (MENEZES, 2021b). Os dois primeiros grupos são diferenciados conforme a origem do produto comercializado. “Os agricultores/feirantes comercializam alimentos como as frutas, verduras e hortaliças, cultivadas nos seus estabelecimentos rurais e/ou dos vizinhos e parentes” (MENEZES, 2021b, p. 76). Já os feirantes/comerciantes adquirem os alimentos diretamente dos agricultores, de atacadistas ou de intermediários. Todos os feirantes desses dois grupos são de diferentes municípios sergipanos, a exemplo de Itabaiana, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores entre outros. Mais de 80% dos feirantes do grupo agricultor/feirante são oriundos de Aquidabã. Os demais, são de Nossa Senhora das Dores, ou seja, predomina o grupo de feirantes comerciantes, visto que a produção agrícola do município em estudo não é comercializada na feira.

Quanto ao terceiro grupo, mulheres/feirantes, elas estão presentes em número reduzido nas bancas de frutas, verduras, bolos e das iguarias derivadas da mandioca: pé de moleque, tapioca, beijos tradicionais e malcasada (Figura 17). Foi possível identificar também a presença delas como ajudantes nas bancas dos seus esposos. Nesse grupo, observamos a presença de algumas moradoras do município, que comercializam os derivados de mandioca, salgados e bolos de milho, arroz, ovos e leite. As demais mulheres são oriundas dos municípios já mencionados.

Figura 17 - Bancas com iguarias derivadas da mandioca



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo. Feira de Nossa Senhora de Lourdes, set./2022.

Segundo relato de uma vendedora dos derivados da mandioca, a principal matéria-prima dessas iguarias, a massa da mandioca, já não é mais produzida aqui no município. Ela compra no município de Itabaiana/SE ou a um atravessador que vem de Alagoas. “*Aqui a gente já produziu muito, mas hoje não tem mais não*” (Consumidor 7, Sede municipal, out./2022). A fala de outro entrevistado sobre a produção de mandioca, confirma a afirmação da vendedora:

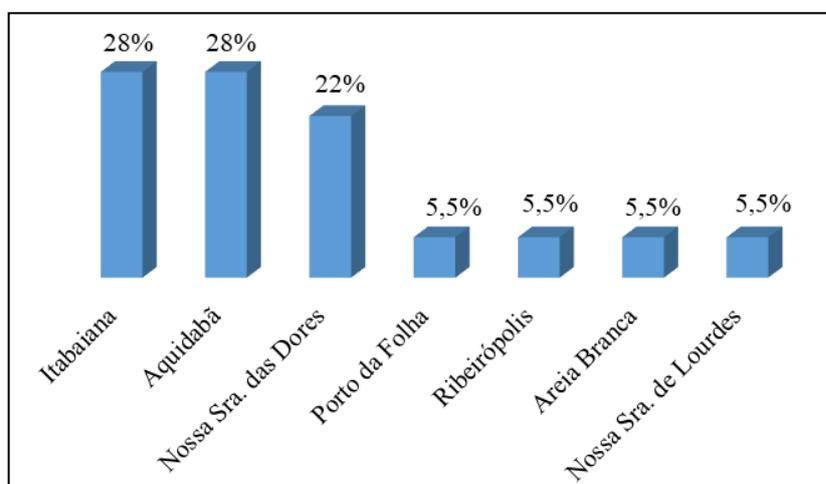
Como a gente plantava a macaxeira também a gente tinha o hábito de produzir a nossa própria farinha. Hoje isso é raríssimo. Nem casa de farinha a gente ver mais. Aqui tinham algumas casas onde o pessoal produzia a farinha, tapioca, beiju. Era muito bom! (Consumidor 5, Sede municipal, set./2022).

Essas narrativas corroboram e destacam as transformações pelas quais o meio rural do município de Nossa Senhora de Lourdes vem passando. As redes sociais que eram formadas por vizinhos, parentes e amigos, mencionadas na seção 3, já não estão mais presentes, porém “[...] continuam preservados os sabores e a transmissão oral do saber-fazer não existindo a utilização de livros com receitas” (MENEZES, 2013b, p. 126) e esses produtos que apresentavam unicamente valor de uso, adquirem valor de troca. Na atualidade, observamos que continua o consumo dos derivados da mandioca e a farinha, oriunda de municípios do agreste sergipano, é comercializada na feira.

Quanto ao local de origem desses feirantes, constatamos a predominância de comerciantes vindos de municípios do médio sertão e do agreste sergipano. Os dados apresentados no Gráfico 14, evidenciam a predominância dos comerciantes oriundos de Itabaiana e de Aquidabã que representam mais de 55% dos participantes entrevistados. Nossa Senhora das Dores vem logo em seguida no número de feirantes, 22%. Os feirantes vindos dos demais municípios não chegam a representar 6% do total. Esses trabalhadores utilizam

automóveis, caminhonetes e caminhões próprios ou fretados para se dirigirem até Nossa Senhora de Lourdes. Assim, semanalmente, fazem um percurso superior a 100 Km da sua residência até esse município.

Gráfico 14 - Origem dos feirantes que comercializam na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor. Trabalho de campo, 2022.

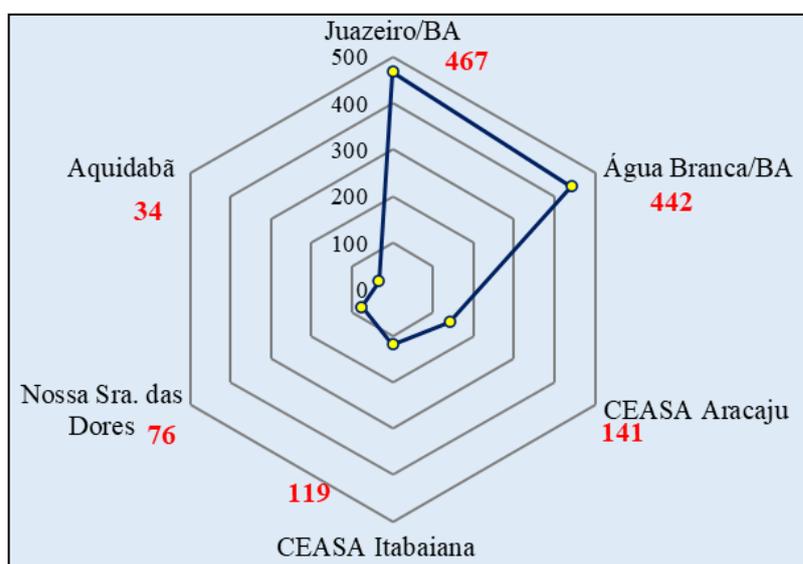
Mesmo percorrendo alguns quilômetros de distância para comercializar seus alimentos, quando questionados sobre a importância da feira em sua vida e como eles veem esse trabalho, muitos declararam que essa atividade constitui uma fonte de renda importante, visto que é a única fonte de sustento da família, “*aqui é meu ganha pão*” (Feirante 1, Aquidabã, set./2022). E, apesar do cansaço relatado, muitos ressaltam que gostam de comercializar nas feiras. Por certo, assim como tantos outros ofícios, tem suas dificuldades e desgaste superáveis. Alguns estão dando seguimento a uma atividade que outrora era desenvolvida pelos pais, agora aposentados. Observamos, também, nas bancas, que os trabalhadores entrevistados possuem algum grau de parentesco com os feirantes como cônjuge, filhos, irmãos. Poucos são os feirantes que contam com um ajudante não familiar, evidenciando, portanto, que esse é um negócio de família.

A forma como os agricultores/feirantes identificados cultivam os alimentos que comercializam na feira está associada ao método de produção convencional indagados sobre como manejam esse alimento, ressaltaram que fazem uso de produtos químicos tóxicos. “*Tem que ter agrotóxico, sem ele fica bem complicado. Não vou mentir não, uso, mas eu uso pouco*” (Feirante 2, Aquidabã, set./2022). Essas narrativas confirmam uma prática comum no modo de produção convencional, mesmo sabendo que o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos leva à contaminação da água, do solo e, especialmente, dos alimentos.

No caso da realidade observada em Nossa Senhora de Lourdes, não identificamos nenhum agricultor/feirante que desenvolve práticas de cultivo agroecológicas. Segundo Bertoni e Menezes, essa prática está “alicerçada por uma maneira sustentável e livre de aditivos químicos, uso de tecnologias sociais, sementes crioulas” (BERTONI; MENEZES, 2022, p. 110). Os agricultores/feirantes identificados na pesquisa praticam a agricultura convencional.

Outro dado importante constatado é a distância média percorrida pelos alimentos que são comercializados na feira deste município (Gráfico 15). Quando questionados sobre onde adquirem os alimentos, os feirantes/comerciantes confirmaram, como citado anteriormente nesta subseção, que compram nas centrais de abastecimento (CEASA) de Aracaju e Itabaiana/SE. No entanto, os alimentos, especialmente as frutas, são cultivadas em outros estados brasileiros. Alguns afirmaram comprar em municípios fora do estado, como Água Branca e Juazeiro, na Bahia.

Gráfico 15 - Distância média dos alimentos que são comercializados na feira-livre de Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022



Fonte: Elaborado pelo autor. Trabalho de campo, 2022.

As informações coletadas apontam que os alimentos obtidos percorrem longas distâncias, ou seja, fazem parte do denominado circuito longo. Embora sejam adquiridos nas CEASAs no estado de Sergipe, o cultivo do melão, do mamão, da manga, da uva acontece no estado da Bahia; conseqüentemente, tais alimentos percorrem distâncias superiores a 440 Km. No caso da maçã e da pera as distâncias são superiores a 1.000 km. Os feirantes comerciantes não conhecem a procedência dos alimentos, visto que estes são adquiridos e comercializados

por vários intermediários ou atravessadores, como ressaltam Darolt e Rover (2021) ao abordar os circuitos longos.

O atual modelo de sistema agroalimentar, caracterizado pela modernização, industrialização e homogeneização das práticas alimentares contribuiu para o distanciamento entre produtores e consumidores e para o estabelecimento dos circuitos longos de produção e distribuição (BAZOTTI; COELHO, 2017). Com a drástica redução do cultivo de alimentos em muitos territórios, como no caso do município em análise, a soberania e a segurança alimentar e nutricional ficam comprometidas. Contudo, observamos em meio à crise desse modelo agroalimentar, a valorização de alternativas que possibilitem o estabelecimento de circuitos curtos de comercialização.

Para Schneider (2021, p. 15), “os circuitos curtos de comercialização conseguem reconstruir a identidade entre o alimento, a sociedade e o território”. São iniciativas que incorporam não apenas variáveis econômicas e ambientais, mas também valores éticos, sociais e culturais, cuja relação entre produção e consumo é permeada por princípios da autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradições locais (DAROLT, 2013). Para esse autor, a compra em circuitos curtos se constitui numa alternativa de fuga da padronização do sistema agroalimentar convencional.

Embora considerando que “[...] quanto maiores os circuitos espaciais percorridos pelos alimentos, mais distantes de um sistema alimentar soberano estarão as pessoas de determinado território” (VALÉRIO, 2016, p. 107) consideramos “que as feiras se apresentam como formas cristalizadas nas cidades e um lócus de resistência às mudanças ocorridas no plano da comercialização, distribuição e consumo” (DANTAS, 2008, p. 99). Diante do crescente acesso a alimentos ultraprocessados e da dificuldade de acesso aos alimentos *in natura*, tem se configurado como uma contraofensiva ao atual modelo varejista hegemônico.

No bojo das discussões sobre o DHAA e a promoção da segurança alimentar e nutricional, a escola também se apresenta como alternativa, segundo as legislações vigentes, com o propósito de discutir as nuances da alimentação contemporânea e, sobretudo, oferecer uma alimentação saudável, tema a ser discutido na sequência.

4.4 – O microambiente alimentar no âmbito da escola

A Lei nº 9394/96 – LDB, criada nos princípios da Constituição Federal, estabelece as diretrizes e base da Educação Nacional. Essa legislação regulamenta o sistema educacional brasileiro, tanto na esfera pública quanto privada. No que diz respeito à organização dos níveis

fundamental e médio da educação básica, normatiza no inciso I do artigo 24, a carga horária e a quantidade mínima de dias letivos da seguinte forma: “I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (BRASIL, 1996). Crianças e jovens, na faixa etária de 6 a 17 anos, permanecem longos períodos nas instituições de ensino. Visando contribuir com o desenvolvimento físico, intelectual, social, as escolas públicas brasileiras ofertam alimentação escolar aos seus alunos. Essa informação torna pertinente a análise da escola, visto que se constitui em um importante ambiente alimentar e contribuirá para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

As regras relacionadas à alimentação escolar direcionam as escolhas dos alimentos que devem compor as refeições. Atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é responsável pelas políticas relacionadas à alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional dos estudantes. Este programa é regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, que traz contribuições tanto para a agricultura familiar quanto para a promoção da SAN, das quais destacamos as seguintes:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

[...]

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

[...]

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

Na perspectiva de Matos (2020), a efetivação do mercado institucional do PNAE é uma importante ferramenta de fortalecimento econômico para a agricultura familiar. Ao estabelecer no artigo 14, supracitado, o percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros reservados à aquisição de alimentos dessa categoria, além de contribuir para a reprodução social e a permanência desses grupos familiares em seus territórios, promove o acesso a uma alimentação saudável, que visa a valorização da cultura e dos hábitos alimentares do lugar.

Santos (2019) ressalta as ações desenvolvidas no âmbito do ambiente alimentar escolar. Em sua pesquisa a autora afirma que os hábitos alimentares tradicionais das comunidades escolares pesquisadas estão expostos às interferências globais. Contudo, evidencia que essa realidade começa a se modificar em 2012, a partir da política de garantia da segurança alimentar e nutricional estabelecida pelo PNAE.

Nos territórios pesquisados por Santos, prevalece a atividade canavieira; no entanto, ficou evidente que, mesmo diante da dominação do agronegócio, agricultores familiares continuavam cultivando seus alimentos. Outro dado relevante desta pesquisa é que aponta a efetivação, junto aos responsáveis dos escolares, de propostas de Educação Alimentar e Nutricional. Isso ocorre visto que, à medida que a escola promovia o acesso aos alimentos da agricultura familiar, incentivando hábitos saudáveis, inversamente, em suas residências - outro importante ambiente alimentar - os estudantes estavam expostos a uma alimentação à base de produtos industrializados.

Estimulado por esta pesquisa e considerando que o microambiente alimentar escolar é influenciado por políticas agrícolas, econômicas desenvolvidas por empresas que controlam a produção, comercialização e consumo de alimentos, que compõem a dimensão macro dos ambientes (SWINBURN, EGGER e RAZA, 1999), apresentamos os dados identificados nas escolas públicas municipais e estaduais de Nossa Senhora de Lourdes.

Como apresentado no quadro 4 da subseção 3.3, o município conta com nove instituições de ensino, três circunscritas ao poder público estadual e seis à esfera municipal. Em nenhuma dessas escolas foi detectada a presença de cantinas que comercializam alimentos. Entretanto, no entorno de algumas unidades escolares, identificamos a presença de estabelecimentos comerciais como mercearias e lanchonetes. Conforme a classificação apresentada no estudo elaborado pela CAISAN (2018), citado anteriormente, mercearias e lanchonetes são consideradas estabelecimentos de aquisição de alimentos mistos e ultraprocessados, respectivamente, colaborando para a exposição desses produtos, fato esse que contribui para que os discentes consumam os ultraprocessados.

No tocante à compra dos gêneros alimentícios que compõem a alimentação das escolas estaduais, o Departamento de Alimentação Escolar – DAE, órgão da Secretaria Estadual de Educação, é quem realiza a chamada pública por meio da abertura de edital. Empresas, cooperativas e fornecedores individuais concorrem a partir da proposta de menor preço. Quanto à distribuição, são os fornecedores que realizam junto às unidades de ensino. A escola também recebe um recurso, denominado PROFIN merenda, com vista à aquisição de outros gêneros para a alimentação escolar. Com esse recurso o gestor pode comprar em estabelecimentos locais

ou não os produtos listados pelo programa. Segundo os gestores, um dos entraves para a execução é a exigência quanto à situação cadastral dos estabelecimentos comerciais junto aos órgãos fiscalizadores. Eles atestam que os estabelecimentos do município não estão regularizados, o que implica a compra de alimentos em estabelecimentos de outros municípios.

As escolas tentam seguir o cardápio elaborado e distribuído pela secretaria e, diariamente, fornecem: arroz com carne ou frango, cuscuz com frango, carne ou ovos, sopa de legumes, batata doce, broa e pão. Todavia, é comum o uso dos produtos ultraprocessados como as bebidas açucaradas em embalagem Tetrapark, biscoitos, bolinhos prontos. Diante da configuração, no que diz respeito à alimentação escolar das instituições estaduais, não identificamos a compra de gêneros cultivados por agricultores do município.

Quanto às escolas municipais, alimentos como arroz, feijão, macarrão, carnes, frangos, frutas são comprados a fornecedores externos ao município. De acordo com o representante municipal, as hortaliças, macaxeira e algumas verduras são fornecidas por uma família. Como a quantidade cultivada não atende à demanda da Secretaria Municipal de Educação – SME, os agricultores complementam com alimentos adquiridos na feira convencional do município. Essa atitude evidencia que a priorização do monocultivo do milho tem provocado a redução drástica do cultivo de alimentos no município.

Também são ofertados alimentos ultraprocessados como biscoitos, bolos e iogurtes; além de outros alimentos minimamente processados e ou *in natura*: macarrão com carne, batata doce, arroz, feijão, pães, arroz doce, mungunzá e frutas. Esses alimentos são distribuídos semanalmente, conforme cardápio elaborado pela nutricionista da SME.

As constatações supracitadas permitem destacar que, enquanto os agricultores familiares fornecem alimentos *in natura*, atendendo os preceitos da Lei nº 11.947/2009, que estabelecem a necessidade da variedade de gêneros cultivados localmente, as empresas contratadas caminham em direção contrária, fornecem alimentos processados e ultraprocessados, como os sucos e os biscoitos. Mesmo com a regulamentação desses ambientes quanto à promoção de alimentação saudável, os alunos não estão isentos das interferências dos ambientes externos.

Entendemos que os ambientes alimentares, de acordo com o tipo de alimentos disponíveis, são espaços que proporcionam ou dificultam a promoção da segurança alimentar e nutricional. Na próxima subseção será discutida a promoção, ou não da SAN neste território.

4.5 – Os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional da população

As subseções anteriores trataram dos ambientes alimentares do município de Nossa Senhora de Lourdes. Nelas apresentamos os estabelecimentos comerciais encontrados e os tipos de alimentos disponíveis, além de destacar a feira livre como o principal espaço de acesso à alimentos *in natura*. Dito isso, faremos uma análise sobre a SSAN do município pesquisado. Para fundamentar essa análise que nos propomos, é fulcral tecer uma discussão com alguns autores que discutem essa temática.

Estudos apontam que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN vem passando por um processo de construção ao longo da história tanto no âmbito nacional quanto internacional (MALUF, 2009; SILVA, 2014; ALEM *et al.* 2015; MALUF; MENEZES; MARQUES, 2020). Alem *et al.* (2015, p. 3) aludem que, os termos Segurança e Soberania Alimentar causam certa agitação que pode ser reflexo dos conflitos sociais e políticos que circundam a produção e consumo dos alimentos nas sociedades de classes, sobretudo nas do tipo capitalistas. No Brasil, a trajetória da temática da SAN foi marcada por disputas que resultaram em conquistas relevantes quanto a sua inserção na agenda, mas que geraram algumas fragilidades como a institucionalidade frágil, por exemplo. (SILVA, 2014, p. 7).

Foi no início do século XX que as primeiras discussões acerca da segurança alimentar aconteceram. A alimentação, após o fim da Primeira Guerra Mundial, passa a ser compreendida como instrumento importante para garantia da segurança dos países. Ser autossuficiente na produção de alimentos se configurava como uma estratégia dos países, direcionando assim, a formação de estoques de alimentos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a segurança alimentar foi tratada, de forma hegemônica, como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. A produção insuficiente de alimentos era a principal causa da insegurança alimentar nos países pobres (LEÃO, 2013, p. 11). No bojo dessa discussão, emerge como uma estratégia de ampliar a produtividade do setor agrícola a Revolução Verde, experiência discutida anteriormente neste estudo e que, como apresentado, não consegue erradicar a problemática da fome.

Ao longo das últimas décadas do século passado, ao conceito de segurança alimentar vão sendo incorporados outros atributos. Já foram evidenciados os atributos da disponibilidade, produtividade e acesso ao alimento de qualidade, pois os “alimentos podem estar disponíveis, mas as populações podem não ter acesso a eles; seja por falta de renda, por conflitos internos, por desvios ou por ações de monopólios”. Nesse contexto, passa-se a considerar a “renda que as pessoas possuem e dos preços que os alimentos são vendidos” (ALEM *et al.*, 2015, p. 17).

Por fim, o caráter nutricional passa a ser o atributo mais evidenciado no uso do conceito de Segurança Alimentar, nos fins dos anos 1980.

Leão (2013) aponta alguns marcos legais que contribuíram para a associação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à garantia da SAN, dentre eles destacamos a Conferência Internacional de Direitos Humanos (1993) e a Cúpula Mundial da Alimentação (1996) realizadas na Austrália e Itália, respectivamente. Esse direito tem todo um aparato legal que o sustenta, sendo a Declaração Universal de Direitos Humanos um importante instrumento.

No Brasil, a visão da alimentação como um direito de cidadania se fortalece a partir da realização da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) e das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN 2004 e III CNSAN 2007), além da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) (CONTI, 2009). Esses instrumentos coadunam com o que é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 sobre os direitos sociais. Atualmente, o conceito de SAN que o Brasil adota é o afirmado na LOSAN, já apresentado da subseção 2.2.

Esse conceito traz uma noção mais abrangente acerca da SAN, que ultrapassa a questão da fome, estando atrelado também a aspectos da produção e oferta de alimentos (CRUZ, 2017). Aspectos como acesso, continuidade, valorização cultural, ambiental são considerados relevantes. No entanto, para esta autora, o modelo produtivo adotado pelo Brasil, privilegia o agronegócio e, por conseguinte, infringe a “segurança alimentar em razão da substituição das culturas alimentares por *commodities*, assim como a violação da soberania alimentar em razão do desrespeito às práticas culturais e tradições alimentares” (CRUZ, 2017, p. 102). Outrossim, o modelo produtivo que vem se consolidando no território de Nossa Senhora de Lourdes segue essa lógica produtiva de substituição das culturas alimentares, como já demonstrado neste trabalho, com a expansão do monocultivo do milho.

Considerando as dimensões citadas por Bueno (2020) e os aspectos que Sanches *et al.* (2018) trazem a respeito dos ambientes alimentares, bem como a disponibilidade, a acessibilidade, a permanência e a estabilidade em relação aos alimentos, e que esses indicadores são importantes para a SAN, é que evidenciamos que os ambientes alimentares interferem na SAN da população. (BUENO, 2020). Essa mesma autora ainda enfatiza que

Esse modelo de produção padronizado e automatizado traz implicações para a construção de ambientes alimentares saudáveis, uma vez que torna mais difícil a entrada de alimentos locais, menos processados e produzidos pela agricultura familiar. Ao mesmo tempo, contribui para que a escala industrial ganhe mais espaço na comercialização de alimentos, já que as grandes indústrias conseguem atingir o padrão higiênico-sanitário com mais facilidade. (BUENO, 2020, p. 99).

Esse modelo, marcado pelo processo de modernização da agricultura que afeta a produção, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos, tende a estimular o abandono de hábitos alimentares saudáveis. Os dados gerados a partir das entrevistas revelam mudanças de hábitos alimentares em virtude da ausência do alimento que outrora era cultivado nesse território, como destacam os trechos a seguir

Tinha um feijão mulatinho que a gente plantava que se colocasse uma panela desse feijão no fogo, lá no final da rua o cheiro chegava. Era cheiroso, sem veneno, mas hoje não é assim. Era um feijão gostoso que podia comer até sem mistura. Agora o feijão que a gente compra no mercadinho é muito sem gosto. (Consumidor 8, Povoado Carro Quebrado, dez./2022).

Hoje a alimentação tem mudado um pouco. Meus filhos nunca tomaram Danone (iogurte). Foram criados comendo farinha e leite. Eu peneirava a farinha de mandioca e misturava com leite de gado e dava pra eles. E ninguém adoecia. Hoje os meninos só vivem doentes. Eu acho que são esses alimentos com droga, que a gente não tem mais comida saudável. (Consumidor 9, Povoado Lagoas, out./2022).

Segundo Dos Santos (2005), os produtos da dieta tradicional do povo (arroz, feijão, farinha de mandioca) perdem cada vez mais espaço para produtos industrializados, sinalizando menos valor agregado a partir da inserção desse novo padrão alimentar. Dados do Sistema de Vigilância e Alimentar e Nutricional – SISVAN apontam que em Sergipe, entre os anos de 2015 e 2022, houve redução do consumo de feijão entre os adolescentes e adultos e aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

Vale ressaltar que essa tendência de padronização da dieta alimentar, que desconsidera os hábitos alimentares da população, vem sendo efetivada através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados (CARVALHO, 2003). Segundo esse autor, a aceitação dos alimentos industrializados não se restringiu apenas aos grandes centros metropolitanos, também estruturou a composição alimentar das populações das médias e pequenas cidades e no meio rural. (CARVALHO, 2003, p. 41). Evidenciamos que essa tendência destacada pelo autor se constitui numa realidade no município em análise e que, de certa forma, afeta a SAN da população.

No conjunto de informações e recomendações sobre alimentação, o GAPB sugere quatro recomendações fundamentais: Faça de alimentos *in natura* ou minimamente processados a base de sua alimentação; Utilize óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias; Limite o uso de alimentos processados, consumindo-os, em pequenas quantidades, como ingredientes de

preparações culinárias ou como parte de refeições baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados e; Evite alimentos ultraprocessados. O documento apresenta que “A regra de ouro é”: Prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014). Essas recomendações visam à proteção e promoção da saúde e bem-estar.

Estudos realizados apontam relação entre o consumo de ultraprocessados e o agravamento de diversos indicadores de saúde, tais como aumento de sobrepeso, obesidade, síndrome metabólica, bem como mortalidade por todas as causas. (ASKARI *et al.*, 2020; CANHADA *et al.*, 2022; NILSON *et al.*, 2022). Os dados da pesquisa realizada por Nilson *et al.* (2022) assinalam que o consumo de alimentos ultraprocessados foi responsável por aproximadamente 57 mil mortes prematuras ou 10,5% de todas as mortes prematuras em adultos de 30 a 69 anos, configurando-se como importante causa de morte prematura no Brasil.

O site “O joio e o trigo” faz uma síntese das informações desse estudo e destaca que o problema não está apenas nos nutrientes críticos, além disso há vários mecanismos pelos quais os ultraprocessados podem afetar a saúde, inclusive os neocontaminantes, uma vez que tanto o processo de fabricação quanto as embalagens dos ultraprocessados podem gerar ou introduzir contaminantes químicos nos alimentos. Tais motivos balizam os pesquisadores a estimarem as mortes vinculadas às citadas causas, e não apenas por doenças determinadas.

As mortes atribuíveis aos ultraprocessados incidem, principalmente, entre homens (60%). Quanto à faixa etária, os óbitos foram mais numerosos entre pessoas entre 50 e 69 anos (68%). Os autores fizeram uma projeção para verificar o impacto positivo que a redução da proporção de ultraprocessados na ingestão desses produtos podem causar e chegaram à conclusão de que a redução em 10% já pouparia a vida de 5,9 mil pessoas.

Segundo a última Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF do IBGE, que englobou os anos de 2017 e 2018, o consumo de ultraprocessados, no Brasil, nos três grupos etários, representaram 26,7% do total de calorias em adolescentes, 19,5% em adultos e 15,1% em idosos. Essa pesquisa evidencia ainda o aumento do consumo médio de açúcar de adição (açúcar de mesa e o adicionado a preparações e alimentos processados e ultraprocessados), tanto em valores absolutos quanto proporcional ao consumo de energia. Essa tendência continua em ascensão e contribui para a substituição da dieta tradicional. Nilson (2022) assevera que há vários motivos que justificam esse crescimento, mas o preço tem se tornado um fator determinante, visto que estudos vêm apontando barateamento dos ultraprocessados.

Outro estudo, elaborado por Nilson e colaboradores (2020), traz contribuições quanto aos custos atribuíveis a hipertensão arterial, diabetes e obesidade no Sistema Único de Saúde

(SUS) no Brasil em 2018. Segundo esse estudo, os custos totais de hipertensão, diabetes e obesidade no SUS alcançaram 3,45 bilhões de reais em 2018. Para os autores, os custos atribuíveis a essas doenças crônicas, associadas à alimentação inadequada, revelam a grande carga econômica dessas doenças para o SUS e refletem a necessidade de priorizar políticas integradas e intersetoriais para a prevenção e o controle das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).

Direcionado por esses estudos, que consideram as mortes e estabeleceram relações com o consumo de ultraprocessados, como também apontou os custos atribuíveis a algumas doenças e sua relação com a alimentação inadequada, decidimos realizar uma análise sobre as doenças mais comuns em Nossa Senhora de Lourdes e o número de mortes provocadas por doenças que tenham relação com o consumo de ultraprocessados. O Plano Municipal de Saúde – PMS (2022 – 2025) é utilizado para embasar nosso estudo.

O PMS é um instrumento orientador das ações a serem realizadas no período de 2022 – 2025 e tem como objetivo a qualificação permanente do Sistema Único de Saúde – SUS. Para elaborar esse documento e projetar as metas para o período de gestão vigente, a Secretaria Municipal de Saúde – SMS utilizou os dados de 2016 a 2020. Dados recentes, disponibilizados por essa secretaria para a nossa análise.

Segundo o PMS, se comparados os dados de mortes relacionadas a neoplasias (tumores), doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, doenças do sistema respiratório, entre os anos 2016 e 2020, verificamos aumento. Os dados apontam também que as doenças do aparelho circulatório, que incidem em moradores acima de 50 anos, são as principais doenças do município nesse período. O que chama atenção nesses dados é a relação de alguns dos seus principais fatores: obesidade, alimentação inadequada - fatos destacados com a nossa pesquisa.

Quando interrogado sobre as doenças mais comuns no município, um profissional da SMS listou as seguintes: diarreia, DCNTs (diabetes, hipertensão, câncer) e síndromes gripais. Sobre o aumento dessas doenças e a relação com a alimentação, nosso interlocutor, profissional da SMS, acredita que uma das causas pode ser a modificação de hábitos alimentares associada ao crescimento de produtos industrializados, mas ressalta que somente um estudo aprofundado poderia confirmar essa hipótese. Esse discurso reflete o posicionamento da SMS quanto à temática e aponta para a necessidade premente de proporcionar reflexões que associam alimentação as DCNTs, com o intuito de avançar em políticas intersetoriais de promoção à alimentação adequada e saudável na escala municipal.

Considerações finais

O círculo vicioso e tendencioso que a economia alimentar capitalista reproduz instiga o apetite por novidades embaladas de baixo custo e cria a demanda pela praticidade e assim justifica um modelo de produção, consumo e distribuição desigual e injusto. E longe de erradicar a fome, mas defendendo esse fim, constitui industrial e geneticamente tudo que inapropriadamente é chamado de comida. Não há liberdade de escolha e soberania alimentar em um sistema onde praticamente todos os alimentos são provenientes de algumas poucas empresas transnacionais que controlam o que, como, onde e por qual preço serão produzidos e distribuídos, fruto do interesse em transformar alimento em mercadoria, capital especulativo e lucro, e não um direito (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016, p. 513).



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, out./2022.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta dissertação analisar as transformações na dinâmica produtiva da agricultura no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos nesse território. Para isso, partimos da revisão de categorias e conceitos essenciais à discussão desta pesquisa, tais como território, agronegócio, soberania e segurança alimentar e nutricional e ambientes alimentares.

O estudo pautou-se na busca pela compreensão histórica acerca do processo de modernização da agricultura brasileira e seus rebatimentos no espaço rural brasileiro. Essa incursão evidenciou que desde a inserção do modelo de produção, que se vale do avanço das técnicas e tecnologias promovido desde o processo de mecanização da agricultura, objetivando o lucro, a acumulação de terras, houve a conseqüente expulsão dos camponeses dos seus territórios. Além disso, a terra e os cultivos são considerados como mercadoria. Aliado a essas características, verificamos a destruição da natureza, a redução dos cultivos tradicionais em vários municípios brasileiros, contribuindo para a perda de autonomia na produção de alimentos tradicionais, soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional, juntamente com as alterações da dieta dos moradores.

Embora o município de Nossa Senhora de Lourdes/SE esteja distante dos centros econômicos do Brasil, sofre influências dos ideais apregoados pelo agronegócio, que lança mão de insumos químicos, mecânicos e biológicos para modificar e aumentar a produção agrícola. É notório o aumento de máquinas agrícolas, o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas nos últimos anos, o que denota um alinhamento ao agronegócio, pautado na lógica capitalista.

Constatamos que as novas formas de produzir e de se apropriar da terra, introduzidas pelo modo de produção capitalista, modificaram as configurações territoriais e as relações de trabalho do município em estudo. A produção de milho tem se expandido e, como reflexo dessa alteração no uso da terra, o plantio variado de alimentos tem regredido. Isso torna esse território dependente de outros municípios para ter acesso aos alimentos que compõem a dieta da população.

Percebemos modificações nos produtos e na forma como são cultivados. Informações censitárias comprovam a redução, tanto em área quanto em quantidade cultivada, do arroz, feijão e macaxeira, alimentos fundamentais na dieta da população. Essa diminuição resultou no desaparecimento de práticas enraizadas no saber fazer dos agricultores deste município, tais como as estratégias utilizadas na plantação e beneficiamento do arroz, do feijão, da elaboração

da farinha e dos derivados da macaxeira. Entretanto, mesmo com a inserção de técnicas especializadas na produção do leite, a presença e o consumo de seus derivados são consideráveis. Atividade importante para grupos familiares do município que continuam a ofertar alimentos identitários como o queijo coalho, o requeijão e a manteiga.

Não obstante, identificamos, ainda que de forma tímida, a presença de um grupo familiar que segue na contramão do agronegócio e vem desenvolvendo o cultivo de hortaliças em seu estabelecimento rural.

No que tange às transformações no uso da terra e a forma como o espaço rural deste território tem se organizado, percebemos que tais configurações contribuem para a indisponibilidade de alimentos saudáveis e para as alterações nos hábitos alimentares. Isso vai além da oferta demasiada de produtos ultraprocessados nos ambientes alimentares identificados.

Quanto aos ambientes alimentares, identificamos três tipos de estabelecimentos comerciais que vendem alimentos apresentados pelo estudo da CAISAN: *in natura*, ultraprocessados e mistos (BRASIL, 2018). Predominam os estabelecimentos mistos, mas a comercialização e o consumo dos alimentos ultraprocessados, que fazem parte das cadeias longas de distribuição, prevalecem. Evidenciamos também que, mesmo com a predominância de alimentos exógenos ao território municipal, alguns estabelecimentos comercializam alimentos derivados de leite, como a muçarela, o queijo coalho e a manteiga que disputam espaços com aqueles produzidos pela indústria láctea.

No contexto dos ambientes alimentares, destacamos dois importantes espaços de acesso à alimentação: a feira livre e as unidades de ensino do município. Assim, consideramos que a feira livre se constitui como um espaço de resistência frente ao modelo hegemônico de comercialização. Os resultados evidenciam que os alimentos comercializados nesse espaço são oriundos de outras localidades do estado ou até mesmo de outros estados brasileiros, vinculados aos circuitos longos de comercialização. Contudo, observamos que é nesse espaço que a população tem acesso aos alimentos *in natura* ou minimamente processados. Quanto ao ambiente escolar, julgamos a sua importância no incentivo de hábitos alimentares saudáveis diante da oferta de uma alimentação à base de produtos industrializados. Tais ambientes contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

As discussões engendradas nesta dissertação, possibilitam a compreensão das implicações da expansão do agronegócio estabelecida nos territórios e as consequências, não somente no modo de produzir, mas também nas ações relacionadas à comercialização e ao consumo de alimentos. É visível o domínio da produção de *commodities* em detrimento do

cultivo dos alimentos. Esse fato contribui para a insegurança alimentar e nutricional dos munícipes e o aumento de doenças vinculadas às transformações do uso da terra e à alteração na dieta alimentar.

Propomos, como desdobramento desta dissertação, o desenvolvimento de ações intersetoriais em âmbito municipal, tais como palestras para representantes das secretarias municipais de agricultura, meio ambiente e saúde, agricultores, comunidades rurais. O objetivo é apresentar os dados obtidos e estimular a prática agrícola de alimentos visando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos munícipes. Além disso, nossa meta inclui ministrar oficinas pedagógicas para a comunidade escolar, com o propósito de promover a educação alimentar. Essa abordagem tem como finalidade conscientizar sobre as implicações causadas pelo consumo de produtos ultraprocessados e a necessidade de se consumir, prioritariamente, alimentos saudáveis.

No tocante a futuros estudos, desejamos que esta pesquisa suscite o interesse de novos pesquisadores a se aprofundarem nas investigações com a temática em foco. Isso é importante considerando a relação com o arcabouço teórico da ciência geográfica para a leitura das transformações, não somente no uso da terra, mas também nas implicações e alterações nos ambientes alimentares, na cultura e na soberania alimentar nos territórios.

REFERÊNCIAS

- ALEM, Daniel et al. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. **XX Encontro Nacional de Economia Política**, 2015.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, 2000, p.87-112.
- ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- Almeida, M. G. de. (2022). Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. *GeoTextos*, 18(2). Disponível: <<https://doi.org/10.9771/geo.v0i2.52226>>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. rev. e atual. **São Paulo: Brasiliense**, 1973.
- ARNAIZ, Mabel Gracia; CONTRERAS, Jesús. Comemos como vivemos? Compreender as maneiras contemporâneas do comer. In. MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLACO, Janine. **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**. Ed. da UFRGS, 2012. P. 45 – 61.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Políticas governamentais e transferências federais de recursos financeiros no território goiano. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, p. 21-35, 2011.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 200-226, 2016.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. A questão social, a previdência rural e a capitalização econômica da escala municipal. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 192-221, 2017.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator (Fortaleza)**, v. 18, 2019.
- ASKARI, Mohammadreza e cols. Alimentos ultraprocessados e o risco de sobrepeso e obesidade: uma revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais. **Jornal Internacional de Obesidade**, v. 44, n. 10, pág. 2080-2091, 2020. Disponível: <<https://www.nature.com/articles/s41366-020-00650-z>>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2011. p. 329-341.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAYER. Agro Bayer Brasil, 2022. **Informações sobre as Sementes Agroceres.** Disponível: <https://www.agro.bayer.com.br/essenciais-do-campo/sementes/agroceres?utm_source=google&utm_medium=paidsearch&utm_campaign=blab_paidsearch_milho-allbrands_traffic_marca_always-on_centro-e-sul&utm_content=milho-allbrands_traffic_keyword-marca-agroceres_txt-txt_search_blab_milhoallbrands_agroceres_marca_keyword&gclid=Cj0KCQiAkMGcBhCSARIsAIW6d0A3EPrApYgv3TUbpZ29MqP5nr3Cm-KQfI-zdxQhmIjT_B_gg3XSsaAoPoEALw_wcB>. Acesso em: 07 dez. 2022.

BAZOTTI, Angelita; COELHO, Luzia Bucco. Produção de Commodities pela Agricultura Familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao PRONAF. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 133, p. 113-129, 2017.

BERTONI, Luci Mara; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. “Agro é pop”: distopia e barbárie da droga dos agrotóxicos. *In*: ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de; BERTONI, Luci Mara [Orgs.] **Distopia, barbárie e contraofensivas no mundo contemporâneo.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 101-116.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**, ano 12, n. 14, p. 112-124, jan./jun. 2009.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 35, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil**, p. 71-82, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** São Paulo, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Terra.** 1964. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **IDEB 2017/2019.** Brasília-DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=379060>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **IDEB 2021.** Brasília-DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em

assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Projeções do Agronegócio – Brasil 2020/21 a 2030/31**. Brasília-DF: MAPA, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a população brasileira – GAPB**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. Brasília: MS; 2008. Disponível: <<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Informações sobre o Programa Bolsa Família. Brasília-DF: Ministério da Cidadania, 2021

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRAZ, Marcones Ivo; PEREIRA, M. C. B. Circuitos alimentares de proximidade: conceitos, definição e práticas. **Rev Geografia (Recife)**, v. 35, n. 3, 2018.

BUENO, Marilene Cassel. **Ambientes alimentares em um município agrícola: disponibilidade, escolhas alimentares e desafios**. 2020. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210811/001115679.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BUENO, Marilene Cassel; DA CRUZ, Fabiana Thomé; RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato. Ambientes Alimentares na perspectiva de um Município Agrícola no Norte do Rio Grande do Sul. **Ágora**, v. 22, n. 2, p. 172-191, 2020.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411-4424, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo**, p. 1-34, 2009.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Estudo técnico mapeamento dos desertos alimentares no Brasil. Brasília: Secretaria-Executiva

da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Ministério do Desenvolvimento Social; 2018.

CANHADA, Scheine Leite et al. Consumo de Alimentos Ultraprocessados e Aumento do Risco de Síndrome Metabólica em Adultos: o ELSA-Brasil. **Cuidados com o diabetes**, 2022. Disponível: <<https://diabetesjournals.org/care/article/doi/10.2337/dc22-1505/148142/Ultra-Processed-Foods-Consumption-and-Increased>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CARVALHO, Horácio Martins. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: **Expressão Popular**, p. 95-112, 2003.

CARVALHO, J. T. de, & OLIVEIRA, A. R. de. (2021). O AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O DISCURSO DA FRAÇÃO DE CLASSE REINANTE. *REVISTA NERA*, (58), 28–55. Disponível: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i58.8082>> Acesso em: 05 jan. 2022.

CASTRO, Heloisa Vitória de; CHELOTTI, Marcelo Cervo. O processo de modernização tecnológica na agricultura e a disputa territorial no campo brasileiro. **Espaço em Revista**, Catalão - GO, v. 20, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2018. ISSN 1519-7816.

CELLARD, André et al. A análise documental. **POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, **Vozes**, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede FARM to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. 2016. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016. Disponível: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_coca_2016.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A expansão do agronegócio no campo de Sergipe**. Geonordeste, ano XXII, n. 2. São Cristóvão, UFS, 2011 p. 1-16.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia Meridiano**, n. 2, p. 81-104, 2013.

CONTI, Irio Luiz. Segurança alimentar e nutricional: noções básicas. **Passo Fundo: IFIBE**, v. 1, 2009.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. Alimentação, sociedade e cultura. trad. **Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli**. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz**, 2011.

CORÇÃO, Mariana. Memória gustativa e identidades: de Proust à cozinha contemporânea. **XXIV Simpósio Nacional de História SNH**, v. 24, p. 536-536, 2007.

CORREIA, Marcia Leopoldina Montanari et al. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 1070-1083, 2019.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, Número Especial, p. 149-156,

novembro de 2016. Disponível:
<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5963/3580>>.
Acesso em: 20 dez. 2022

CPRM, 2002. **Relatório sobre Nossa Senhora de Lourdes**. Disponível:
<http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/cadastro_infraestrutura_sergipe/Lourdes.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra/RS**. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(2), 2020, e190965. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>>. Acesso em: 07 out. 2022.

CRUZ, Renata Medeiros da. **O cenário agrícola goiano: a dicotomia agronegócio x agricultura familiar**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível:
<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7923>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no Nordeste. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 139-170, 2013.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY – Foro Mundial Pela Soberania Alimentar. 2007. **Nyéleni, Selingue, Malí**. Disponível:
<https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declaracao_de_Nylny.pdf>. Acesso em 16 jan. 2023.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p.

DE SOUZA LIMA, Romilda; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

DE MIRANDA, Paloma Aragão et al. Evolução da produção e disponibilidade de alimentos no município de São Cristóvão. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 2, Edição Especial, p. 136-150, jul./dez. 2019.

DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, p. 483-492, 2003.

DOS SANTOS, Carlos Roberto Antunes. A ALIMENTAÇÃO E SEU LUGAR NA HISTÓRIA: OS TEMPOS DA MEMÓRIA GUSTATIVA. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 42, n. 1, june 2005. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643/3797>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS – EMS. OBSERVATÓRIO DE SERGIPE, 2014. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Disponível: <<http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=qIyZ6zOgRMmSUEyDPpIE78XU0o1W61ct>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, v. 27, n. 53, p. 89-114, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 17, 2004.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: Conceituação e periodização. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 39-70, 2001.

GIL, Antônio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisas. 10ª. tir. **São Paulo: Atlas**, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS: Estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização**. Pelotas, 2005. 313 f. Tese (Doutorado em Agronomia - Produção Vegetal). Faculdade de agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. Disponível: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf>>. Acesso em 08 jan. 2022.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 323-346, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. 396p.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de exclusão e inclusão social. **N. Rego, J. Moll, & C. Aigner. Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**, p. 21-44, 2006.

HONÓRIO, Olivia Souza et al. **Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira**. 2020. Dissertação (Mestre em Nutrição e Saúde). Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34486/1/Desertos%20e%20p%C3%A2ntanos%20alimentares%20em%20uma%20metr%C3%B3pole%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados populacionais, econômicos, agropecuários de Nossa Senhora de Lourdes/SE**. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 11 out. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil: 2017-2018**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Alta na Produção e nas Exportações de Açúcar Marca a Safra 2020/21 de Cana**. Disponível: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=15925>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

JÚNIOR, José Arbex. Você tem fome do que?. **REVISTA NERA**, n. 8, p. 173-185, Jan./Jun. 2006.

KASINSKI, Daniel. **Desertos alimentares no município de São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, 2020. Disponível: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29041/Desertos%20alimentar>>

es%20no%20munic%20c3%adpio%20de%20S%20c3%a3o%20Paulo_Daniel%20Kasinski.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. – 3ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1993.

LEÃO, Marília et al. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. **Brasília: Abrandh**, v. 263, 2013.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016.

LOPEZ, Felix Garcia; GUEDES, Erivelton Pires. Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017). 2020.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 505-515, 2016.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. - Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno segurança alimentar. **Paris: Fhp**, 2000.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 1981.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, F. M.; MARAFON, Gláucio José. A modernização da agricultura no Brasil e as tramas do agronegócio. **MARAFON, Gláucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Temas em Geografia Rural**.-2. ed.-Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MATOS, Murilo Mateus Soares de. **Os desafios e as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa em Itapicuru/BA**. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MENDONÇA, Marcelo; RIBEIRO, Dinalva Donizete; THOMAZ JUNIOR, Antônio. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (44), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-44.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013a.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **Revista Geonordeste**, n. 2, 2013b.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça et al. Geografia dos Alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021a. 235 p.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Feiras em Sergipe: domínio da cultura e comercialização em multiplicidades de tempos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021b.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 40, 2019. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes et al. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e32, 2020.

NILSON, Eduardo AF et al. Mortes prematuras atribuíveis ao consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, pág. 129-136, 2022. Disponível: <[https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797\(22\)00429-9/fulltext](https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797(22)00429-9/fulltext)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Superintendência Especial de Planejamento, Monitoramento e Capacitação de Recursos (SUPERPLAN)**. Secretaria Geral do Governo – SEGG. Disponível: <www.observatorio.se.gov.br/app/mapascartogramas>. Acesso em: 03 dez. 2021.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araújo de; CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Sustentabilidade e escolhas alimentares: por uma biografia ambiental dos alimentos. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 10, n.1, p. 146-158, abr/2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD, sigla em inglês) – **Produção agrícola**, 2022. Disponível: <https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/crop-production/indicator/english_49a4e677-en?parentId=http%3A%2F%2Finstance.metastore.ingenta.com%2Fcontent%2Fthematicgrouping%2F44db9980-en>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PERES, João. Ministério da Agricultura prevê dois milhões de hectares a menos para arroz, feijão e mandioca. **Brasil de fato**, ago. 2021a. Disponível: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/30/ministerio-da-agricultura-preve-dois-milhoes-de-hectares-a-menos-para-arroz-feijao-e-mandioca>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PERES, João. **O frango que é programado pra nascer, crescer e morrer em 42 dias**. O joio e o trigo, 2021b. Disponível: <<https://ojoioetrigo.com.br/2021/10/frango-programado-42-dias/>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PIGNATI, W. A. (et. al) O agronegócio e os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente: produtividade ou caso grave de saúde pública?. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011 - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 65-69.

PIRES, Murilo José de Souza. RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40, n.º 03, julho-setembro, 2009.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 03 dez. 2021.

POMPEIA, Carlos. “Agro é Tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 56, pp. 195-224, jan./abr. 2020.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PORTO, Marcelo Firpo. Injustiça ambiental no campo e nas cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. 2013. p. 133-174.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 1, n. 1, p. 1, 2004.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmem Silvia Rial, Jaimir Conte. – Florianópolis: ed. da UFSC, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde (2022 – 2025)**, 2021

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. 2020.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de et al. A distribuição de recursos do Fundeb enquanto política social do Governo Federal: Um estudo nos municípios paraibanos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RAHAL, Lilian dos Santos; GENTIL, Patrícia Chaves; MAGALHÃES Élcio de Souza. A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

RAMOS FILHO, Eraldo. O campesinato entre segurança e a soberania alimentar. In: Ramos Filho et al. **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, p. 40-64, 2015.

RAMOS, Mariana Oliveira. “**A comida da roça ontem e hoje**”: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares dos agricultores de Maquiné (RS). 2007. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11918>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). (2022). ‘**II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**’ [livro eletrônico]: II Vigisan: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RODRIGUES, Marcos; CAMPOS, Indio. Produção de commodities agrícolas na agricultura familiar: análise dos determinantes institucionais no norte mato-grossense. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, p. e10-e10, 2020.

SANCHES, Lucas Daniel et al. Desenvolvimento e validação de instrumento para avaliar o impacto de um programa de intervenção em comércios de alimentos em área de deserto alimentar. **Geografares**, n. 25, p. 396-411, 2018.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, Alexandre Eduardo. O agro tech-pop-tudo e as desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio no cerrado: Primavera do Leste-MT. **Revista Georaguaiá**, v. 8, n. 1, p. 71 – 84. jan./jun. 2018.

SANTOS, Maureen. Os donos do sistema agroalimentar. In: **Isto não é (apenas) um livro de receitas: é um jeito de mudar o mundo**. Instituto Comida do Amanhã em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Fundação Heinrich Böll – Brasil, 2019.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Rafaela dos. **Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, Vanessa Modesto dos. **Cores, cheiros, sons, saberes e fazeres: feira de Lagarto/SE**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Vera Maria dos; ARAÚJO, Hélio Mário de. **Geografia de Sergipe**. – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 2008.

SCHNEIDER, Sergio. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Prefácio. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

SHIVA, Vandana. Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento. São **Leopoldo Instituto Humanitas Unisinos**. 2013. Disponível: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/523025-grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento>>. Acesso em 05 jan. 2022.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, p. 46-63, 2007.

SILVA, Genivânia Maria da. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural. **Boletim DATALUTA, São Paulo**, 2015.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Territórios queijeiros: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas**. 2021. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014.

SOARES, Wagner Lopes. Agrotóxicos no Brasil: reflexões a partir dos Censos Agropecuários. In: **Anais do Encontro Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. 2019. Disponível:

<<https://www.ecoeco2019.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNDoiYT0xOntzOjEwOiJRRF9BUiFVSZPIjtzOjM6IjMwOSI7fSI7czoXOiJoIjtzOjMyOiI4YTI3MTI5NThjZmNmZjkwNWlzYTY5OTA1N2I2MzRiYSI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**, v. 1, p. 57-71, 2015.

STEDILE, João P.; CARVALHO, Horacio M. de. Soberania alimentar: Uma necessidade dos povos. In: BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Fome Zero: Uma história Brasileira**. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010, p. 144 a 156

SWINBURN, Boyd; EGGER, Garry; RAZA, Fezeela. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive medicine**, v. 29, n. 6, p. 563-570, 1999.

TORRES, Raquel. **Brasil tem 57 mil mortes por ano devido ao consumo de ultraprocessados, estima pesquisa**. O joio e o trigo, 2022. Disponível: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2022/11/brasil-tem-57-mil-mortes-por-ano-devido-ao-consumo-de-ultraprocessados-estima-pesquisa/>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Agronegócio canavieiro e produção de alimentos no município de Tupi Paulista/SP: desafios para a soberania alimentar. **Formação (Online)**, v. 2, n. 23, 2016.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. sn], 2009. p. 17-32.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica ea simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UnB, 1997.

APÊNDICES

APÊNDECE A – Roteiro de entrevista aplicado aos agricultores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista dirigida aos agricultores para fins de obtenção de informações e dados sobre sua propriedade e atividades produtivas desenvolvidas para a pesquisa de mestrado intitulada “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”.

Mestrando: Jeferson Marques da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Data da entrevista: ____/____/____.

1 – Dados do entrevistado(a)

Nome completo: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

Escolaridade: () NE () EFI () EFC () EMI () EMC () ES ¹⁵

Faixa de renda: () até 2 salários mínimos () 2 a 4 salários mínimos () 4 a 10 salários mínimos () acima de 10 salários mínimos

2 – Tamanho do seu estabelecimento rural? Hectares e tarefas?

3 – Fale sobre quando adquiriu o estabelecimento rural e a forma de aquisição.

¹⁵ NE – nunca estudou; EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; ES – Ensino Superior

4 – Qual ou quais são as formas de uso da terra? Quais cultivos? Quantas tarefas ou hectares utilizados para cada cultivo? Cria animais? Se sim, quais? Finalidade: abate, engorda, produção de leite?

5 – Qual o cultivo mais importante no seu estabelecimento? Por quê? Ocorreram alterações nas formas de uso da terra? Quando aconteceu as mudanças? Por quê?

6 – Quais os instrumentos agrícolas utilizados para cultivar a terra? Ocorreram alterações no uso dos instrumentos?

7 – As sementes são guardadas no final do ano ou o senhor compra as sementes nas lojas? Caso adquira as sementes, fale sobre os demais insumos utilizados na plantação.

8 – Nas lavouras ocorrem pragas? O que é utilizado para acabar com elas? Utiliza agrotóxicos? Onde os adquire? Quais são os nomes desses insumos?

9 – Fale sobre a mão de obra utilizada na lavoura? É familiar ou costuma contratar trabalhador?

10 – Já cultivou outros produtos antes? () Sim () Não
Quais? Se sim, por que deixou de cultivar?

11 – O senhor acessou ou acessa algum programa do governo? Utiliza financiamento para realizar os cultivos nas lavouras? Qual a instituição bancária utilizada?

12 – Qual o destino dessa produção agrícola? Ocorreram mudanças na forma de comercialização dos produtos agrícolas? Fale sobre essas alterações.

13 – Com relação a alimentação da sua família, quais alimentos são produzidos em seu estabelecimento rural?

14 – Onde os demais alimentos para abastecimento da família são comprados?

15 – Para você ocorreu alguma alteração na dieta alimentar de sua família nos últimos 10 anos? Caso a resposta seja positiva, explique sobre essas alterações.

16 – Qual a sua opinião sobre a produção de alimentos no seu município?

APÊNDECE B – Roteiro de entrevista aplicado ao secretário municipal de agricultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista dirigida ao secretário municipal de agricultura para fins de obtenção de informações e dados sobre as ações da Secretaria Municipal de Agricultura para a pesquisa de mestrado intitulada “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”.

Mestrando: Jeferson Marques da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Data da entrevista: ____/____/____.

1 – Dados do entrevistado(a)

Nome completo: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

Escolaridade: () NE () EFI () EFC () EMI () EMC () ES ¹⁶

2 – Quais os principais cultivos realizados pelos agricultores do município de Nossa Senhora de Lourdes?

3 – Quais são as políticas agrícolas implementadas atualmente pelo município?

4 – O senhor tem percebido mudanças na dinâmica produtiva na agricultura do município?

¹⁶ NE – nunca estudou; EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; ES – Ensino Superior

5 – A Secretaria Municipal de Agricultura é ciente da forma como a agricultura vem sendo desenvolvida?

6 – A Secretaria Municipal de Agricultura considera relevante o cultivo do milho para o município? Por quê?

7 – Há um controle de quantos agricultores cultivam alimentos que compõem a dieta alimentar da população?

8 – Quais ações a secretaria desenvolve para apoiar esses produtores?

9 – A respeito de tudo que é cultivado/produzido no município a secretaria tem o conhecimento da quantidade produzida?

10 – Qual a importância da agricultura para economia de Nossa Senhora de Lourdes?

11 – Você identifica impactos ambientais relacionados a agricultura?

12 – Existe produção agroecológica no município? A prefeitura desenvolve algum projeto de fomento a agroecologia?

13 – Qual a sua opinião sobre a produção de alimentos no seu município?

APÊNDECE C – Roteiro de entrevista aplicado aos consumidores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista dirigida aos consumidores para fins de obtenção de informações e dados sobre a aquisição de alimentos e hábitos alimentares para a pesquisa de mestrado intitulada “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”.

Mestrando: Jeferson Marques da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Data da entrevista: ____/____/____.

1 – Dados do entrevistado(a)

Nome completo: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

Escolaridade: () NE () EFI () EFC () EMI () EMC () ES ¹⁷

Faixa de renda: () até 2 salários mínimos () 2 a 4 salários mínimos () 4 a 10 salários mínimos () acima de 10 salários mínimos

2 – Quais são os principais alimentos consumidos pela sua família?

3 – Onde esses alimentos são adquiridos?

() Propriedade familiar () Feira () Supermercado () Pequenos estabelecimentos

¹⁷ NE – nunca estudou; EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; ES – Ensino Superior

4 – Há algum alimento que sua família consumia no passado e atualmente não consome mais?
Por quê?

5 – Você avalia os alimentos que consome? Para você eles são saudáveis? O que significa um alimento saudável?

6 – Você encontra alguma dificuldade para acessar alimentos mais saudáveis?

7 – Quais destes fatores interferem na escolha dos alimentos:

() Sabor () Preço () Acessibilidade

8 – Quanto sua família costuma gastar com a alimentação?

9 – Existe algum alimento que você não consome, mas gostaria de consumir? Por quê?

10 – Os estabelecimentos que você costuma comprar seus alimentos ficam na sua comunidade?

() Sim () Não

11 – Se a resposta anterior foi negativa explique o motivo da escolha.

12 – Você considera a oferta de alimentos saudáveis adequada na sua comunidade?

13 – Você sabe de onde vem os alimentos que está comprando?

14 – Qual a sua opinião sobre a produção de alimentos no seu município?

15 – Você considera importante a produção local desses alimentos? Por quê?

APÊNDECE D – Roteiro de entrevista aplicado aos proprietários de estabelecimentos que comercializam alimentos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista dirigida aos estabelecimentos comerciais para fins de obtenção de informações e dados sobre os alimentos eles comercializam para a pesquisa de mestrado intitulada “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”.

Mestrando: Jeferson Marques da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Data da entrevista: ____/____/_____.

1 – Dados do entrevistado(a)

Nome completo: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

2 – Quais são os alimentos comercializados em seu estabelecimento?

3 – Onde o senhor compra esses alimentos?

4 – Alguns desses alimentos comercializados em seu estabelecimento são adquiridos com os agricultores do município?

5 – Se a resposta anterior foi positiva quais são esses alimentos?

6 – Quais são os alimentos vendidos com mais frequência?

7 – Para o senhor, qual fator contribui para essa frequência?

8 – Os consumidores procuram por alimentos saudáveis? O que significa um alimento saudável?

9 – Você comercializa alimentos saudáveis? Quais?

10 – Se a resposta anterior foi positiva de onde vem esses alimentos?

11 – Você acha que os alimentos saudáveis poderiam ser produzidos no município? Por quê?

12 – Seu estabelecimento fornece algum produto local? Se sim, qual(is)?

13 – Se a resposta anterior foi positiva como esse produto é adquirido?

() Diretamente com o produtor () Atravessador () Outros (especificar)

14 – Qual a sua opinião sobre a produção de alimentos no seu município?

15 – Em Nossa Senhora de Lourdes você considera adequada a disponibilidade de alimentos saudáveis?

16 – O que poderia ser feito para fomentar a produção de alimentos em seu município?

17 – Qual a sua opinião sobre a produção de alimentos no seu município?

APÊNDECE E – Roteiro de entrevista aplicado aos feirantes de frutas, verduras, legumes e hortaliças



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista dirigida aos feirantes para fins de obtenção de informações e dados sobre os alimentos eles comercializam para a pesquisa de mestrado intitulada “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”.

Mestrando: Jeferson Marques da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Data da entrevista: ____/____/_____.

1 – Dados do entrevistado(a)

Nome completo: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

2 – Qual o transporte que utiliza para chegar até a feira? É próprio?

3 – Quantas bancas você tem?

4 – Quantas pessoas trabalham com você?

5 – Elas têm algum grau de parentesco com você? Qual?

6 – Há quantos anos comercializa em feiras? E na feira de Nossa Senhora de Lourdes?

7 – Comercializa em quais outras feiras? Quais?

8 – Você cultiva esses alimentos que comercializa?

9 – Se a resposta anterior foi positiva, onde cultiva? Se a resposta anterior foi negativa, onde eles são comprados?

10 – Como você cultiva esses alimentos?

11 – Você sabe de onde vem esses alimentos que comercializa?

12 – Quais são os principais alimentos que comercializa?

APÊNDECE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (a) Sr. (a). está sendo convidado a participar da pesquisa: “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar” que tem por objetivo: analisar as transformações na dinâmica produtiva da agricultura no município de Nossa Senhora de Lourdes e suas implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico b) pesquisa documental c) pesquisa de campo com realização de entrevistas. O (a) Sr. (a). está sendo convidado para responder algumas questões sobre a produção, comercialização e consumo de alimentos no seu município. O Sr (a) tem a liberdade de não responder ou interromper a ENTREVISTA em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento. Essa pesquisa possui risco de desconforto ou constrangimento com alguma pergunta feita durante a entrevista ou com o registro de imagens, caso isso aconteça a pergunta será retirada do roteiro de entrevistas imediatamente e as imagens não serão capturadas. Pode haver benefícios indiretos com a divulgação da pesquisa tanto na atração de novos pesquisadores para o tema como no entendimento sobre a produção, comercialização e consumo de alimentos no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE. O Sr. (a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Caso aceite participar pedimos sua autorização para utilizar as informações, suas fotos e de sua produção bem como seu depoimento para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides), em favor do pesquisador. Caso o (a) sr (a) autorize a utilização de imagens e depoimentos seu nome não será divulgado. Seu nome será codificado utilizando duas letras maiúsculas que não correspondem a suas iniciais para preservar sua privacidade. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. O Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua

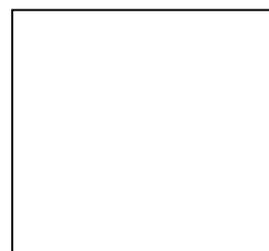
participação na pesquisa, porém estão assegurados ao (à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Os resultados estarão a sua disposição quando a pesquisa for finalizada. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. (a) poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Jeferson Marques da Silva, que pode ser localizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe localizada na Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000 ou no endereço residencial Rua Projetada, S/N, Conjunto Albano Franco – Nossa Senhora de Lourdes/SE, também pelo e-mail escurialjms@yahoo.com.br, ou por telefone (79) 9 9917-3319 via ligação, SMS e WhatsApp (7 dias por semana). O(A) Sr (a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), para sanar dúvidas, fazer reclamação ou denúncia, localizado na Rua Cláudio Batista s/nº, Bairro Sanatório, Aracaju-Sergipe ou pelo telefone (79)3194-7208 ou no e-mail cep@academico.ufs.br ou atendimento presencial das 07h às 12h. O CEP/UFS é um colegiado interdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, o CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Declaro que fui informado (a) do objetivo da pesquisa de maneira clara e detalhada e também esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Recebi uma via assinada por mim e pelo pesquisador. O próprio pesquisador fez a leitura e obtenção do Termo de consentimento livre esclarecido.

_____, ____/____/____

Participante da pesquisa

Pesquisador



Impressão Dactiloscópica

APÊNDICE G – Estabelecimentos que comercializam alimentos em Nossa Senhora de Lourdes/SE, 2022

Localidades	Tipos de estabelecimentos							Feiras		
	Mercearias	Mercadinhos/ Supermercados	Quitandas	Padarias	Restaurantes	Pizzaria/ Lanchonetes	Frigoríficos, frios e laticínios			
Sede do município	Rodovia Eronildes de Carvalho	-	2	-	-	1	-	1	-	
	Conjunto Albano Franco	-	1	-	-	-	-	1	-	
	Conjunto José Caetano	3	-	-	-	-	1	-	-	
	Bairro Caixa D'Água	2	1	1	-	-	-	-	-	
	Praça Paulo Barbosa	-	1	-	-	-	2	-	1	
	Praça Ana Rosa	-	1	-	1	-	1	-	-	
	Rua Eneas Resende	-	-	-	-	-	-	1	-	
	Avenida Senador Leite Neto	-	-	-	1	-	1	2	-	
	Avenida Augusto Franco	1	-	-	-	-	-	-	-	
	Praça Luiz Gonzaga	1	-	-	-	-	-	-	-	
	Rua M ^a Pureza Santos	-	1	-	-	-	-	-	-	
	Povoados	Atalho	-	-	-	-	1	-	-	-
		Escurial	3	1	-	2	1	2	1	1
		Carro Quebrado	2	-	-	-	1	1	-	-
		Catingueira	1	-	-	-	-	-	-	-
Lagoas		1	-	-	-	-	-	-	-	
Barro Vermelho	1	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: Trabalho de campo
Org.: SILVA, Jeferson Marques da. 2022

